MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

RELATÓRIO
1978

Relatório, 1831 – . Rio de Janeiro, 1831-1969
Brasília, 1970 – , Ministério das Relações
Exteriores.
anual

CDU 354.11 (81) (05)
327 (81) (05)

Brasil. Ministério das Relações Exteriores.
Relatório, 1978. Brasília. 1984.
258p.

1. Brasil. Ministério das Relações Exteriores.
2. Brasil – Relações Exteriores. I. Título

CDU 327 (81)

ÍNDICE

Páginas

INTRODUÇÃO

"No campo internacional, a política externa brasileira desenvolveu-se em cenário marcado por elevado grau de instabilidade. A par de persistente crise econômica que a todos os países afetou, a política internacional caracterizou-se pela busca, às vezes traumática, de novos equilíbrios político-estratégicos, nos planos global e regional.

"As conseqüências dessa crise internacional e das reações desorganizadas e inconstantes que ensejou foram sentidas, de forma particularmente aguda, pelos países em desenvolvimento.

"Embora a reestruturação da economia mundial seja premissa indispensável à retomada de um crescimento sustentado e estável, escassos progressos foram alcançados nesse caminho e, especialmente, nos esforços para a criação de condições internacionais que contribuam para a superação das desigualdades políticas e econômicas que separam países desenvolvidos e em desenvolvimento. Entre estes, só alguns poucos — inclusive, felizmente, o Brasil — puderam reunir condições materiais satisfatórias e a determinação política de combater a estagnação e a pobreza.

"Por outro lado, desenvolveram-se, em íntima conexão com a instabilidade da economia internacional, variáveis políticas que, em seu conjunto, anularam os esquemas bipolares de poder. A influência cada vez mais marcante de diversos centros de irradiação política e econômica, tanto no mundo industrializado, quanto em outras áreas, é fenômeno que não pode ser ignorado. Refiro-me não-apenas à renovada vontade política que os países da Europa

Ocidental e o Japão hoje demonstram, mas também à emergência internacional da República Popular da China. Refiro-me, ainda, a vários países em desenvolvimento, cuja acrescida capacidade política e econômica os credencia a participar, de modo mais direto e atuante, nas decisões internacionais. Esse processo de redistribuição de responsabilidades, que inicialmente afetava apenas algumas situações regionais, já agora contribui, de maneira importante, para a transformação do próprio equilíbrio global.

"Ao lado desses fatores de dinamismo, porém, subsistem situações que dificultam a evolução da política internacional. O próprio abrandamento das tensões internacionais, ou seja a **détente** que, de início, parecia um primeiro estágio na busca de uma ordem internacional mais segura, transformou-se numa estrutura de longa duração, baseada em permanente rivalidade nuclear, no congelamento da situação européia e na competição pela influência no Terceiro Mundo, particularmente na África Meridional e no Oriente Médio. Acima dos persistentes confrontos e conflitos localizados, continua suspensa sobre toda a humanidade a ameaça de destruição decorrente da corrida armamentista nuclear, principalmente entre as superpotências.

"A execução da política externa do Governo foi influenciada, como é natural, pelo contexto que acabo de referir. Os países da América Latina, como os de outros quadrantes, sofreram as conseqüências da crise econômica, assim como enfrentaram as mutações que marcaram a política internacional. Em nossa região, surgiram ou recrudesceram questões litigiosas, cujo correto encaminhamento desafiou a capacidade política e o sentimento de solidariedade das Américas.

"Os fundamentos da política externa brasileira, porém, jamais deixaram de ser a soberania, o desenvolvimento, a paz e a segurança.

"Para sua consecução, declarei, desde os primeiros dias, que meu Governo deveria praticar uma diplomacia pragmática, responsável e ecumênica. Fixei, nesse contexto, prioridade especial para as relações com nossos vizinhos d'aquém e d'além mar, da América Latina e da África, ao mesmo tempo que adotei a diretriz de evitarmos alinhamentos automáticos, fazendo correções de curso quando se tornassem necessárias.

"Com as nações irmãs da América Latina, procurou o Brasil intensificar e expandir todos os tipos de relações de cooperação e intercâmbio, esforço esse que muito se beneficiou das coincidências

que naturalmente existem entre povos, a todos os títulos, tão próximos.

"Foram importantes os êxitos dessa política. O Brasil participou de maneira aberta e construtiva do diálogo multilateral latino-americano, bem como procurou colaborar para a paz e desenvolvimento da região. Com nossos vizinhos do Prata e da Amazônia, com o Chile e Equador, com os países da América Central e do Caribe e com o México, buscou o Governo executar empreendimentos bilaterais de importância e de benefício mútuo e equilibrado. Merece igualmente relevo o esforço que realizamos no contexto do Sistema Econômico Latino-Americano. Pôde, ainda, o Brasil tomar a iniciativa de unir-se a seus vizinhos amazônicos, na negociação e assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica, com vistas à exploração e defesa do patrimônio daquela vasta região.

"A política africana assentou-se na apreciação objetiva das vicissitudes que cercam o processo de emancipação dos países submetidos à dominação colonial e na consciência de que afinidades e convergências de toda ordem militam em favor do desenvolvimento e consolidação dos laços de fraternidade entre brasileiros e africanos.

"Ligado à África pelo Atlântico, não poderia o Brasil deixar de interessar-se profundamente pelas aspirações dos povos daquele continente. O Governo afirmou suas decididas convicções anticolonialistas e apoiou os esforços em favor da independência da Namíbia e do estabelecimento de um regime de maioria no Zimbábue, assim como manifestou seu repúdio às políticas e práticas racistas e à interferência estrangeira. Tempestivamente o Brasil reconheceu os Governos de Guiné-Bissau, Cabo Verde, Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe e, com eles, estabeleceu relações diplomáticas. Teve, assim, início um promissor relacionamento com os países africanos de expressão portuguesa, aos quais nos sentimos particularmente ligados.

"Com relação aos países do Ocidente, nossa política externa foi especialmente ativa. O Brasil é historicamente parte do mundo ocidental. Com os Estados Unidos da América, principal país do Ocidente, nossas relações passaram por um processo de atualização e dinâmico reajustamento, dentro de um espírito de amizade e franqueza. É natural que o crescimento da presença internacional do Brasil seja acompanhado por dificuldades em nosso relacionamento, até com países que nos são próximos. Por isso mesmo, o

Governo procurou dispensar, às complexas relações que mantemos com os Estados Unidos da América, um tratamento que ensejasse a identificação mais fluente das áreas de coincidência e que permitisse o diálogo aberto, mas sereno, sobre questões onde houvesse divergência. Esse foi o sentido dos mecanismos de consulta, em alto nível, criados pelo Memorando de Entendimento de 1976, os quais se revelaram úteis nos momentos em que dificuldades bilaterais efetivamente surgiram.

"Nossas relações com o Canadá, fortaleceram-se inclusive no campo político.

"Por outro lado, conheceram importantes desenvolvimentos nossas relações com os países da Europa Ocidental, até então marcadas predominantemente por seu conteúdo econômico. As visitas presidenciais à Europa e o estabelecimento de mecanismos de consulta em alto nível, com diversos países, assinalaram que os aspectos propriamente políticos dessas relações ganharam, igualmente, o primeiro plano, o que assegura ao Brasil não só um relacionamento bilateral mais rico, mas também uma capacidade ampliada de diálogo dentro do Ocidente. Devo ressaltar, especialmente, o Acordo de Cooperação para os Usos Pacíficos da Energia Nuclear, assinado com a República Federal da Alemanha, que nos permite o acesso às tecnologias do ciclo completo do combustível nuclear. A capacidade brasileira de resistir aos obstáculos internacionais opostos à implementação desse Acordo e de desfazer os equívocos em que os mesmos se baseavam é cabal demonstração do amadurecimento de nossa política externa, granjeando o respeito da comunidade internacional.

"Reforçaram-se, igualmente, as relações do Brasil com os países do Oriente Médio. Nosso país afirmou, de maneira clara, sua posição quanto à questão que separa árabes e israelenses. Afirmou o Brasil o direito de todos os Estados da Região a viver em paz e segurança, dentro de fronteiras reconhecidas. Sempre que necessário, o Governo brasileiro manifestou-se, em escala universal, contra a ocupação de territórios pela força, assim como reafirmou seu reconhecimento do direito do povo palestino à autodeteminação e à soberania. Defendeu o Brasil a aplicação das Resoluções do Conselho de Segurança e manifestou-se favorável à solução da questão do Oriente Médio por meios pacíficos.

Na Ásia, intensificaram-se as relações com o Japão, que é hoje um dos mais importantes parceiros do Brasil. O reconhecimento da

República Popular da China, em 1974, foi um passo importante na evolução da política externa brasileira e abriu para o País novas possibilidades de atuação diplomática e de intercâmbio. Estreitaram-se as relações comerciais com a Austrália, a Indonésia e as Filipinas.

"No plano econômico, o maior desafio da política externa foi conter o déficit de nosso balanço comercial e atuar sobre o déficit de serviços. Para tanto, não se pouparam esforços na busca de novos mercados, inclusive no Terceiro Mundo, e na exploração sistemática de tradicionais mercados europeus e norte-americanos. Nas organizações econômicas internacionais, defendemos, com ênfase, acordos de produtos primários que garantam receitas estáveis de exportação, acordos tarifários que assegurem o acesso de nossas manufaturas ao mercado internacional, bem como sistemas de pagamentos internacionais e regras de movimentação de capitais, que nos sejam mais benéficos.

"As estruturas das relações econômicas internacionais, nas quais se inseriu a crise energética, tornaram flagrante a vulnerabilidade das economias nacionais, em graus diversos, às oscilações dos sistemas econômico mundial. No entender do Governo, é particularmente inquietante verificar que os sacrifícios reais terminam por ser absorvidos pelas populações das áreas menos favorecidas. Por essas razões, pronunciou-se o Brasil, com insistência, em favor do estabelecimento de uma ordem econômica internacional mais justa e eqüitativa."

(Extraído da Mensagem do Presidente Ernesto Geisel ao Congresso Nacional na abertura da Sessão Legislativa de 1979).

AMÉRICAS

Em 1978 as relações do Brasil com os demais países do Continente americano ocuparam a destacada posição que lhes é atribuída no conjunto de nossas relações exteriores e pautaram-se por um estreitamento cada vez maior dos contatos e por uma ampla cooperação em setores de interesse comum.

AMÉRICA DO SUL

Argentina

As relações do Brasil com a Argentina mantiveram o mesmo grau de intensidade anos anteriores.

Com respeito às negociações tripartites em torno de temas vinculados à construção e ao aproveitamento hidrelétrico de Itaipu e Corpus, prosseguiram as conversações entre autoridades brasileiras, paraguaias e argentinas, em encontros mantidos em Assunção, em março e abril, respectivamente.

Registrou-se troca de visitas de expressivas personalidades ligadas à vida nacional de um e outro país. Em março, a convite do Ministro da Marinha, visitou o Brasil o Vice-Almirante Armando Lambruschini, oportunidade em que manteve numerosos contatos com oficiais da Armada Brasileira, contribuindo, assim, para um maior congraçamento entre as Marinhas dos dois países. Em julho, o General Bento José Bandeira de Mello, acompanhado de comiti-

va de quatro oficiais superiores, visitou a Argentina, cumprindo intenso programa de atividades. Na ocasião, o visitante brasileiro assistiu, como convidado especial, à margem do programa originalmente previsto, à cerimônia de investidura do General Viola no cargo de Comandante-em-Chefe do Exército. Em retribuição à visita do General Bandeira de Mello à Argentina, tocou ao General Juan Carlos Camblor, Chefe do Comando de Engenharia, acompanhado de cinco oficiais, visitar o Brasil, em setembro. Esteve ainda na Argentina, em agosto, o Ministro do Trabalho, Deputado Arnaldo Prieto, a fim de participar de uma reunião de Ministros do Trabalho de alguns países sul-americanos, convocada por seu colega argentino.

No âmbito da cooperação bilateral entre autoridades aeronáuticas dos dois países, segundo os termos do Acordo Aéreo Bilateral de 1948, realizou-se em Buenos Aires a IX Reunião de Consulta de Autoridades Aeronáuticas. Na oportunidade, foram discutidos temas de interesse recíproco, havendo-se fixado, ainda, para o mês de setembro de 1979, a Reunião de Consulta seguinte a realizar-se no Rio de Janeiro.

No setor de telecomunicações, registrou-se, em maio, a conclusão das obras do sistema de microondas argentino, que possibilitou a inauguração do sistema de interconexão por microondas entre Buenos Aires e Rio de Janeiro. Concretizou-se, assim, o Convênio celebrado, em 1972, entre a Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL) e a Empresa de Telecomunicações da Argentina (ENTEL).

No contexto do comércio bilateral, a Argentina ocupou sua tradicional posição de principal parceiro comercial do Brasil na América Latina. O intercâmbio entre os dois países atingiu 882 milhões de dólares nos dois sentidos. As exportações brasileiras para o mercado argentino totalizaram 338 milhões de dólares, e as importações procedentes da Argentina somaram 544 milhões, acusando portanto saldo comercial de 206 milhões de dólares, favorável à Argentina. No que diz respeito à composição da pauta do intercâmbio, vale notar a crescente diversificação das transações. Ao lado dos tradicionais produtos fornecidos à Argentina (café, madeiras, frutas etc.), as vendas brasileiras incluíram manufaturados de alto valor agregado, tais como máquinas de escrever, bulbos para aparelhos de televisão, peças e acessórios para veículos automoto-

res etc. Por sua vez, também a composição da pauta dos produtos argentinos destinados ao Brasil tem experimentado ampliação qualitativa, abrangendo válvulas eletrônicas, máquinas para colheita de cereais e folhas de alumínio, entre outros manufaturados.

Paraguai

No contexto das relações brasileiro-paraguaias, mereceu especial destaque o encontro que o Presidente Ernesto Geisel manteve com o Chefe de Estado paraguaio, em outubro de 1978, no canteiro de obras da Itaipu Binacional, por ocasião do desvio do curso do Rio Paraná. Esse encontro, o sexto que o Presidente brasileiro manteve com o Presidente Alfredo Strossner, propiciou novas e proveitosas conversações sobre temas de interesse de ambos os países.

Em fevereiro, viajou ao Brasil o Chanceler Alberto Nogues para manter entendimentos com o Chanceler Azeredo da Silveira, relativos à criação da Comissão Geral de Cooperação e Coordenação e á demarcação de limites de ilhas do Rio Paraguai, a qual se concretizou mediante troca de Notas.

Em abril, uma equipe de técnicos dos DNER viajou a Assunção a fim de dar assistência aos trabalhos da Comissão Mista Paraguaio-Brasileira e elaborar um estudo sobre a pavimentação da Rodovia nº V, Concepción – Ponta Porã.

Em junho, o Presidente Alfredo Stroessner, acompanhado de todo seu Gabinete e de outras altas autoridades, visitou o canteiro de obras de Itaipu Binacional.

Em julho, viajaram a Paranaguá os Ministros paraguaios de Obras Públicas, da Saúde e Defesa Nacional e da Agricultura, a fim de inaugurarem a nova sede da Administração paraguaia naquele depósito franco. Ainda em julho, foi aprovada pelo Conselho Nacional da Coordenação Econômica do Paraguai a adjudicação ao grupo brasileiro Dedini-Codistil das obras de instalação de uma fábrica de álcool absoluto.

Em agosto, por ocasião da reeleição do Presidente Alfredo Stroessner, viajou ao Paraguai o Vice-Presidente Adalberto Pereira dos Santos, na qualidade de Chefe da Missão Especial do Governo brasileiro. No mesmo mês, realizou-se em Brasília o I Encontro de Cooperação Técnica em Promoção Comercial entre os dois países.

Ainda em agosto viajava a Assunção o Centro Médico Naval "Marcílio Dias", levando, como doação da Marinha de Guerra do Brasil, um lote de um milhão de doses de medicamentos antituberculose. Nesse mesmo mês, o Exército Brasileiro doou ao Exército Paraguaio cinco carros de combate M3A1.

Em setembro, o Ministério das Comunicações doou ao Paraguai equipamento técnico de telecomunicação, no valor de 50 mil dólares, e que gerou um incremento de 1/3 sobre a atual rede de telex do País. Nesse mesmo mês, uma equipe de técnicos da **Administración Nacional de Navegación y Puertos** iniciou, com a presença de observador brasileiro, indicado pelo Ministério da Marinha, um trabalho de levantamento hidrotopográfico do Rio Apa, na desembocadura do Rio Paraguai, em área fronteiriça com o Brasil.

Uruguai

A visita oficial do Senhor Presidente da República ao Uruguai, realizada de 25 a 27 de janeiro, atendendo a convite formulado pessoalmente, em Brasília, pelo Presidente Aparício Méndez, em 7 de julho de 1977, simbolizou o excelente estado das relações entre os dois países e constitui o quarto encontro ocorrido entre Chefes de Estado do Brasil e do Uruguai desde 1974, ano em que o Presidente Ernesto Geisel assumiu a Chefia do Governo brasileiro.

A visita do Presidente Geisel teve por objetivos retribuir a presença do Presidente Méndez em Brasília, reforçar os laços de amizade entre os dois países; examinar, em alto nível, o andamento da colaboração bilateral; passar em revista temas de interesse mundial e continental e dar cunho solene e significativo à cerimônia de troca dos instrumentos de ratificação do Tratado da Bacia da Lagoa Mirim e do Protocolo do Rio Jaguarão, anexo ao mesmo. Ambos os instrumentos haviam sido assinados por ocasião da visita do Presidente uruguaio em julho de 1977 e sua ratificação colocou também em vigor o Estatuto da Comissão Mista Brasileiro-Uruguaia para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim.

Ainda por ocasião da visita presidencial ao Uruguai foram assinados, na presença dos dois Mandatários, um "Acordo de Previdência Social", um "Ajuste Relativo à Sanidade Animal, Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica", de 12 de julho de 1975, e um "Acordo sobre Radioamadorismo". Foi

igualmente concluído, ao ensejo da visita, um "Convênio de Participação Recíproca nos Contratos de Resseguro Internacional", este último formalizado entre os Presidentes do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) e do **Banco de Seguros del Estado**, do Uruguai.

Quando da assinatura dos tratados de cooperação acima referidos, os dois Presidentes receberam da Comissão Mista Brasileiro-Uruguaia para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim o projeto básico de aproveitamento hidroelétrico de Passo do Centurião, sobre o Rio Jaguarão, elaborado sob a coordenação da SUDESUL e de técnicos uruguaios, assim como a documentação relativa ao projeto final da Barragem de Talavera e sistema de irrigação, preparado em decorrência de convênios celebrados pelo Uruguai com o PNUD.

O Presidente Geisel, empenhado em que a visita propiciasse novas iniciativas no campo da cooperação bilateral, ao mesmo tempo em que demonstrasse à opinião pública dos dois países a especial amizade que os une, fez-se acompanhar por oito Ministros de Estado, além de altas autoridades do Governo brasileiro. Ademais, no intuito de estreitar os laços comerciais com o Uruguai, o Presidente Geisel convidou 32 empresários brasileiros para acompanhá-lo em sua visita.

As conversações presidenciais centraram-se nos temas de ordem bilateral, havendo sido tratados, em especial, assuntos referentes ao comércio entre os dois países e ao processo integrado de desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim. Sobre o intercâmbio comercial os dois Presidentes manifestaram sua satisfação pelo funcionamento do Prorocolo de Expansão Comercial, firmado em Rivera, em 1975, em cujo âmbito as exportações uruguais apresentaram superavit. Nesse contexto, convieram em que se realizasse outra Reunião da Subcomissão de Expansão Comercial Brasil-Uruguai. Quanto à cooperação na área da Bacia da Lagoa Mirim, ambos os Presidentes autorizaram a Comissão da Lagoa Mirim a manter, junto aos órgãos de planejamento e finanças dos respectivos países, gestões para a obtenção dos recursos necessários com às obras do Projeto Jaguarão. Atendendo à solicitação do Presidente Méndez, o Presidente Geisel prontificou-se a conceder financiamento para equipamentos e serviços brasileiros referentes à parte que corresponde ao Uruguai no Projeto Jaguarão. Os dois Presidentes também concordaram em determinar providências para a cons-

trução de vias de acesso às obras do Passo do Centurião.

No curso da visita, os Ministros de Estado e demais membros da comitiva presidencial mantiveram úteis conversações com seus colegas uruguaios e outras autoridades do país vizinhos sobre diversos temas de interesse comum. Mereceram destaque especial as conversações mantidas pelo Ministro da Fazenda do Brasil e o Ministro da Economia do Uruguai, pelas quais ficou acertado que o Brasil, através de um Aditivo ao Convênio de Crédito de 12 de junho de 1975, ofereceria outro financiamento ao Uruguai, da ordem de 50 milhões de dólares, para aquisição de bens de capital brasileiros.

O Ministro brasileiro da Saúde e o Ministro da Saúde Pública do Uruguai acertaram a celebração de um acordo amplo, com visitas à coordenação de programas de saúde pública, possibilitando assim ações sincronizadas em benefício das populações de ambos os lados da fronteira.

Conforme acertado durante a visita do Presidente Ernesto Geisel ao Uruguai, reuniu-se, em Brasília, nos dias 8 e 9 de maio, a Subcomissão de Expansão Comercial criada pelo Protocolo de Expansão Comercial; nessa oportunidade foi negociada a ampliação das listas de concessões dos dois países. Entre aumentos de quotas e a inclusão de produtos, as novas concessões brasileiras tiveram valor estimado em US$ 27 milhões, o que elevou para US$ 110 milhões a abertura potencial do mercado brasileiro para os produtos industrializados uruguaios. Na mesma ocasião, foram acordadas também algumas modificações nos procedimentos para utilização do PEC, em atenção à solicitação formulada pelo Uruguai e com vistas à agilização daquele instrumento.

Atendendo a convite do Ministro da Fazenda, o Ministro da Economia e Finanças do Uruguai, Senhor Valentin Arismendi Elgue, realizou visita oficial ao Brasil, de 5 a 8 de junho de 1978, acompanhado do Presidente do Banco Central do Uruguai e do Diretor de Comércio Exterior. A vinda do Ministro Arismendi inseriu-se na política seguida pelos dois Governos de manter encontros periódicos de alto nível, para o exame pormenorizado dos vários assuntos que constituem a ampla gama de suas relações.

Os Ministros Simonsen e Arismendi mantiveram proveitosas conversações sobre as relações econômicas e financeiras bilaterais. Em solenidade realizada no Ministério da Fazenda, os Ministros brasileiro e uruguaio presidiram a cerimônia de assinatura, pelos

Presidentes dos Bancos e do Brasil e do Banco do Uruguai, de um Aditamento ao citado Convênio de Crédito de 1975, de 50 milhões 100 milhões de dólares. Após sua estada em Brasília, o Ministro Arismendi visitou igualmente Porto Alegre, onde manteve contatos com autoridades das áreas federal e estadual e com representantes do setor empresarial gaúcho.

Por ocasião da IV Exposição Internacional de Esteio, no Rio Grande do Sul, no período de 20 a 28 de agosto da qual participaram 62 firmas uruguaias, estiveram no Brasil os Ministros uruguaios da Economia e Finanças, senhor Valenti Arisméndi, e da Indústria e Energia e interino da Agricultura e Pesca, senhor Luis H. Meyer, que atestaram na ocasião o excelente estágio das relações comerciais, sobretudo a partir da ampliação do Protocolo de Expansão Comercial mas, especialmente, em termos de complementação econômica bilateral.

Em outubro ultimaram-se as obras de contenção do trecho final e da barra do arroio Chuí, em cumprimento imediato ao acordo por troca de notas celebrado em Rivera, em 12 de junho de 1975, pelos Chanceleres dos dois países, na presença dos Presidentes Geisel e Bordaberry. O término do empreendimento adquiriu relevância especial no contexto do relacionamento brasileiro-uruguaio, por representar a culminação histórica da política de materialização da linha de fronteira comum – a primeira a ser demarcada no século passado com um país vizinho. Os trabalhos de engenharia foram efetuados sob a responsabilidade da PORTOBRÁS, constituindo aquele empreendimento o ponto de origem dos limites terrestres e marítimo do Brasil com a República Oriental do Uruguai.

A Comissão Mista Brasileiro-Uruguaia para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim reuniu-se em Brasília, em outubro de 1978, com a participação dos representantes do PNUD no Brasil e no Uruguai, a fim de acertar as bases finais do contrato entre a Comissão e aquele organismo internacional, pelo qual se comprometeu o PNUD a elaborar projeto para o sistema de irrigação do Rio de Jaguarão.

Ainda com referência à integração na região da Bacia da Lagoa Mirim foi celebrado, no mês de outubro, convênio entre a SUDESUL e o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER), do Rio Grande do Sul, com a interveniência do Município de Herval, com o objetivo de implantar, em território brasilei-

ro, uma rodovia que possibilite acesso ao local da futura barragem e central hidro-elétrica do Passo do Centurião, no Rio Jaguarão. Este Convênio veio dar forma concreta aos compromissos assumidos pelo Presidente Geisel durante sua visita a Montevidéu, em janeiro.

Chile

Produziram seus efeitos positivos em 1978 as decisões a que chegou a IV Reunião da Comissão Especial de Coordenações Brasileiro-Chilena, realizada em Brasília, no ano precedente.

Registrou maior dinamismo o intercâmbio comercial, particularmente do lado das importações brasileiras de produtos chilenos. O interesse dos empresários brasileiros pelo cobre chileno prevaleceu, a despeito de não mais vigorarem as medidas internas no Brasil, que, com base na Resolução nº 354 do Banco Central, de dezembro de 1975, atuavam no sentido de desestimular as entradas de cobre procedentes de outras áreas fora da Associação Latino-Americana de Livre Comércio. A revogação da Resolução nº 354 acima citada deveu-se à entrada em vigor da Resolução nº 443 do Banco Central, de 14 de setembro de 1977, cuja aplicação, no tocante a diversos itens sobre cobre, data do início de 1978. Em contrapartida, o mercado chileno continuou a apresentar boas perspectivas de colocação de mercadorias brasileiras como o demonstrou o apreciável número de empresas brasileiras que toma parte na XVI Feira Internacional de Santiago, realizada entre 26 de outubro a 12 de novembro. O Brasil esteve presente à FISA com um pavilhão de amplas dimensões, acima de 5.600 metros quadrados, acercando-se da centena o número de empresas nacionais representadas.

No campo financeiro, mantiveram-se os créditos, proporcionados em valores substanciais pelo Brasil ao Chile, tendo em vista sobretudo o amparo das exportações brasileiras de bens de capital e de consumo durável. Novas agências do Banco do Brasil abertas em cidades chilenas concorreram, em esforços conjuntos com a agência do mesmo banco em Santiago, para que o relacionamento econômico entre ambos os países adquirisse maior dinamismo. Contribuíram também as atividades de outros bancos brasileiros na Capital chilena.

A área da cooperação técnica foi objeto de especial empenho dos Governos dos dois países, valendo registrar a visita ao Brasil,

em abril, do General Julio Canessa Robert, Presidente da "Comission Nacional de la Reforma Administrativa" do Chile que manteve encontros com diversas autoridades brasileiras interessadas na questão.

Os Governos do Brasil e do Chile prosseguiram seus esforços visando a agilizar o emprego dos diferentes meios de transporte, que constituem elementos de alta importância para a intensificação do intercâmbio bilateral. Tanto os transportes marítimos quanto os terrestres e aéreos mereceram dedicada atenção das respectivas autoridades, sendo de salientar que, no caso dos transportes aéreos, e empresa chilena LADECO ("Línea Aérea del Cobre") inaugurou, no decorrer de 1978, suas rotas para o Brasil, ampliando, dessa forma, a capacidade disponível de transporte entre o Brasil e aquele país andino.

Acontecimento de alcance histórico foi a trasladação dos restos mortais do historiador e diplomata brasileiro Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro, do Cemitério Geral de Santiago para a cidade de Sorocaba, em São Paulo, próximo ao local de seu nascimento.

Visitou o Brasil, entre 9 e 19 de outubro, o General-de-Divisão Washington Carrasco Fernandez, Chefe do Estado Maior do Exército do Chile. De 24 a 31 daquele mesmo mês, coube ao General-de-Divisão Florimar Campello, Vice-Chefe do Estado Maior do Exército do Brasil, empreender viagem ao Chile.

Em cerimônia realizada no Itamaraty, em 14 de novembro, foram trocados, entre o Ministro de Estado das Relações Exteriores e o Embaixador do Chile, os instrumentos de ratificação do Convênio de Cooperação Cultural e Científica entre o Brasil e o Chile, que fora celebrado em Brasília, em 23 de dezembro de 1976.

Bolívia

As relações Brasil-Bolívia foram marcadas, em 1978, pela visita das seguintes altas autoridades bolivianas: por ocasião da assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica, em 3 de julho, do Ministro das Relações Exteriores e Culto, General-de-Divisão Aérea Oscar Adriazola Valda; entre os dias 7 e 11 de outubro, do Subsecretário das Relações Exteriores, Embaixador Marcelo Ostria Trigo; entre os dias 16 e 17 de outubro, do Ministro de Transportes, Comunicações e Aeronáutica Civil, Senhor Alfredo Franco Guachalla; e

no dia 25 de outubro, do Ministro de Energia e Hidrocarbonetos, Senhor Jaime Larrazábal.

O Subsecretário das Relações Exteriores da Bolívia viajou ao Brasil na qualidade de Emissário Especial do Presidente Pereda Asbún, com o objetivo de examinar aspectos da implementação do Acordo de Cooperação e Complementação Industrial, assinado em Cochabamba, em 22 de maio de 1974. Durante sua estada em Brasília, foi recebido em audiência pelo Senhor Presidente da República e entrevistou-se com o Ministro de Estado das Relações Exteriores, e com o Ministro das Minas e Energia, Senhor Shigeaki Ueki.

Para conversações sobre a execução dos estudos finais de engenharia da ferrovia Cochabamba-Santa Cruz de la Sierra, objeto da Declaração Conjunta de 22 de maio de 1974, o Ministro de Transportes, Comunicações e Aeronáutiva Civil, Senhor Alfredo Franco Guachalla, manteve entrevista com o Ministro de Estado das Relações Exteriores, com o Ministro de Estado, Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, Professor João Paulo dos Reis Velloso, e com o Secretário-Geral do Ministério dos Transportes, General Newton Cyro Braga. O Ministro Franco Guachalla entrevistou-se, igualmente, com o Ministro das Comunicações, Comandante Euclides Quandt de Oliveira, a fim de tratar de aspectos da interconexão entre os sistemas de telecomunicações dos dois países. O Ministro boliviano convidou o Ministro Quandt de Oliveira a assistir, em La Paz, à cerimônia de inauguração da estação rastreadora de satélites, prevista para o início de 1977, e realçou a importância do acontecimento para a melhoria do sistema de comunicações entre o Brasil e a Bolívia.

De grande significado para as relações Brasil-Bolívia e prova do firme propósito brasileiro de dar continuidade aos programas de cooperação entre os dois países foi a assinatura, no dia 25 de outubro, pelo Ministros de Minas e Energia do Brasil e o Ministro de Energia e Hidrocarbonetos da Bolívia, do Acordo de Intenções entre a Petrobrás e "Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos S.A.", relativo a aspectos de um contrato para compra e venda de gás natural boliviano. O referido Acordo de Intenções constituiu avanço significativo no que diz respeito ao projeto de fornecimento, pela Bolívia, de gás natural do Brasil, no contexto do Acordo de Cooperação e Complementação Industrial, de 22 de maio de 1974. Ainda com referência à cooperação no campo dos combustíveis, os dois Governos concluíram, no dia 26 de fevereiro, um A-

cordo sobre a Instalação e Funcionamento, na cidade do Rio de Janeiro, de um escritório de "Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos S.A.", o qual entrou em vigor no dia 18 de agosto.

Outro ponto significativo, contexto das relações Brasil-Bolívia, foi a assinatura, em La Paz, no dia 19 de julho, de um acordo por troca de Notas para criação de uma Comissão Mista **ad hoc** destinada a coordenar a elaboração dos estudos finais para habilitação do canal de Tamengo, no rio Paraguai, na região fraonteiriça entre os dois países. A Comissão em apreço insere-se no contexto dos projetos bolivianos para possibilitar o escoamento de produtos não tradicionais de exportação em direção aos portos marítimos, por intermédio do rio Paraguai.

Em 25 de outubro, realizou-se na cidade de Santa Cruz de la Sierra a II Reunião da Comissão Administradora do Fundo de Desenvolvimento, criado pelo Protocolo Adicional sobre Ligação Ferroviária, de 28 de fevereiro de 1938, a qual aprovou um conjunto de 13 projetos nos campos da agropecuária, construção civil, metalurgia e indústria madeireira. Tais projetos deverão beneficiar as zonas de influência da ferrovia Corumbá-Santa Cruz e contribuir não somente para sua melhor rentabilidade como também para o maior intercâmbio entre os dois países.

Colômbia

Atendendo a convite do Governo colombiano, o Governo brasileiro enviou a Bogotá Delegação especial às cerimônias de posse do Presidente Julio César Turbay Ayala, de 5 de 10 de agosto. A Delegação brasileira foi chefiada pelo Senhor Maurício Rangel Reis, Ministro de Estado do Interior, e integrada pelo Embaixador do Brasil em Bogotá e pelo Doutor Francisco Arinos Costa e Silva, Diretor da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco.

No âmbito do Acordo de Cooperação Carbonífera, de 18 de junho de 1976, realizou-se em Bogotá, em maio, a Reunião do Comitê Conjunto Brasileiro-Colombiano sobre Carvão. Participaram da reunião representantes da Siderbrás e do Ministério das Relações Exteriores, por parte do Brasil, e da Carbocol, Ingeominas e do Ministério de Minas e Energia, por parte da Colômbia. Ficou estabelecido que os investimentos brasileiros destinados sobretudo a atender às despesas com o contrato de sondagem e o início dos trabalhos de perfurações, testes geofísicos e hidrogeológicos, seriam

considerados aportes de capital para fins de composição da empresa binacional destinada à exploração e comercialização do carvão colombiano. O contrato de sondagem, para levantamento do potencial das jazidas na área selecionada de comum acordo, foi assinado entre a SIDERBRÁS e as empresas Kopex, da Polônia, e "Boyles Bros. Serviços Técnicos", a primeira para prestação de assistência técnica a projeto e a segunda para executar os trabalhos de perfuração. A Ata Final da reunião constituiu marco significativo no processo de implementação do Acordo do Carvão, na medida em que estabelece o quadro dos compromissos recíprocos que ambas as partes consideraram conveniente determinar para assegurar o mais rápido andamento do programa. O documento pormenoriza aspectos do programa no sentido de criar a necessária continuidade entre as diversas fases do Acordo, cuja execução far-se-á integralmente, embora de maneira gradual, até que se institua uma empresa binacional destinada à exploração e comercialização do carvão colombiano.

No quadro do intercâmbio econômico-comercial, vale assinalar a realização, em março último, nas dependências da agência do Banco do Brasil em Bogotá, de reunião que contou com a presença de vários personalidades do setor financeiro, comercial e industrial local, bem como de representantes de firmas brasileiras na capital colombiana e durante a qual foi fundada a Câmara de Comércio Colombo-Brasileira. A nova entidade propõe-se a complementar, na Colômbia, o trabalho que vem sendo realizado em prol do incremento do intercâmbio comercial bilateral pela Câmara de Comércio Brasil-Colômbia, com sede em São Paulo.

Ainda na área das iniciativas de caráter econômico-comercial, por ocasião do Centenário da Câmara de Comércio de Bogotá e em atenção a convite daquela instituição, viajou a Bogotá, para assistir às comemorações do aniversário, no mês de outubro, o Doutor João Batista Abreu de Oliveira, Secretário-Geral do Conselho de Desenvolvimento Comercial, como representante do Ministério da Indústria e Comércio.

Equador

As relações entre o Brasil e o Equador foram marcadas, em 1978, pela visita a Brasília do Chanceler José Ayala Lasso que, à frente de Delegação de alto nível, participou, em 3 de julho últi-

mo, da cerimônia solene de assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica.

No campo das relações comerciais, os Governos brasileiros e equatoriano concluíram em Quito, em 2 de julho, acordo por troca de Notas relativo ao fornecimento de equipamento rodoviário pelo Brasil. Segundo os termos do acordo, o Brasil compromete-se a adquirir do Equador, em contra-partida, petróleo no montante de vinte milhões de dólares, segundo mecanismos de compensação previamente acertado.

Com o propósito de ajustar operações comerciais capazes de contribuir substancialmente para o incremento do intercâmbio bilateral, visitou Quito, em setembro, o Senhor Geonísio Barroso, Vice-Presidente Executivo da Braspetro. Durante sua permanência na capital equatoriana, o Vice-Presidente da Braspetro teve a oportunidade de prosseguir os contatos com os dirigentes da Companhia Equatoriana de Petróleo (CEPE) a respeito de uma possível colaboração entre as duas empresas na exploração do petróleo equatoriano.

A fim de familiarizar-se com o processo de desenvolvimento econômico da Amazônia legal, visitou Manaus e Belém do Pará, em setembro, o Tenente-Coronel Gustavo Vaca Ruilova, Diretor-Executivo do Instituto Nacional de Colonização da Região Amazônica do Equador – INCRAE, que se fez acompanhar do Diretor de Planejamento, Economista Octavio Moreno, e do Diretor do Setor Econômico Engenheiro Ivan Poveda. Durante sua permanência naquelas duas cidades os visitantes cumpriram programa organizado pela SUDAM e tiveram a oportunidade de manter contatos com os dirigentes dos órgãos da Administração Federal na Amazônia, tais como INCRA, FUNAI, EMBRAPA e IBDF.

Guiana

As relações Brasil-Guiana pautaram-se pela execução de programas de colaboração que visam a aproveitar as experiências adquiridas por ambos os países na área do desenvolvimento econômico, de acordo com as condições específicas de cada um. Esses programas situaram-se, em particular, nos campos da cooperação econômico-financeira, técnica, cultural e de intercâmbio e treinamento básico.

No campo da cooperação técnica, o Ministério das Relações

Exteriores elaborou programa de assistência para o estabelecimento, pela Guiana, de um projeto de desenvolvimento da indústria do álcool e de fornecimento de **know-how** para sua utilização como combustível. Com esse propósito, missão brasileira visitou Georgetown no mês de outubro.

No campo da assistência médico-hospitalar, o hospital de Bonfim, Território de Roraima, dispensou, de maneira regular, tratamento a cidadãos guianenses que vivem na fronteira.

No campo cultural, um grupo de 34 músicos guianenses visitou o Brasil nos meses de maio-junho, para apresentações nas cidades de Belém, Brasília, Goiânia, Rio de Janeiro e São Paulo. Ao seu regresso a Georgetown, o grupo organizou espetáculos para divulgação da música brasileira na Guiana.

A convite do Itamaraty, esteve no Brasil, no mês de agosto, o Embaixador Loyd Searwar, Assessor do Primeiro-Ministro da Guiana para Assuntos de Cooperação Internacional. O Embaixador Searwar visitou Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Ouro Preto e manteve contato com setores culturais, administrativos, técnicos e universitários brasileiros. Em Brasília, visitou o Instituto Rio-Branco e manteve conversações, no Itamaraty e na Secretaria de Planejamento da Presidência da República, com as autoridades ligadas à cooperação técnica e econômica internacional.

Por ocasião da visita a Brasília do Ministro das Relações Exteriores, Senhor Rasleigh Esmond Jackson, evidenciou-se, mais uma vez, o alto nível que tem caracterizado as relações entre o Brasil e a Guiana.

Peru

O impulso positivo dado as relações Brasil – Peru que se acentuara em 1977 com a visita oficial do Chanceler José de la Puente Radbill e as reuniões da Comissão Mista de Cooperação Econômica e Técnica e da subcomissão Mista para a Amazônica, garantiu a execução dos estudos preparatórios para implementação do importante conjunto de medidas acertadas naquelas ocasiões e que visam a assegurar um processo de cooperação eficaz entre os dois países, especialmente em torno do objetivo comum do desenvolvimento das respectivas áreas amazônicas.

Mediante entendimentos entre os órgãos competentes dos dois Governos, sob coordenação das respectivas chancelarias, exami-

nou-se o estabelecimento de critérios para sistematização dos dados existentes, com vistas à regulamentação do comércio fronteiriço; à coordenação entre os organismos regionais de desenvolvimento; ao enlace rodoviário fronteiriço e à cooperação técnica. Estabeleceram-se, outrossim, os mecanismos necessários à comunicação direta entre as respectivas Diretorias de Hidrografia e Navegação, para coordenação de um sistema de auxílio à navegação na calha principal do rio Amazonas, objeto de acordo de 5 de novembro de 1976. No campo da conservação da flora e da fauna, ambos os Governos aprovaram o Plano de Ação para 1977-78, relativo ao Acordo para Conservação da Flora e da Fauna dos Territórios Amazônicos do Brasil e do Peru.

No campo da cooperação financeira, o Governo brasileiro autorizou a concessão pelo Banco Central do Brasil, ao Banco Central da Reserva do Peru, de um empréstimo de curto prazo, no valor de US$ 15 milhões, para atendimento de compromissos externos de vencimento imediato. O empréstimo brasileiro constitui parcela de um total de US$ 85 milhões, repartidos entre os Bancos Centrais de 5 países latinos, entre os quais o Brasil.

O alto nível das relações entre o Brasil e o Peru foi sublinhado, de maneira particular, pela visita ao Brasil do Chanceler José de la Puente Radbill, nos dias 3 e 4 de julho, para a assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica.

Suriname

As relações entre o Brasil e o Suriname, em 1978, foram assinaladas pela visita a Brasília do Primeiro-Ministro e Ministro para Assuntos Gerais e Estrangeiros, Doutor Henck Alfonsus Eugene Arron. À frente de Delegação de alto nível, o Ministro Henck Arron participou, em Brasília, juntamente com os demais Chanceleres dos países amazônicos, da cerimônia solene de assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica, no dia 3 de julho.

Com o objetivo de estimular a cooperação cultural entre o Brasil e o Suriname, prevista no Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio e no Acordo Cultural, firmados pelos dois países em 22 de junho de 1976, o Governo brasileiro colocou à disposição do Governo do Suriname um avião da Força Aérea Brasileira que transportou, de Belém a Paramaribo, os integrantes do Coral brasileiro "Ettore Bosio"; e de Paramaribo a Belém, os participantes da

Banda Militar das Forças Armadas do Suriname, com o retorno correspondente.

A exibição da Banda Militar das Forças Armadas do Suriname na capital paraense ocorreu no período de 17 a 24 de outubro. O Ministério das Relações Exteriores convidou o Tenente-Coronel Reuben George Essed, Comandante, interino, das Forças Armadas do Suriname assistir às apresentações. Durante sua estada, o Coronel Essed, realizou visitas de cortesia a autoridades civis e militares sediadas em Belém, bem como à Universidade Federal do Pará.

Por outro lado, os integrantes do coro "Ettore Bosio" exibiram-se em Paramaribo, no período de 17 a 24 de outubro de 1978, tendo sido recebidos em audiência pelo Presidente da República do Suriname.

Com o objetivo de incrementar a cooperação econômica e comercial, visitou Brasília e São Paulo, em setembro, o Ministro do Desenvolvimento Nacional do Suriname, Senhor Michel Cristian Cambrige. Nas cidades visitadas, o Ministro surinamense manteve diversos contatos com autoridades e empresários brasileiros, a fim de ampliar as perspectivas de maior participação das firmas nacionais no processo de desenvolvimento daquele país.

Ambos os Governos procederam, em 1978, a estudos pormenorizados sobre as possibilidades abertas à cooperação bilateral pelo Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio; pelo Acordo Cultural e pelo Acordo Básico de Cooperação Científica, firmados em Brasília em 22 de julho de 1977, por ocasião da visita ao Brasil do Ministro-Presidente e Ministro para Assuntos Gerais e Estrangeiros, Senhor Henck Arron. Os referidos estudos, nas áreas da cooperação técnica, econômico-financeira, comercial, de transportes e comunicações, visam à formulação de projetos específicos a serem examinados na I Reunião da Comissão Mista Brasil-Suriname.

Venezuela

Tiveram prosseguimento, em ritmo altamente positivo, as medidas adotadas pelos Governos brasileiro e venezuelano com vistas à dinamização das relações bilaterais, objeto de entendimentos no mais alto nível político, por ocasião da visita oficial do Presidente Carlos Andrés Pérez, em 1977.

As principais iniciativas no âmbito bilateral, em 1978, visaram à rápida implementação das decisões tomadas por ocasião daquela

visita, algumas delas consubstanciadas em acordos assinados entre os dois Governos. Entre tais medidas, de produnda repercussão no processo de aproximação recíproca, ressalta a inauguração, em 31 de julho, da sucursal do Banco do Brasil S.A. em Caracas, objeto do acordo que estabelece o quadro operacional para funcionamento de sucursais bancárias em um e outro país, de 17 de novembro de 1977. À cerimônia de inauguração compareceu expressiva Delegação brasileira, chefiada pelo Presidente do Banco do Brasil, Doutor Karlos Rischbieter. Adiantaram-se, por sua vez, os entendimentos do "Banco Unión", da Venezuela, junto ao Banco Central do Brasil, com vistas à abertura de sucursal daquela entidade de crédito venezuelana no Brasil.

Em cumprimento ao acertado durante a visita do Presidente Pérez, a respeito da realização de consultas periódicas entre os Ministros das Minas e Energia dos dois países, sobre matéria de suas respectivas áreas, o Ministro das Minas e Energia do Brasil, Senhor Shigeaki Ueki, visitou a Venezuela no mês de abril. Na oportunidade, estabeleceram-se bases para a ampliação do comércio de petróleo e produtos minerais entre as empresas estatais, numa transação comercial da ordem de 150 milhões de dólares/ano. A quantidade total de vendas de petróleo venezuelano ao Brasil passou, em conseqüência, de 8 mil para 34 mil barris diários. A parte venezuelana, além das compras habituais, ficou de examinar a possibilidade de adquirir produtos petroquímicos excedentes da indústria brasileira e a Companhia Vale do Rio ficou de estudar com a "Corporación Venezolana de la Guayana" a possibilidade de venda de minérios brasileiros, em caráter preferencial, para atender a necessidades venezuelanas.

No campo comercial, o contrato assinado em 28 de fevereiro entre os consórcio liderado pela empresa brasileira "Camargo Corrêa" e a "Corporación Venezolana de la Guayana" constitui empreendimento que, por sua magnitude, abre nova faixa de possibilidades à participação de empresas dos dois países em empreendimentos conjuntos, no setor da infra-estrutura. Trata-se de iniciativa destinada aos trabalhos de construção da segunda fase da Represa do Guri, uma das maiores do mundo. Em decorrência do contrato, cerca de três mil brasileiros, entre técnicos de todos os níveis e suas famílias, deverão instalar-se na Venezuela durante a execução do projeto. O contrato alcança a expressiva cifra de 1,3 bilhão de dólares e é o maior já firmado no setor da construção pesada da

Venezuela. O prazo previsto para conclusão das obras é de 7 anos.

Fato de especial significação no contexto da amizade brasileiro-venezuelana, foi a inauguração, nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, em 12 e 16 de outubro, respectivamente, das estátuas do Libertador Simón Bolivar e do Generalíssimo Francisco de Miranda, gentilmente doados àquelas duas Municipalidades pelo Governo da Venezuela. O expressivo gesto de congraçamento foi conseqüência, do oferecimento feito pelo Presidente Carlos Andrés Perez, quando de sua visita ao Brasil, em 1977. Para as solenidades que celebraram a inauguração das estátuas, o Governo venezuelano enviou ao Brasil Delegação de alto nível, chefiada por sua Excelência o Doutor José Luiz Salcedo Bastardo, Ministro de Estado para a Ciência, Cultura e Tecnologia e ex-Embaixador no Brasil. As cerimônias de inauguração cercaram-se de grande brilho, tendo a Delegação visitante sido homenageada, no Rio de Janeiro, pelo Governador Floriano P. de Faria Lima e pelo Prefeito Marcos Tamoyo e, em São Paulo, pelo Governador Paulo Egydio Martins e pelo Prefeito Olavo Setúbal.

O alto nível do relacionamento entre o Brasil e a Venezuela evidenciou-se ainda, no decorrer de 1978, por ocasião da visita a Brasília do Chanceler Simón Alberto Consalvi, 3 a 4 de julho, para a assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica.

FRONTEIRAS

As duas Comissões Brasileiras Demarcadoras de Limites prosseguiram ativamente seus trabalhos de campo e de gabinete, com vistas à melhor definição física da linha fronteiriça terrestre, marítima e fluvial entre o Brasil e os países confinantes. Nesse quadro, tiveram singular relevância a conclusão das obras de contenção do trecho final e da barra do arroio Chuí, na divisa com a República Oriental do Uruguai; o término das operações de demarcação na raia terrestre com a Bolívia; os trabalhos demarcatórios encetados em ilhas situadas no trecho limítrofe do rio Paraguai, adjudicadas ao Brasil e ao Paraguai, mediante acordo celebrado entre ambos os Governos, em Brasília, em 15 de fevereiro; e a viagem realizada, nos meses de setembro e outubro, pelo navio hidrográfico CANO-

PUS, da Marinha de Guerra, com dois observadores franceses a bordo, objetivando o levantamento cartográfico da baía do Oiapoque.

Cumpre salientar, com respeito às Conferências das Comissões Demarcadoras de Limites entre o Brasil e os países vizinhos, o clima de fraterno relacionamento e que presidiu as respectivas sessões plenárias. A exemplo dos anos anteriores, efetuaram os delegados demarcadores do Brasil, juntamente com seus colegas sul-americanos, missões de inspeção, reparação e construção de marcos de limites, muitas vezes situados em zonas de difícil acesso, havendo-se recorrido ao apoio da Força Aérea Brasileira.

Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites

Em fevereiro, em decorrência de entendimentos diplomáticos entre os governos do Brasil e do Suriname, técnicos brasileiros da Primeira Comissão de Limites acompanharam técnicos surinamenses em trabalhos topográficos realizados por estes últimos na região fronteiriça, com vistas ao mapeamento do território do Suriname.

No âmbito das relações entre o Brasil e a Venezuela, celebrou-se em março, em Brasília, a Quadragésima Conferência da Comissão Mista Brasileiro-Venezuelana Demarcadora de Limites, ocasião em que se aprovaram os trabalhos efetuados na campanha demarcatória de janeiro a maio de 1977. Na referida Conferência, concordaram os Comissários demarcadores de ambas as Partes em dar andamento, de setembro a dezembro de 1978, a trabalhos demarcatórios na fronteira comum, tendo aeronaves da Força Aérea Brasileira e da Força Aérea Venezuelana participado da operação.

Realizou-se em abril, em Bogotá, a segunda Conferência da Comissão Mista de Inspeção de Marcos da Fronteira Brasileira-Colombiana, ocasião em que foram apreciadas as atividades técnicas desenvolvidas em outubro de 1977, e planejada a seqüência dos trabalhos de inspeção da Comissão Mista ao longo de toda a linha divisória comum, de Tabatinga até Cucui.

Cabe assinalar a reativação das atividades da Comissão Mista Brasileiro-Francesa Demarcadora de Limites, que se reuniu em sua Quarta Conferência em Brasília, no mês de setembro. Tal reunião plenária veio propiciar, em nível técnico, a retomada dos entendimentos entre ambos os Governos, com vistas à demarcação e carac-

terização da linha fronteiriça terrestre e, sobretudo, à delimitação da fronteira lateral marítima entre o Brasil e o Departamento Francês da Guiana. Nesse contexto, aprovaram-se os Termos de Inauguração dos marcos chantados por comissários brasileiros e franceses em 1961 e 1962, ficando, pois materializada a divisa seca entre os dois países.

Conseqüência expressiva da reunião da Comissão Mista Brasileiro-Francesa foi a viagem do navio hidrográfico brasileiro CANOPUS, ocorrida nos meses de setembro e outubro, com vistas ao levantamento cartográfico da baía do rio Oiapoque e do trecho final do mesmo curso d'água.

Segunda Comissão Brasileira Demarcadora de Limites

Em junho, reuniu-se em Brasília, em sua 21ª Conferência, a Comissão Mista Demarcadora de Limites Brasileiro-Boliviana. Em conseqüência de suas deliberações, foram desenvolvidos trabalhos de demarcação no segmento da geodésica que parte da Nascente do Rio Verde-1909, na direção do marco dos Quatro Irmãos, até sua interseção com o Paralelo do Marco do Turvo. A campanha em apreço, que contou com apoio de um helicóptero da Força Aérea Brasileira, ensejou a conclusão das operações demarcatórias ao longo da divisória seca, inclusive sobre a Serrania de Ricardo Franco, prevista na Rota Reversal nº 1C/R, de 29 de março de 1958, trocada com o Governo da Bolívia, em La Paz.

Tiveram prosseguimento, no decorrer do ano, terminando no mês de outubro, as obras de fixação do trecho final e da barra do arroio Chuí, ponto de origem dos limites terrestre e marítimo entre o Brasil e a República Oriental do Uruguai. A inauguração do empreendimento — resultado imediato de acordo por troca de notas concluído em Rivera, aos 12 de junho de 1975, quando da primeira visita oficial realizada ao país vizinho pelo Presidente Ernesto Geisel — veio representar a culminação histórica dos trabalhos demarcatórios iniciados em 1853 pelos dois países na linha limítrofe comum.

Além do atento acompanhamento das obras acima referidas, e com vistas ao prosseguimento das tarefas sistemáticas de manutenção dos marcos divisórios, a Segunda Comissão Brasileira realizou, no primeiro semestre de 1978, uma completa inspeção ao longo de toda a linha de fronteira Brasil-Uruguai, cujas anotações devem ser

examinadas na próxima sessão plenária da Comissão Mista.

Ocorreu em Buenos Aires, no mês de agosto, a VIII Conferência da Comissão Mista de Inspeção dos Marcos da Fronteira Brasil-Argentina, e em outubro, reiniciaram-se os trabalhos de campo, na área lindeira. Nesse contexto, cabe salientar a continuação do levantamento do divisor de águas, entre as nascentes dos rios Peperi-Guassu e Santo Antônio, na linha seca, bem como a reconstrução de marcos antigos e intercalação de trinta novos marcos, com vistas à intervisibilidade e à mais perfeita definição da extensão da soberania territorial recíproca ao longo daquele **divortium aquarum**.

No quadro do relacionamento brasileiro-paraguaio, em 15 de fevereiro foi formalizado em Brasília um acordo por troca de notas, que adjudicou ilhas do rio Paraguai a ambas as Partes. Conseqüentemente, a Comissão Mista de Limites e de Caracterização da Fronteira Brasil-Paraguai deu início à demarcação daquelas ilhas situadas no trecho limítrofe do referido curso d'água, tendo sido construídos marcos em onze ilhas, das quais seis são brasileiras e cinco paraguaias. No curso de 31ª Conferência da referida Comissão Mista, realizada em setembro, foram aprovadas essas operações demarcatórias, tendo-se procedido à programação de idênticos trabalhos nas ilhas restantes do rio Paraguai, a iniciarem-se em abril de 1979.

AMÉRICA CENTRAL E CARIBE

As relações entre o Brasil e os países da América Central continuaram a desenvolver-se, em 1978, no clima de amizade e cooperação que sempre as caracterizou.

O Governo brasileiro fez-se representar por Missões Especiais nas cerimônias de posse dos novos governantes de três países da região: na do presidente Rodrigo Carazo Odio, da Costa Rica, por Missão chefiada pelo Ministro de Estado da Previdência Social; na do Presidente Lucas Garcia, da Guatemala, pelo Embaixador do Brasil naquele país; e na do Presidente Aristides Royo, do Panamá, pelo Ministro de Estado da Educação e Cultura.

Realizou-se em Brasília, de 3 a 5 de abril, a II Reunião da Comissão Mista Brasil-Costa Rica, durante a qual foram examinados os principais aspectos do relacionamento bilateral, sobretudo os referentes a assuntos de natureza econômico-comercial e à cooperação científica, técnica e cultural.

Dentre as visitas de autoridades centro-americanas ao Brasil, destacaram-se, em 1978, a do Ministro do Planejamento e Obras Públicas da Costa Rica, Doutor Wilburh Jimenez Castro, que participou do Primeiro Seminário Regional de Planejamento e Desenvolvimento do Setor Privado, bem como a do Ministro de Obras Públicas de El Salvador, Doutor León Rivas Durán, para assistir ao Congresso Pan-americano de Rodovias.

As relações entre o Brasil e os países caribenhos desenvolveram-se e intensificaram-se em 1978.

Nesse contexto, merece especial destaque o estabelecimento de relações diplomáticas com a Comunidade das Bahamas, tendo sido criada, pelo Decreto nº 82210, de 4 de setembro de 1978, a Embaixada do Brasil em Nassau, cumulativa com a Embaixada em Kingston. Os antigos Consulados Honorários em Nassau e Willemstadt foram extintos e substituídos, nos termos do Decreto nº 82039, de 25 de julho de 1978, por repartições consulares de carreira, com categoria de Vice-Consulados.

Ao término de negociações sobre pesca mantidas com Trinidad e Tobago e com Barbados, o Brasil assinou com o primeiro, em 8 de maio de 1978, um acordo por troca de Notas, prevendo a formação de empreendimentos conjuntos entre empresas dos dois países e a cooperação técnica entre as partes; em 11 de julho de 1978, por sua vez, entrava em vigor acordo semelhante celebrado com o Governo de Barbados.

O governo brasileiro fez-se representar nas cerimônias de posse do Presidente Antonio Guzmán, da República Dominicana, realizadas em São Domingos, de 15 a 17 de agosto de 1978, por uma Missão Especial chefiada pelo Ministro de Estado das Comunicações.

Atendendo a convite formulado pelo Primeiro-Ministro de Dominica, o Governo brasileiro se fez representar, por intermédio do Embaixador do Brasil em Port-of-Spain, nas cerimônias da independência daquela Ilha, em outubro de 1978.

AMÉRICA DO NORTE

Canadá

A segunda reunião da Comissão Mista Brasil-Canadá, realizada em Brasília, de 25 a 27 de abril de 1978, examinou a evolução das relações Brasil-Canadá, com vistas a identificar possibilidades de expansão do relacionamento bilateral, sobretudo no que diz respei-

to às relações econômicas e comerciais, a cooperação industrial e à identificação de oportunidades para a consecução de objetivos comuns em assuntos técnicos, científicos e tecnológicos. Foram também passados em revista temas da atualidade econômica mundial.

Dentre as deliberações da Comissão Mista, destacou-se a decisão dos dois Governos de proceder, em breve prazo, à instalação do Grupo de Trabalho sobre Agricultura e do Grupo Misto de Cooperação Industrial Brasil-Canadá.

Estados Unidos da América

As relações com os Estados Unidos da América foram marcadas, em 1978, pela visita oficial ao Brasil do Presidente norte-americano e Senhora Jimmy Carter, de 29 a 31 de março. A comitiva do Primeiro Mandatário estadunidense foi integrada pelo Secretário de Estado Senhor Cyrus Vance; pelo Assessor Especial para Assuntos de Segurança Nacional, Senhor Zbigniew Bryzezinski; pelo então Subsecretário de Estado para Assuntos Interamericanos, Senhor Terence Todman; pelo Diretor de Planejamento Político do Departamento de Estado, Senhor Anthony Lake; e pelo Senhor Robert Pastor, do Conselho de Segurança Nacional.

As conversações entre o Presidente Carter e o Presidente Geisel transcorreram em atmosfera de franqueza, cordialidade e respeito mútuo, tendo sido examinados acontecimentos internacionais recentes, a nível global e regional, e trocadas opiniões sobre as políticas e pontos de vista dos dois Governos.

No âmbito do Memorando de Entendimento de 21 de fevereiro de 1976, o Ministro de Estado das Relações Exteriores manteve, em 1978, dois encontros com o Secretário de Estado norte-americano. O primeiro registrou-se em Brasília, no mês de março, e o segundo em Nova York, no mês de setembro.

Ainda sob a égide do Memorando de Entendimento, realizou-se em Brasília, em maio de 1978, a quinta reunião do Subgrupo de Comércio Brasil-Estados Unidos da América e, em Washington, no mês de outubro, a segunda reunião do Subgrupo de Tecnologia da Energia. foi também instalado, em Brasília, em setembro, o Subgrupo de Agricultura.

Dentre as visitas de autoridades brasileiras aos Estados Unidos da América, destacaram-se, em fevereiro, a do Ministro de Estado da Indústria e do Comércio e, em março, a do Ministro de Estado da Fazenda.

O Brasil recebeu, no mês de janeiro, a visita de uma delegação do Senado norte-americano, chefiada pelo Senador Howard Baker, assim como uma missão da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos da América, chefiada pelo Congressista William Moorhead.

México

As relações brasileiro-mexicanas caracterizaram-se em 1978, tiveram seu ponto alto na visita que o Presidente da República e Senhora Ernesto Geisel realizaram ao México, entre 16 e 18 de janeiro como convidados oficiais daquele Governo. Integraram a comitiva presidencial os Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados; os Ministros de Estado das Relações Exteriores, da Indústria e do Comércio e das Minas e Energia; o Chefe do Gabinete Militar, bem como outras autoridades do Governo brasileiro e representantes do empresariado nacional, que mantiveram com seus homólogos mexicanos importantes e diversificados contactos.

Mereceu especial destaque a assinatura do Convênio de Amizade e Cooperação, pelo qual foi estabelecida uma ampla base jurídica para a colaboração entre os dois países e instituído, na Comissão Mista de Coordenação Brasileiro-Mexicana então criada, um mecanismo abrangente de consultas bilaterais.

No espírito de entendimento e cooperação que presidiu as conversações entre os dois Presidentes foram assinados os seguintes acordos: Acordo Básico de Cooperação Industrial, com vistas a proporcionar a constituição de empresas mistas brasileiro-mexicanas; Convênio entre o Conselho de Não-Ferrosos e Siderurgia (CONSIDER) e a Comissão Coordenadora da Indústria Siderúrgica Mexicana (CCIS), sobre intercâmbio de informações e de pessoal técnico; e um Acordo de Sanidade Animal.

No âmbito do Acordo Básico de Cooperação Industrial, visitou o Brasil, de 30 de julho a 5 de agosto, o Secretário do patrimônio e Fomento Industrial do México, Senhor José Andrés de Oteyza. Em Brasília, foi a autoridade mexicana recebida pelo Senhor Presi-

dente da República e pelos Ministros de Estado das Relações Exteriores, da Indústria e do Comércio e das Minas e Energia. Durante a visita, foi assinado Protocolo de Intenções, onde se assinalaram pontos de possível cooperação industrial entre o Brasil e o México.

Vale ainda registrar a visita ao México, entre 10 e 17 de setembro de 1978, a convite do Secretário de Defesa daquele país, do Chefe do Estado-maior das Forças Armadas, General Tácito Theóphilo Gaspar de Oliveira, que participou das comemorações de 168º aniversário da independência mexicana.

ORGANISMOS REGIONAIS AMERICANOS

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA)

VIII Período Ordinário de Sessões da Assembléia-Geral

O VIII Período Ordinário de Sessões da Assembléia-Geral da OEA realizou-se em Washington, de 21 de junho a 1º de julho. Foram mantidas conversações informais entre Chefes de Delegações, seguindo-se assim a prática adotada desde a V Assembléia-Geral.

Da agenda da reunião, destacaram-se cinco temas, a saber: negociações entre os Governos do Panamá e dos Estados Unidos sobre a questão do Canal do Panamá; direitos humanos; terrorismo; problemas que afetam as relações econômicas interamericanas; e reestruturação do Sistema Interamericano.

Foram aprovadas, entre outras, Resoluções sobre:

a) direitos humanos em geral e, em particular, a situação dos direitos humanos no Paraguai e no Uruguai, tendo-se exortado ambos os governos a adotarem medidas que assegurassem o respeito àqueles direitos;

b) o estabelecimento da sede da Corte Interamericana de Direitos Humanos, prevista na Convenção de São José, de 1969;

c) a lei de Comércio Exterior dos Estados Unidos da América, reiterando-se uma vez mais a solicitação de que as autoridades norte-americanas eliminem a disposição que exclui o Equador e a Venezuela do Sistema Geral de Preferência;

d) a concessão à Santa Sé, em caráter excepcional, do **status** de Observador Permanente junto à OEA;

e) o acompanhamento das Resoluções AG/RES 24 (VII–E/71) e AG/RES 316 (VII–/77), referentes ao estudo de alguns aspectos do terrorismo, dos atentados contra as pessoas e da extorsão conexa.

Os oito países signatários da Declaração de Ayacucho, de 1974 (Argentina, Bolívia, Chile, Equador, Colômbia, Panamá, Peru e Venezuela) realizaram reunião em que foi assinada declaração reafirmando os princípios estabelecidos no documento de Ayacucho. Uma proposta mexicana sobre desarmamento regional foi posteriormente incorporada a texto co-patrocinado por México, Costa Rica, Equador e Venezuela.

XVII Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores

Por iniciativa dos Governos dos Estados Unidos da América e do México, o Conselho Permanente da OEA aprovou, em setembro Resolução pela qual convocou a XVII Reunião de Consulta para "tratar de acontecimentos que ameaçam a paz na região centro-americana".

Contou com a presença de Chanceleres de vários países e de delegados especiais dos demais Estados-Membros da Organização. A Reunião adotou, por consenso, Resolução na qual se reafirma solenemente o princípio da não-intervenção e se recomenda "aos governos diretamente interessados na crise que se abstenham de realizar qualquer ação que possa agravar a situação". Por outro lado, a XVII Reunião de Consulta solicitou ao Conselho Permanente que lhe fosse submetido, oportunamente, o Relatório da Comissão **ad hoc** criada pelo Conselho para verificar **in loco** a situação reinante na América Central.

A Delegação do Brasil, chefiada pelo Representante Permanente junto à OEA, designado delegado especial, apoiou o texto aprovado pela Reunião de Consulta, já que este, além de reafirmar o princípio básico da não-intervenção nos assuntos internos e externos dos Estados, instou os países envolvidos a se empenharem na preservação da paz no Continente.

Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES)

Realizou-se em São Domingos, em abril, a VIII Reunião Ordinária da Comissão Especial de Consulta e Negociação (CECON), na qual discutidos o Sistema Geral de Preferências norte-americano e o procedimento para a inclusão de produtos no Sistema em 1978, o estado das Negociações Comerciais Multilaterais do GATT e a situação do mercado de açúcar.

Em Washington, celebrou-se Reunião de Técnicos Governamentais sobre o SGP dos EUA, convocada pela CECON, na qual foi elaborado relatório de avaliação e análise daquele Sistema, para apresentação à reunião extraordinária da Comissão.

Foi convocada para o período de 11 a 15 de dezembro, em Washington, a XIII Reunião Ordinária Anual do CIES a nível ministerial. Nela foram apreciados assuntos relativos à cooperação horizontal entre os países em desenvolvimento membros da OEA; à cooperação interamericana e ao processo de preparação do Período Extraordinário de Sessões da Assembléia-Geral sobre Cooperação Interamericana para o Desenvolvimento; às tendências dos Estados Unidos da América a um maior protecionismo em matéria de comércio; e ao problema do subdesenvolvimento e da pobreza na América Latina.

Conselho Interamericano de Educação, Ciência e Cultura (CIECC)

Realizou-se em Washington, em setembro, a IX Reunião Ordinária do CIECC, em que foram discutidas as orientações programáticas e aspectos operacionais dos Programas Regionais da OEA para o desenvolvimento cultural, científico e tecnológico dos Países-Membros, bem como assuntos relativos ao orçamento do Conselho para 1979.

Nessa reunião, realizaram-se eleições para os três Comitês do CIECC. O candidato brasileiro, Senhor Roberto Linhares da Costa, foi eleito, por expressiva votação, para o Comitê Interamericano de Educação.

Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas (IICA)

Realizaram-se em Assunção, em maio, a XXIII Reunião do Conselho Técnico Consultivo e a XVII Reunião Anual da Junta Diretora do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas. Durante as reuniões, foram tratados assuntos relacionados com o desenvolvimento agrícola e rural dos Estados-Membros; foram aprovados o orçamento-programa do Instituto para 1978-79 e a Resolução baseada em estudo elaborado pela Secretaria da IICA, relativa à mudança do ano financeiro do Instituto.

Pela Resolução 279 da VII Assembléia-Geral da OEA, o ano de 1978 foi declarado "Ano Interamericano da Juventude Rural". Nesse sentido, foram programadas e realizadas diversas atividades orientadas a identificar a problemática da juventude rural do Continente e a encontrar alternativas para solucioná-la.

O Diretor-Geral do IICA, o agrônomo brasileiro José Emílio Gonçalves Araújo, realizou visitas a várias cidades brasileiras a fim de examinar os programas do Instituto no país.

Instituto Indigenista Interamericano (III)

O Comitê Executivo do Instituto Indigenista Interamericano celebrou, em janeiro, sessão extraordinária e, em julho, sessão ordinária, para tratar de questões orçamentárias e dos avanços para a elaboração do Plano Qüinqüenal de Ação Indigenista.

O referido Plano tem por objetivo analisar os problemas culturais, políticos, sociais e econômicos que afetam a vida e o progresso das coletividades nativas. Para tratar de assuntos realcionados à elaboração do Plano Qüinqüenal, visitou o Brasil, em outubro, o Diretor-Geral do Instituto, Doutor Oscar Arze Quintanilla, tendo-se entrevistado com o Presidente da FUNAI e com o Chefe do Departamento de Organismos Regionais Americanos do MRE.

Comissão Interamericana de Mulheres (CIM)

A Comissão Interamericana de Mulheres comemorou o 50º aniversário de sua criação e inaugurou, em maio, o Centro Multinacional da Mulher, de Investigação e Capacitação, na cidade argentina de Córdoba. Como primeira atividade do Centro realizou-se

simpósio sobre "A mulher: nova dimensão na liderança nacional". Também em Córdoba, deu-se seguimento ao Laboratório Aplicado sobre a Mulher Camponesa. A Comissão promoveu ainda um "Laboratório Aplicado sobre a Mulher Trabalhadora" e a "Liderança do Movimento Sindical".

A XIX Assembléia da Comissão foi celebrada em Washington e elegeu as autoridades do órgão para o biênio 1979/80.

Instituto Interamericano da Criança (IIC)

Realizou-se em junho, na Guatemala, a LVIII Reunião do Conselho Diretor do Instituto Interamericano da Criança. A reunião apreciou assuntos relativos aos preparativos para o Ano Internacional da Criança, que se celebraria em 1979, e ao processo de preparação do XVI Congresso Panamericano da Criança.

Na oportunidade, foi eleito Presidente do Conselho Diretor do Instituto, para o período de 1978/1980, o representante argentino, Senhor Florencio Varela.

Prosseguiram, em âmbito nacional, os preparativos para a comemoração do Ano Internacional da Criança, para o que foi constituído Grupo de Trabalho integrado por representantes dos Ministérios da previdência e Assistência Social, da Saúde, do Interior, da Educação e Cultura e das Relações Exteriores, sob a coordenação do Doutor Marcos Candau, Secretário de Assistência Social do MPAS.

Instituto Pan-Americano de Geografia e História (IPGH)

Celebrou-se, em fevereiro, o 50º aniversário de fundação do Instituto Pan-americano de Geografia e História. Realizou-se em julho, na Cidade do México, a XVIII Reunião do Conselho Diretor do Instituto, reorientando-as de maneira mais pragmática e seletiva. Foi aprovado, na reunião, o aumento das quotas dos Estados-Membros ao organismo.

Prosseguiram, sob a coordenação da Seção Nacional do IPGH, diversos trabalhos nos campos da Cartografia, da Geografia, da Geofísica e da História, desenvolvidos em cooperação com entidades nacionais civis e militares. Deu-se início, ainda, à sistematização dos contatos entre a Seção Nacional, o Itamaraty e os demais órgãos interessados.

Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS)

Em abril, realizou-se na sede da OPAS, em Washington, a XI Reunião Interamericana a Nível Ministerial sobre o Controle da Febre Aftose e outras Zoonoses (XI RICAZ). A reunião aprovou o orçamento-programa do Centro Pan-Americano de Febre Aftosa (Rio de Janeiro) e do Centro Pan-Americano de Zoonoses(Buenos Aires).

Realizou-se em Washington a LXXX Reunião do Comitê Executivo da OPAS, para a qual o Brasil fora eleito em 1977.

A XX Conferência Sanitária Pan-Americana e A XXX Reunião do Comitê Regional da Organização Mundial de Saúde para as Américas foram realizadas em Granada.

O Brasil foi eleito, juntamente com a Venezuela, para integrar, em representação das Américas, a Junta Mista de Coordenação do Programa Especial da Organização Mundial da Saúde sobre Doenças Tropicais.

Associação Latino-Americano de Livre Comércio (ALALC)

Em visita que realizou à sede da ALALC, em junho, o Presidente da República pronunciou discurso no qual se referiu às realizações da ALALC e às dificuldades que ela vinha enfrentando para a consecução de seus objetivos, manifestando o propósito do Governo brasileiro de seguir apoiando o processo de integração regional e de participar ativamente da busca de novos caminhos para a Associação.

Interessado na reposição das margens de preferência eliminadas ou alteradas como resultado das reformas tarifárias ocorridas em alguns países da ALALC e no levantamento das barreiras não-tarifárias aplicadas no comércio intra-regional, o Brasil esforçou-se em fazer progredir os trabalhos de um grupo especial do Comitê Executivo Permanente, constituído para examinar aqueles problemas e propor soluções.

No XVIII Período de Sessões Ordinárias, a Conferência das Partes Contratantes aprovou a Resolução 370 (XVIII), que estabeleceu programa de estudos e de reuniões, culminando com a convocação do Conselho de Ministros, com vistas à reestruturação da ALALC.

No campo tarifário, cabe registrar as dez concessões para ma-

deiras que o Brasil outorgou à Bolívia em Lista Especial, não extensivas às demais Partes Contratantes. Essas concessões, que significaram a redução a zero dos gravames aplicados à importação, foram formalizadas pelo Comitê Executivo Permanente em 13 de setembro.

Durante a XVIII Conferência Ordinária, o Brasil fez várias concessões em Lista Especial ao Equador, para produtos industriais de interesse daquele país e prorrogou cinco concessões ao Uruguai em Lista Especial.

Paralelamente à Conferência, o Brasil participou de negociações para ampliação de seus Acordos de Complementação Industrial com a Argentina incluindo as máquinas de escrever eletrônicas — produto de interesse do Brasil — para o qual aquele país deu concessão tarifária, contra reduções tarifárias adicionais pelo Brasil para dois produtos de exportação daquele país.

No Acordo de Complementação nº 15 (com Argentina e México) sobre produtos da indústria químico-farmacêutica, foram renovadas numerosas concessões temporárias e negociadas outras novas.

Nas negociações para ampliação dos Acordos de Complementação nº 16 (indústria química derivada do petróleo), nº 18 (indústria fotográfica), nº 20 (indústria de corantes e pigmentos) e nº 21 (excedentes e faltantes da indústria química), o Brasil obteve várias concessões.

Uma realização importante, em matéria de negociações tarifárias, foi a ampliação das listas recíprocas de concessões anexas ao Protocolo de Expansão Comercial Brasil-Uruguai. As notas incluem disposições para agilizar e aperfeiçoar o funcionamento do citado instrumento bilateral.

Diante da consideração de que perduravam as situações internas que haviam justificado, em anos imediatamente anteriores, a invocação de cláusula de salvaguarda para disciplinar as importações provenientes da ALALC de alguns produtos alimentícios de películas radiográficas, o Governo brasileiro decidiu prorrogar, até 1979, a vigência das referidas salvaguardas.

Sobre assuntos aduaneiros, celebraram-se, em Montevidéu, a XI Reunião de Diretores de Escolas Aduaneiras, em que tiveram prosseguimento as tarefas sobre treinamento aduaneiro orientadas ao aperfeiçoamento dos sistemas nacionais e à assistências técnica entre eles — a XI Reunião do Grupo de Peritos em Valor Aduanei-

ro, — que recomendou a adoção de novo modelo de declaração de valor — e a XIII Reunião do Grupo de Peritos em Técnica Aduaneira, bem como a XI Reunião de Diretores Nacionais de Alfândegas. Foi elaborado anteprojeto de normas comuns sobre trânsito aduaneiro, sobre regimes aduaneiros especiais, procedimentos aduaneiros particulares e sobre transporte direto de mercadorias, delineando as bases conceituais para a celebração de um convênio multilateral de cooperação administrativa mútua entre as alfândegas das Partes Contratantes do Tratado de Montevidéu.

A Comissão Assessora de Origem realizou sua IX Reunião, durante a qual prosseguiram os trabalhos com vistas à adoção de normas permanentes sobre a matéria, em substituição às contidas nas Resoluções 82 (III).

A XV Reunião da Comissão Assessora de Nomenclatura ocupou-se do aperfeiçoamento e da atualização da Nomenclatura Aduaneira Comum da ALALC (NABALALC), bem como do estudo de problemas de nomenclatura para produtos específicos, apontados pelas Partes Contratantes.

Foram realizadas duas reuniões sobre assuntos de agricultura. A II Reunião do Grupo de Peritos em Normas de Qualidade considerou os anteprojetos de normas comuns de qualidade para trigo, milho e arroz; a III Reunião do Grupo de Peritos em Informação de Mercado procedeu à avaliação do Sistema Regional de Informação de Mercado para Produtos Agrícolas posto em prática em 1977.

Os Diretores de Tributação Interna realizaram sua VII Reunião, quando examinaram os relatórios dos grupos de peritos em imposto de renda e em bitributação internacional e a metodologia a ser utilizada para a consideração — e futura harmonização — dos critérios que adotam os países-membros da ALALC em seu direito tributário.

Os representantes da atividade seguradora dos países da ALALC celebraram sua III Reunião, da qual resultou uma série de recomendações orientadas a reter na Zona a maior quantidade possível dos seguros e resseguros atualmente contratados no mercado internacional e a facilitar o financiamento das exportações através do seguro de crédito à exportação.

A XX Reunião da Comissão Assessora de Assuntos Monetários examinou o funcionamento e as possibilidades de aperfeiçoamento do mercado latino-americano de aceites bancários e do Acordo de

São Domingos (sistema regional de apoio para atenuar deficiências transitórias de liqüidez) e formulou recomendações vinculadas à mecânica operacional do sistema de compensação multilateral de saldos e créditos recíprocos (acordos entre Bancos Centrais) como é o caso da incorporação do sistema de uma promissória, canalizável através dos convênios de créditos recíprocos, destinada a facilitar o financiamento do comércio intrazonal em operações a prazo médio. As recomendações acima foram posteriormente examinadas e endossadas pelos Presidentes dos Bancos Centrais ou seus representantes, na XVI Reunião do Conselho de Política Financeira e Monetária da ALALC.

Sistema Econômico Latino-Americano (SELA)

Durante a IV Reunião Ordinária do Conselho Latino-Americano, as Delegações dos países de maior peso específico da região, entre os quais o Brasil, lideraram um processo crítico visando a orientar as ações do SELA em sentido mais realista, seletivo e pragmático. Esse processo incidiu, basicamente, sobre duas áreas-chave do Sistema, quais sejam, a dos Comitês de Ação e a da formulação de posições comuns de negociações face a terceiros países, grupos de países ou organismos internacionais.

O Brasil anunciou sua intenção de aderir ao Comitê de Habilitações e Edificações de Interesse Social.

O Suriname formalizou sua adesão ao SELA, tornando-se o 26º membro do Sistema.

Em agosto-setembro, visitou o Brasil missão técnica integrada por técnicos do SELA, PNUD, UNCTAD e UNID, com o objetivo de colher subsídios para o projeto de criação de uma Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana (RITLA).

Foi convocada pelo SELA reunião regional destinada a identificar os principais problemas das relações econômicas entre a América Latina e a CEE e a formular recomendações para revitalizá-las.

Tratado da Bacia do Prata

Durante o ano de 1978, o Brasil continou a empenhar-se no sentido de prestar uma colaboração efetiva para a consecução dos objetivos de cooperação consignada no Tratado da Bacia do Prata.

No Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata (CIC), cujas reuniões ordinárias se efetuaram em Buenos Aires, cidade onde está localizada a Secretaria do referido órgão, a representação do Brasil, além de participar ativamente dos trabalhos desenvolvidos no contexto do citado Tratado, concorreu, em inúmeras oportunidades, para a obtenção de resultados condizentes com as grandes linhas que regem o sistema.

Convocados pelo CIC, reuniram-se em 1978 os Grupos de Trabalho das Áreas Básicas nº 1, sobre Transportes em seus Diferentes Meios e Modos, e nº 4, sobre Cooperação em Setores Sociais (Saúde e Educação), bem como mantiveram encontros Especialistas em Prevenção, Controle e Repressão da Dependência e do Tráfico Ilítico de Entorpecentes e Drogas Psicotrópicas, em Ictiologia, em Legislação, Regulamentação e Normas sobre Navegação, e em Nutrição. Ademais, também convocados pelo CIC, foram levadas a efeito reuniões de grupos **ad hoc** para, respectivamente, redigir um regulamento interno para o CIC e elaborar um projeto de acordo para evitar a dupla tributação entre os países da Bacia do Prata. Por ordem cronológica, são relatados sucintamente a seguir as reuniões acima citadas.

Entre 8 de junho e 24 de julho, manteve reuniões em Buenos Aires, o grupo **ad hoc** incumbido de redação de um anteprojeto de regulamento interno para o CIC, nos termos da Resolução nº 94 aprovada na IX Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata. Ultimado o documento em questão, foi o mesmo encaminhado à apreciação das representações dos diferentes países-membros.

O Grupo **ad hoc** destinado à elaboração de um projeto de acordo para evitar a dupla tributação entre os países da Bacia do Prata, reunido no contexto da Resolução nº 97 (IX), desdobrou suas sessões em duas fases, tendo encarregado um subgrupo técnico da redação do texto do projeto. A primeira etapa de reuniões realizou-se em Buenos Aires, no período de 28 a 31 de agosto e a segunda em Brasília, em 23 e 24 de outubro. O texto resultante desses encontros foi submetido ao CIC.

Em La Paz, entre 11 e 13 de outubro, no contexto da Resolução nº 113 (IX), realizou-se a reunião dos Especialistas em Prevenção, Controle e Repressão da Dependência e do Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Drogas Psicotrópicas.

A reunião de Especialistas em Ictiologia, levada a efeito em

Montevidéu entre 16 a 18 de outubro, teve por objetivo examinar a questão da elaboração de um projeto de criação de um Centro de Investigações Hidrobiológicas previsto na Resolução nº 74 (IX), e preparar antecedentes e bases para um estudo de direito comparado em matéria de exploração pesqueira dos rios da Bacia do Prata, como pressuposto para uma eventual compatibilização das normas jurídicas na matéria, objeto da Resolução nº 89 (IX).

De 19 a 21 de outubro, em Buenos Aires, coube a Especialistas em Matéria de Legislação, Regulamentação e Normas sobre Navegação realizarem reunião no contexto da Resolução nº 84 (IX).

Conforme o procedimento regulamentar, e à semelhança de outros casos, os relatórios das reuniões de Especialistas em Navegação e Ictiologia acima referidas foram encaminhados à apreciação do CIC.

O Grupo de Trabalho da Área Básica nº 4, sobre Cooperação em Setores Sociais (Saúde e Educação), celebrou suas sessões em Assunção, entre 23 e 25 de outubro. Na ocasião foram constituídos, como de praxe, dois subgrupos, encarregados respectivamente do setor de saúde e do setor da educação. Ao final, foram adotadas 12 recomendações.

Entre 30 de outubro e 1º de novembro, em Buenos Aires, reuniram-se os Especialistas em Nutrição com vistas a avaliar as informações enviadas ao CIC pelos diferentes Governos, atinentes a seus problemas e projetos nutricionais, para eventual adoção de planos conjuntos.

O Grupo de Trabalho da Área Básica nº 1, sobre Transportes em seus Diferentes Meios e Modos, reuniu-se em Buenos Aires, de 6 a 8 de novembro. Foram acolhidas 6 recomendações, constantes de relatório enviada ao CIC.

No âmbito do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata, o Brasil esteve representado nas diversas reuniões efetuadas, durante 1978, pelo Diretoria Executiva do mesmo, na cidade de Sucre, onde está sediado o Fundo. O depósito da contribuição do Brasil ao Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata, relativo ao ano de 1978, foi efetuado em abril, no valor de US$ 2,223,333.82.

Tratado de Cooperação Amazônica

Fato de especial relevância, no quadro das relações do Brasil

com os países do Norte da América Meridional, em 1978, foi a celebração, no dia 3 de julho, em Brasília, do Tratado de Cooperação Amazônica. A solene cerimônia de assinatura foi presidida pelo Senhor Presidente da República, Ernesto Geisel, com a presença do Ministro de Estado das Relações Exteriores e dos Chanceleres da Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, especialmente convidados pelo Governo brasileiro.

A negociação do Tratado processou-se em tempo recorde para um documento do gênero. Desde o lançamento pelo Brasil, em março de 1977, da idéia de um acordo — quadro, amplo e flexível, capaz de regular a cooperação de caráter regional existente e de estimular novas áreas de ação conjunta, até a institucionalização formal do processo, transcorreu pouco mais de um ano, o que demonstrava o alto nível de aceitação da proposta brasileira e o consenso em torno da matéria, por parte dos países consultados.

Após a Primeira Reunião Preparatória, realizada em 1977, Delegações dos países que viriam a assinar o Tratado participaram em Brasília, a convite do Governo brasileiro, da II Reunião Preparatória sobre Cooperação Amazônica, de 27 a 31 de março de 1978. Durante a reunião, as Delegações procederam a um exame aprofundado e objetivo de aspectos específicos do futuro mecanismo de Cooperação, tomando por base o documento de trabalho organizado pela Delegação brasileira bem como as sugestões e propostas alternativas apresentadas durante os trabalhos.

O alto espírito construtivo que inspirou as Delegações durante suas atividades propiciou avanço significativo no sentido de um consenso em torno dos pontos principais do mecanismo proposto. A fim de prosseguir e culminar o processo de apreciação e análise das conclusões alcançadas, os Governos dos países interessados aceitaram o oferecimento do Governo da Venezuela para que a reunião seguinte se realizasse em Caracas, de 15 a 18 de maio. O encontro na capital venezuelana concluiu, com êxito, a redação do texto do Tratado e, numa expressão do alto grau de entendimento e solidariedade que caracterizou as conversações, todas as decisões foram adotadas por unanimidade.

Refletindo a importância do acontecimento, os Ministros das Relações Exteriores dos países amazônicos aceitaram o convite do Governo brasileiro para a reunião de Chanceleres em Brasília, nos dias 3 e 4 de julho, para a assinatura do Tratado.

Constitui-se o Tratado de Cooperação Amazônica em docu-

mento altamente significativo na história do crescente processo de cooperação regional entre os países do Continente. Os propósitos nele previstos, resultantes de cuidadosas negociações entre os Governos dos países signatários, voltam-se para a renovação das bases da convivência internacional na Amazônia, mediante a conjugação dos esforços que cada uma das nações participantes do tratado vêm empreendendo, tanto em seus territórios como entre si, para promover o desenvolvimento da Região e alcançar a plena incorporação desses territórios às respectivas economias nacionais.

O Tratado visa a criar um mecanismo que torne periódicos e freqüentes os contactos entre os Governos e setores técnicos da área, condição inicial para que se identifiquem projetos e campos de interesse. O documento não estabelece, **a priori**, limitações à colaboração. Abre, entretanto, a títuto exemplificativo, campo à cooperação em matéria de navegação, estudos hidrográficos e climatológicos, infra-estrutura de transportes e telecomunicações, interconexão das redes nacionais de comunicação, saúde, intercâmbio de experiências em matéria de desenvolvimento regional, pesquisa tecnológica e ecológica, entre outras áreas passíveis de suscitar programas entre as Partes.

A fórmula adotada para configurar a regionalização das questões amazônicas nivela os requisitos de participação do Tratado à condição de país amazônico, de que desfrutam todos os Estados soberanos que o subscreveram. A soberania nacional, por sua vez, está claramente expressa no Preâmbulo, assim como no Arquivo XVI, segundo o qual a ação coletiva deverá desenvolver-se sem prejuízo dos projetos e empreendimentos que as Partes Contratantes executem em seus respectivos territórios, nos quais continua a vigorar toda a legislação interna, inclusive de natureza administrativa. A ocupação da Amazônia e a definição da política interna de desenvolvimento permanecem assuntos da exclusiva competência de cada país e os estudos e medidas conjuntas, versados no Artigo XI, apenas reforçam as ações previstas nos planos nacionais.

Continuará, da mesma forma, de acordo com o Artigo XVIII, a existir espaço para iniciativas de dois ou mais países. Em conseqüência dêsse dispositivo, embora o Tratado possa cobrir, quando for o caso, programas e projetos de natureza mais ampla e complexa do que os de natureza bilateral, não terá nenhuma repercussão automática sobre os instrumentos bilaterais vigentes nem impedirá as Partes de conduzirem acordos específicos ou parciais de âmbito

bilateral. A regra básica do mecanismo é a unanimidade, estabelecida no Artigo XXV, projeção da rigorosa igualdade jurídica entre os membros.

O Tratado resguarda plenamente, consoante o Artigo XIX, o estabelecido em quaisquer outros tratados ou atos internacionais vigentes entre as Partes. Não terá efeito algum sobre divergências em matéria de limites e direitos territoriais, nem poderá ser interpretado ou invocado para alegar aceitação ou renúncia, afirmação ou modificação das posições e interpretações que sobre estes assuntos sustente cada Parte Contratante.

Não obstante essa orientação geral, que consubstancia elementos preciosos para a implementação do Tratado, capazes de resguardar inteiramente os princípios e as políticas nacionais de cada uma das Partes Contratantes, no que diz respeito às respectivas áreas amazônicas, o documento acha-se redigido, em vários de seus aspectos, de modo a assegurar a indispensável flexibilidade para os Estados participantes disporem, da forma mais conveniente aos seus interesses, dos benefícios previstos nos futuros programas de cooperação. É o caso do Artigo II que, embora incorporando o critério básico da bacia hidrográfica para determinar o âmbito de aplicação do Tratado, estende-o a qualquer outro território de uma Parte Contratante que, por suas características geográficas, ecológicas ou econômicas, se considere estreitamente vinculados à Bacia Amazônica.

O Artigo III assegura, na base da reciprocidade e ressalvado o estabelecido por outros atos unilaterais ou bilaterais, ou pelo Direito Internacional, a mais ampla liberdade de navegação comercial no curso do Amazonas e demais rios amazônicos internacionais, observados os regulamentos fiscais e de política existente em cada uma das Partes.

O Artigo IV reafirma o princípio da soberania dos Estados sobre seus recursos naturais, sem outras restrições que as decorrentes do Direito Internacional. Constitui extensão desse princípio o Artigo V, que dispõe sobre os esforços a serem desenvolvidos pelas Partes Contratantes para a utilização racional dos recursos hídricos, tendo em vista a importância e multiplicidade de funções que os rios amazônicos desempenham no processo de desenvolvimento econômico e social da Região.

O Artigo VI contém disposições para a efetiva integração física entre os países da Região Amazônica, uma vez que prevê a promo-

ção de ações nacionais, bilaterais ou multilaterais, com vistas ao melhoramento e habilitação das vias navegáveis, capazes de constituir um vínculo eficaz de comunicação entre as Partes Contratantes e entre estas e o Oceano Atlântico.

Quanto aos objetivos conservacionistas inscritos no Artigo VII, constituem reafirmação do princípio da conservação da flora e da fauna, conforme aspiração geral dos Estados, já incorporado a outros documentos internacionais, entre os quais alguns de natureza bilateral firmados pelo Brasil.

O tratamento dado ao tema do comércio fronteiriço oferece a possibilidade negociação de um estatuto jurídico entre as Partes para a regulamentação desse tipo de comércio, no plano regional, que poderá eventualmente assumir a forma de um acordo multilateral.

O Tratado de Cooperação Amazônica adotou forma flexível no que respeita à institucionalização de órgãos permanentes, preferindo deixar a implementação de operacionais à Comissões Nacionais Permanentes, previstas no Artigo XXIII, às quais competirão executar nos respectivos territórios, a medidas acordadas nas reuniões de Ministros das Relações Exteriores. Representantes diplomáticos de alto nível das Partes Contratantes, integrando o Conselho de Cooperação Amazônica, reunir-se-ão, por sua vez, ao menos uma vez por ano, mas esses contactos somente reforçam a idéia central do sistema previsto, que pretende concentrar nos Governos signatários e não em organismos intergovernamentais as iniciativas e responsabilidades previstas no âmbito do Tratado.

Ao abranger, em seus variados artigos, o vasto campo que se oferece à cooperação dos países amazônicos, o Tratado revela a firme vontade política das nações signatárias de assentar bases dinâmicas e operativas ao seu relacionamento, em torno do vínculo especial que as une como integrantes da região amazônica. O documento permite que a colaboração mútua se desenvolva e frutifique de forma harmônica e sistemática, dentro de um quadro geral de entendimento e boa-vizinhança e em benefício das aspirações comuns de desenvolvimento.

ÁFRICA, ORIENTE PRÓXIMO, ÁSIA E OCEANIA

ÁFRICA

Nos termos das diretrizes governamentais, intensificaram-se e desenvolveram-se as relações diplomáticas, econômicas e culturais do Brasil com o Continente africano.

Moçambique

O Brasil concedeu a Moçambique um crédito no valor de 50 milhões de dólares, através de convênio entre a CACEX e o Banco de Moçambique. No campo da cooperação, o Embaixador em Maputo, fez a entrega, em março de 1978, de um caminhão frigorífico doado pelo Governo brasileiro para utilização no serviço pioneiro de recolhimento e transporte de pescado ao longo do litoral moçambicano.

Em agosto de 1978, realizou-se na capital moçambicana, por iniciativa da Embaixada do Brasil, à "Semana do Cinema Brasileiro". Na oportunidade foi assinado, entre a EMBRAFILME e o Instituto Nacional de Cinema de Moçambique, um convênio para a cessão de filmes brasileiros em 1979.

Em agosto e setembro, o Brasil participou da Feira Internacional de Maputo, com vários expositores, que acertaram negócios no valor aproximado de 1,5 milhões de dólares, incluindo máquinas agrícolas e veículos automotores, principalmente utilitários. Além disso, abriram-se, pela participação do Brasil na FACIM-78, grandes possibilidades para a edição e distribuição de livros brasileiros em Moçambique, principalmente manuais técnicos.

Guiné-Bissau

Intensificou-se a cooperação entre os dois países, que vem abrangendo as áreas mais variadas, tais como medicina tropical, agricultura e veterinária, química industrial, educação, hotelaria, ciências jurídicas, transportes e telecomunicações, armazenagem de gêneros alimentícios e geologia. Merece citação especial a cooperação na área da pesca, cujo programa inclui, além do envio de técnicos a Bissau, a formação de técnicos guineenses no Brasil e colaboração de especialistas brasileiros em legislação pesqueira.

O mecanismo pelo qual se processou no ano de 1978 a cooperação nas áreas citadas incluiu 1) concessão de bolsas de estudo no Brasil, de níveis médio e superior; 2) estágios práticos no Brasil; 3) participação de guineenses em seminários técnicos no Brasil; 4) doação de livros e equipamentos; e 5) envio de técnicos brasileiros à Guiné-Bissau para ministrarem cursos ou instalarem equipamentos.

Em maio, esteve no Brasil o Chanceler de Guiné-Bissau, Comissário de Estado dos Negócios Estrangeiros Victor Saúde Maria. Os entendimentos então mantidos resultaram na assinatura de três atos bilaterais: Acordo de Amizade, Cooperação e Comércio, Acordo de Cooperação Técnica e Científica e Acordo de Comércio. Foi divulgada, na ocasião, uma Declaração Conjunta. O Senhor Victor Saúde Maria foi agraciado pelo Governo brasileiro com a Grã-Cruz da Ordem de Rio-Branco.

No campo da difusão cultural brasileira, cabe registrar a realização da Semana do Cinema Brasileiro, levada a efeito em março, na cidade de Bissau.

Em outubro, esteve no Brasil o Senhor Chefe do Cerimonial do Comissariado dos Negócios Estrangeiros da Guiné-Bissau, Senhor Alexandre Carvalho, que, na oportunidade, cumpriu estágio junto ao Cerimonial do MRE. Iniciava-se, assim, a cooperação com aquele comissariado no setor da formação e aperfeiçoamento de pessoal.

Cabo Verde

As relações do Brasil com Cabo Verde caracterizaram-se, em 1978, por intensa cooperação. Numerosos técnicos de nível médio e superior de ambos os países foram recebidos no Brasil, para freqüentarem cursos de especialização e aperfeiçoamento em diversas

áreas, enquanto outros prosseguiam cursos e estágios anteriormente iniciados.

No terreno da difusão cultural, realizou-se, em abril, na cidade de Praia, uma Semana de Cinema Brasileiro.

Angola

As relações do Brasil com a República Popular de Angola continuaram a intensificar-se e a diversificar-se no ano de 1978.

Nos meses de maio e junho, esteve no Brasil a Diretora do Gabinete de Planejamento do Ministério da Educação e Cultura de Angola. Sua visita permitiu a discussão das bases da cooperação brasileiro-angolana na área educacional. Em decorrência dos contatos mantidos por aquela autoridade, foi doado, em setembro, pelo Governo brasileiro, ao Ministério da Educação de Angola, uma biblioteca-amostra de literatura brasileira.

Nos demais setores abrangidos pela cooperação técnica brasileira com Angola, prosseguiram os programas de recebimento de bolsistas para estágios e cursos técnicos, de níveis médio e superior, no Brasil.

Em junho, a Rádio Nacional de Angola, em cadeia com a Rádio Nacional do Rio de Janeiro e Brasília, transmitiu os jogos da Copa do Mundo de futebol. Tais transmissões, captadas não somente em Angola, mas em grande parte da África Central e Austral, representaram um marco importante no contexto das relações culturais entre os dois países, dada a repercussão do evento em Angola.

Ainda no Campo da difusão cultural, registre-se que o Serviço Nacional de Cinema de Angola, em agosto, enviou representante a Maputo para assistir à Semana de Cinema Brasileiro, levada a efeito, na época, na capital moçambicana. Realizou-se na segunda quinzena de novembro uma Semana de Cinema Brasileiro em Luanda.

Costa do Marfim

Em janeiro visitou o Brasil o Ministro marfiniano da Agricultura, ocasião em que foi assinado contrato entre a Costa do Marfim e a Cooperativa Agropecuária de Campinas, para a implementação

do programa de soja daquele país. Em fevereiro, teve início na Universidade Nacional da Costa do Marfim, o curso de Português e Civilização Brasileira.

Gabão

O governo brasileiro ofereceu uma linha de crédito de 119 milhões de dólares ao Gabão.

Gana

No quadro do relacionamento com Gana, destacou-se a visita ao Brasil, em julho, do Rei dos Achantis, que foi recebido pelo Presidente da República e pelo Ministro das Relações Exteriores. O Asantehene inaugurou em Brasília uma exposição de Arte Achanti. Visitaram igualmente o Brasil juristas ganenses, com o objetivo de se familiarizarem com a legislação brasileira sobre propriedade industrial.

Nigéria

Em 1978, o Brasil recebeu visitas de diversas personalidades nigerianas, entre elas o Ministro das Cooperativas e do Abastecimento, que têve por objetivo o incremento do intercâmbio comercial entre os dois países; o Vice-Ministro das Comunicações, que discutiu assuntos relativos à colaboração brasileira no campo das telecomunicações; o Vice-Ministro da Indústria, que teve por objetivo inteirar-se dos mecanismos de transferência da tecnologia adotadas pelo Brasil. O Governo prestou todo apoio à ação empresarial do Brasil na Nigéria, onde estão instaladas cerca de vinte empresas brasileiras atuando em diversos setores. No ano de 1978, as exportações brasileiras para a Nigéria ampliaram-se de modo significativo.

Senegal

Visitou o Brasil, em setembro, o Diretor da Seção de Português da Universidade de Dacar. O Governo brasileiro doou ao governo

senegalês produtos veterinários e rações, para ajudá-lo a enfrentar os prejuízos que a seca infligiu à pecuária do país.

Zaire

Foram iniciados contatos com vistas à assinatura de um acordo sobre Transporte Marítimo Brasil-Zaire, instrumento que tem por objetivo estimular as relações comerciais bilaterais.

Cumpre mencionar a visita ao país de uma missão comercial congolesa chefiada pelo Ministro Lekoudzou, Itihyossetouba, em julho.

Libéria

Entrou em vigor, em agosto, um Acordo Comercial Brasil-Libéria, que deverá impulsionar o entercâmbio comercial entre os dois países.

Mauritânia

No relacionamento com a Mauritânia, destacou-se a ação de uma companhia brasileira de construção civil, que concluiu a construção da rodovia Nuaquechote-Kiffa.

ORIENTE PRÓXIMO

Em 1978, a tônica dominante em política internacional continou a ser o intenso debate em torno da questão do Oriente Próximo, com o que a participação do Brasil na ONU cumpriu sua linha de coerência na discussão e votação dos projetos apresentados. No mês de outubro, o Brasil votou em favor dos seguintes projetos de resolução relativos a UNWRA — : projeto L. 8 — sobre Bolsas a estudantes palestinos; projeto L. 9 sobre o grupo de financiamento da UNWRA; projeto L. 10 — sobre refugiados palestinos em Gaza; projeto L. 11 — sobre populações e refugiados deslocados desde 1967; votou, ainda, em favor dos projetos de resolução para prorrogação das dotações financeiras da UNEF, UNDOF e UNFIL.

No plano global, as relações comerciais Brasil-Oriente Próximo voltaram a acusar déficit para o Brasil a exemplo do que acorrera

no ano anterior as exportações brasileiras, entretanto vem apresentando um crescimento dinâmico. As exportações brasileiras se elevaram em 35%.

No plano bilateral, os esforços empreendidos para a consolidação das relações do Brasil com os países do Oriente Próximo apresentaram resultados satisfatórios, sobretudo no campo da cooperação econômica e do comércio.

Iraque

As relações Brasil-Iraque, atualmente primeiro fornecedor de petróleo ao Brasil, vêm-se desenvolvendo de maneira profícua. Em 1º de outubro o Consórcio Mendes Júnior-Interbrás assinou com o Ministério dos Transportes iraquiano importante contrato para a construção de uma estrada de ferro ligando Bagdá a Akashat; tal contrato, além de ser o maior já firmado por uma empresa brasileira no exterior, representa etapa decisiva no relacionamento entre os dois países. Encontram-se também no Iraque outras empresas brasileiras já prestando serviços.

No que diz respeito à exportação de bens, o Iraque passou a importar do Brasil grandes quantidades de veículos automotores, frangos congelados, açúcar, para citar apenas os mais importantes. A Braspetro continuou atuando, na região de Bassora, na prospecção e extração de petróleo, com relativo êxito.

No campo da cooperação técnica, o Iraque enviou, em julho, um grupo de enfermeiras para estagiarem em hospitais de São Paulo, e apresentou projeto de Acordo Sanitário-Veterinário, ora em estudo pela parte brasileira. O Brasil participou, de 1º a 15 de outubro, da Feira Internacional de Bagdá.

Irã

As relações Brasil-Irã tomaram impulso a partir da realização da II Sessão da Comissão Mista Ministerial de Cooperação Econômica e Técnica em Brasília. O Irã passou a ser o terceiro fornecedor de petróleo do Brasil e o segundo importador de bens e serviços brasileiros no Oriente Médio.

Em julho visitaram o Brasil o Subsecretário do Ministério da Agricultura iraniano e o Coordenador de Projetos Agrícolas da FAO no Irã quando foram estudados meios e modos de implemen-

tar a cooperação agrícola entre os dois países. Em agosto, visitou oficialmente o Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília Sua Alteza Imperial, a Princesa Acharf Pahlavi. O Brasil participou, ainda, em outubro, da Feira Internacional de Teerã.

Líbia

Não obstante havermos reduzido consideravelmente nossas compras de petróleo da Líbia, este país foi, nos primeiros seis meses do corrente ano, o terceiro comprador de bens e serviços brasileiros na área do Oriente Médio. Encontra-se prestando serviços na Líbia a COEST, firma do Paraná, que ora instala rede de esgotos em cidade do interior líbio.

Em junho último, realizou-se a 1ª Reunião da Comissão Mista Brasil-Líbia quando então foram assinados um Acordo de Cooperação e um Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica.

Península Arábica

No Golfo-Arábico-Pérsico foi efetivada a instalação da Embaixada do Brasil em Abu Dabi, em maio, e realizada a 1ª Exposição Brasileira no Emirado de Dubei. No Coveite, além da exportação crescente de produtos brasileiros (o Brasil é atualmente seu primeiro fornecedor de frangos congelados), o Brasil lançou bônus denominados em dinares coveiteanos, no valor de 38 milhões de dólares para a Eletrobrás; em outubro realizou-se na cidade do Coveite reunião dos representantes brasileiros e coveiteanos da **Arabic Brazilian Investment Company.** Encontram-se trabalhando em Clubes de Desportos do Coveite cinco professores brasileiros de Educação Física.

ÁSIA E OCEANIA

Em sua tarefa pioneira de superar a distância geográfica e cultural entre o Brasil e os países da Ásia e Oceania, a política externa brasileira vem ampliando as áreas de diálogo e intensificando os relacionamentos já existentes.

Além do Japão, país com o qual nossos vínculos têm hoje intensidade comparável à de nossas relações com as principais nações

do mundo ocidental, novas frentes de relacionamento foram desenvolvidas na região. O ano de 1978 marcou a institucionalização de nosso intercâmbio comercial com dois importantes países da área, República Popular da China e a Austrália, com os quais foram assinados Acordos Comerciais. Cabe destacar também a vinda de importante Missão comercial indiana ao Brasil, constituída por representantes da **State Trading Company of India**, que deu continuidade a entendimentos anteriormente mantidos em Nova Délhi por Missão brasileira.

Além dessas aberturas, todas no setor comercial, deve-se sublinhar o interesse que têm despertado nos países da área as realizações brasileiras no campo da ciência e tecnologia, muitas delas de utilidade imediata para aqueles países de condições climáticas semelhantes às nossas. Tal é o caso, principalmente, do Programa Nacional do Álcool.

A diversificação de nossa presença pode ser apontada como a principal característica de nossa atuação diplomática na Ásia e Oceania em 1978.

Japão

O ano de 1978 confirmou o amadurecimento das relações nipo-brasileiras. Fato relevante nesse contexto foi a visita que realizaram ao Brasil, em junho, as Altezas Imperiais do Japão, o Príncipe Herdeiro Akihito e a Princesa Michiko, no ensejo das comemorações do septuagésimo aniversário da chegada dos primeiros imigrantes japoneses ao Brasil. Os Príncipes herdeiros realçaram os laços de profunda amizade existentes entre o povo japonês e o povo brasileiro. A visita incluiu as cidades de Brasília, São Paulo — onde foi inaugurado o Museu Histórico da Imigração Japonesa —, Campinas, Londrina, Rolândia, Maringá, Salvador, Belém e Manaus.

No campo econômico, acelerou-se o processo de implementação dos diversos projetos constantes do comunicado conjunto assinado durante a visita do Presidente Geisel ao Japão, em setembro de 1976. O Japão é o terceiro maior parceiro comercial brasileiro, tendo o intercâmbio entre os dois países somado 1.529,2 milhões de dólares em 1978. Além disso, os capitais de origem nipônica

ocupam o quarto lugar na lista dos maiores investimentos estrangeiros no Brasil.

O Projeto Tubarão teve seu financiamento, no valor de 700 milhões de dólares, acordado entre a Companhia Siderúrgica de Tubarão e um sindicato de bancos japoneses liderado pelo **The Bank of Tokyo, Dai-ichi Kangyo-Bank** e **Long-Term Credit Bank.** A assinatura do acordo contou com a presença, em Tóquio, do Ministro da Indústria e do Comércio, Senhor Angelo Calmon de Sá.

Missão da Companhia Vale do Rio Doce, chefiada por seu Vice-Presidente, o Senhor Regis Volkart, esteve em Tóquio em agosto, acertando detalhes do Projeto Flonibra com a parte japonesa, a **Japan-Brazil Pulp and Paper.**

Concluídas satisfatoriamente as negociações entre a Cia. Vale do Rio Doce e a **holding** japonesa **Nippon Amazon Aluminium Co. (NALCO)**, foram assinados no Rio de Janeiro, os contratos de constituição das empresas ALBRÁS e ALUNORTE, que produzirão alumínio e alumina no Pará, com aproveitamento da bauxita das jazidas de Trombetas. A ALBRÁS foi constituída com 51 por cento de capital da CVRD e 49%, da NALCO; e a ALUNORTE, com participação acionária de 60% e 40%, respectivamente, das mesmas empresas.

Realizou-se , em Belo Horizonte, a assembléia de constituição da Companhia de Promoção Agrícola (CPA), resultante da associação entre a Cia. Brasileira de Promoção Agroindustrial (BRASAGRO) e a **Japan-Brazil Agricultural Development Corporation (JADECO).** Trata-se de empresas **holding** estabelecidas no Brasil e no Japão para atuarem, através da CPA, na concessão de apoio às atividades agrícolas e correlatas, na Região do Cerrado, e na promoção e desenvolvimento de projetos nesse campo.

No setor financeiro, cabe registrar o lançamento no mercado japonês de bônus da Eletrobrás, no valor de 10 bilhões de ienes, e ainda, a quarta emissão de títulos do Tesouro Nacional, no valor de 30 bilhões de ienes.

Em fevereiro, visitou o Japão o Secretário-Geral das Relações Exteriores, que manteve conversações com o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros do Japão sobre temas de interesse para o relacionamento bilateral.

Foi realizado em Tóquio, nos dias 30 e 31 de maio, o Seminário Brasil-Japão sobre Relações Econômico-Comerciais. Do lado japonês, participaram cerca de 120 representantes de variados seto-

res dos circulos econômico-financeiros, bem como 9 representantes do setor governamental. Do lado brasileiro, aproximadamente 55 pessoas, entre integrantes da Delegação chefiada pelo Ministro João Paulo dos Reis Velloso e empresários. O Seminário teve como principais finalidades:

a) chamar atenção para o estágio atual das relações econômico-comerciais entre os dois países e examinar novas oportunidades para seu estreitamento;

b) fazer um balanço dos projetos acordados durante a visita do Presidente Geisel ao Japão em 1976;

c) colocar em contato exportadores brasileiros e importadores japoneses.

O Ministro João Paulo dos Reis Velloso encontrou-se, em Tóquio, com o Primeiro-Ministro Takeo Fukuda, com o Ministro Komoto, do Comércio Internacional e da Indústria, Ministro Miyazawa, Diretor-Geral da **Economic Planning Agency**, Ministro Murayama, das Finanças, e com o Ministro Ushiba, das Relações Econômicas Internacionais.

Visitou o Japão, em setembro, o Ministro dos Transportes, Dyrceu Nogueira, que manteve contatos com membros do Governo nipônico e com representantes da indústria daquele país.

Dentre as visitas ao Brasil por parte de autoridades japonesas, devem ser mencionadas aquelas realizadas pelos Senhores Sakonshiro Inamura, Diretor-Geral do Escritório do Primeiro-Ministro do Japão, em maio; Koichiro Aino, Vice-Ministro Parlamentar dos Negócios Estrangeiros, em agosto, e Ioshizane Iwasa, Vice-Presidente da Federação das Organizações Econômicas do Japão (KEIDANREN), em setembro.

O Senhor Inamura foi portador de mensagem especial do Primeiro Ministro Takeo Fukuda ao Presidente Ernesto Geisel, que o recebeu em audiência, e de condecorações concedidas a cidadãos brasileiros e japoneses por motivo do 70º aniversário da imigração nipônica para o Brasil. O Senhor Inamura, em viagem de observação política e econômica pela América Latina, manteve entrevistas com os Ministros de Estado das Relações Exteriores, do Planejamento e das Minas e Energia.

O Vice-Presidente do KEIDANREN, Senhor Yoshizan Iwasa, foi recebido em audiência pelo Presidente e pelo Vice-Presidente da República, bem como pelos Ministros de Estado das Relações Exteriores e do Planejamento.

República Popular da China

O Brasil e a República Popular da China firmaram em Pequim, a 7 de janeiro de 1978, Acordo Comercial com a finalidade de institucionalizar o crescente fluxo de comércio entre os dois países. Representou o Brasil o Embaixador Aluízio Napoleão de Freitas Rego e a República Popular da China o Ministro do Comércio Exterior Li-Chiang. Este instrumento, o primeiro a ser firmado pelos dois governo desde o estabelecimento de relações diplomáticas a 14 de agosto de 1974, vem coroar três anos de negociação, constituindo-se em março no desenvolvimento das relações comerciais entre os dois países.

Deslocou-se missão comercial brasileira a Pequim em junho para contatos com várias corporações locais, com vistas, principalmente, à troca de minério de ferro brasileiro por carvão, petróleo e insumos farmacêuticos chineses. Participaram da missão, entre outros, representantes da Petrobrás, Siderbrás, Consider, Interbrás e Companhia Vale do Rio Doce.

Visitou o Brasil, em setembro, missão da Corporação nacional Chinesa para a Importação e Exportação de Produtos Químicos, chefiada por seu vice-diretor, o Senhor Li Soung-Mao, que manteve contatos na área de produtos químicos e farmacêuticos. Em outubro, outra missão esteve no Brasil, desta vez integrada por representantes da Corporação Nacional para Importação e Exportação de Minerais e Metais, chefiada pelo Senhor Chen Wen Tung, seu vice-diretor, que manteve entendimentos com a Siderbrás.

Índia

Visitou o Brasil, em setembro, missão da **State Trading Corporation of India**, sob a chefia do Senhor Dr. S. C. Bhattacharjee, seu Presidente. Os visitantes foram recebidos pelos Senhores Ministro das Minas e Energia e da Agricultura, tendo-se entrevistado igualmente com o Secretário Geral das Relações Exteriores e com o Secretário-Geral do Ministério da Indústria e do Comércio, além de contatos com a Interbrás, CVRD e COBEC. A referida missão veio ao Brasil para dar continuidade aos entendimentos mantidos pela missão comercial.

Austrália

O principal evento nas relações com a Austrália no ano de 1978 foi a assinatura, em 23 de fevereiro, de um Acordo Comercial entre os dois países. Esse instrumento substituiu Acordo Comercial celebrado e permitirá desenvolver um amplo espectro de cooperação bilateral em campos onde o Brasil e a Austrália são mutuamente complementares.

O Acordo objetiva não somente disciplinar o crescente fluxo de comércio entre os dois países, mas também estimular a liberação do enorme potencial existente para um intercâmbio mutuamente vantajoso. Deverá permitir o alicerçamento de uma posição vendedora permanente do Brasil no mercado australiano, através de iniciativas previamente acordadas por ambos os Governos. Em contrapartida, poderão ser adquiridos da Austrália insumos básicos e produtos necessários ao desenvolvimento do parque industrial brasileiro, possibilitando uma diversificação vantajosa de nossas fontes de suprimento.

A abrangência do Acordo transcende o aspecto estritamente comercial, para incluir também a cooperação econômica, industrial e de serviços, através de empreendimentos conjuntos em ambos os países. Para proporcionar aos setores interessados da iniciativa privada um horizonte temporal suficiente para suas inversões de longo prazo, o Acordo estabelece um período de validade inicial de dez anos, fato de escassos precedentes na tradição diplomática de ambos os países.

A par de sua inegável importância econômica, a assinatura do citado instrumento constitui, ainda, ato de grande relevância no âmbito da política externa do Brasil, uma vez que a Austrália era, até recentemente, a última grande área ainda não abrangida pela ação ecumênica da diplomacia brasileira.

O Acordo Comercial com a Austrália foi assinado, do lado brasileiro, pelo então Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, em missão oficial àquele País juntamente com comitiva de altas autoridades dos Ministérios setoriais interessados, especialmente na área econômico-comercial.

Como primeira manifestação concreta das possibilidades de intensificação do intercâmbio comercial bilateral com a Austrália, foi assinada pelo representante da SIDERBRÁS na referida comitiva uma Carta de Intenções prevendo o fornecimento àquela empre-

sa brasileira e às subsidiárias, num período de dez anos, de 4,7 milhões de toneladas de carvão coqueificável de procedência australiana.

Verificaram-se , no decorrer de 1978, diversas visitas de representantes de empresas australianas interessadas na colocação de produtos minerais não-ferrosos no mercado brasileiro. Foram iniciadas, outrossim, negociações com vistas à transferência de tecnologia australiana a empresas brasileiras para a prospecção e mineração desses produtos, especialmente o cobre, e sobre a possibilidade de realização de investimentos conjuntos nesse campo no Brasil.

Coréia do Sul

Em 1978, reuniu-se, pela primeira vez, o Comitê Conjunto para a Cooperação Econômica Brasil-Coréia, de caráter privado, formado pela **Korea Chamber of Commerce and Industry** e pela Confederação Nacional do Comércio. A reunião realizou-se em Seul, com a presença de 39 membros brasileiros, sob a chefia do Senhor Jessé Pinto Freire, procedente do CNC, e 65 membros coreanos, chefiados pelo Senhor Jong-Hyon Chey, Presidente do **Korea-Brazil Business Council**. A reunião examinou as possibilidades comerciais existentes entre os dois países, os setores onde se poderiam constituir empreendimentos conjuntos e a necessidade de incrementar as comunicações entre as duas comunidades empresariais.

Indonésia

Foi criado o cargo de Adido das Forças Armadas à Embaixada da Indonésia, em Brasília, tendo sido designado para ocupá-lo o Tenente-Coronel Rolly Tanos.

A Companhia Vale do Rio Doce entregou, em fevereiro, 50 mil toneladas de **pellets** de minério de ferro à **Krakatu Steel**, siderúrgica estatal indonésia, na primeira concorrência realizada por esta empresa, que deverá entrar em funcionamento em fins de 1978.

Tailândia

Em maio, visitou o Brasil o Almirante Sa-ngad Chaloryoo, Presidente do Conselho de Política Nacional da Tailândia, ocasião em que manteve entrevistas com o Vice-Presidente da República, com

os Ministros de Estado das Relações Exteriores, do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, e com o Ministro-Chefe do Estado Maior das Forças Armadas.

Ainda no mês de maio, realizou-se visita à Tailândia de um comitiva de empresários brasileiros membros da Confederação Nacional do Comércio. O Grupo manteve, em Bangkok, diversos contatos com a assinatura de um Memorando de Entendimento pelo qual a CNC e o **Board of Trade** da Tailândia comprometeram-se a intensificar suas relações e a estimular o intercâmbio econômico e comercial bilateral. A comitiva foi recebida em audiência pelo Vice-Primeiro Ministro Sunthorn Hongladoro, principal autoridade para assuntos econômicos do Governo Tailandês, e pelo Vice-Ministro da Indústria.

Filipinas

Dando prosseguimento às atividades de cooperação técnica com as Filipinas nos setores de siderurgia e de produção de álcool anídrico, iniciadas em 1976, realizaram-se, em 1978, trocas de especialistas dos dois países. Em maio, estiveram no Brasil funcionários do Ministério da Energia filipino, para contatos com entidades governamentais e empresas privadas ligadas à implementação do Programa Nacional do Álcool.

Em julho e agosto, técnicos da Cia. Vale do Rio Doce estiveram nas Filipinas, desenvolvendo pesquisas com vistas à elaboração de um projeto de usina siderúrgica a carvão vegetal, conforme o Acordo de Cooperação Técnica assinado em dezembro de 1977 pelos Ministro de Minas e Energia do Brasil e da Indústria das Filipinas.

Ainda no mês de maio visitou as Filipinas um grupo de especialistas brasileiros em desenvolvimento florestal e conservação de recursos naturais. Esses técnicos conheceram empresas industriais madeireiras daquele país e acordaram trocar de informações com entidades e peritos daquele setor da economia filipina.

EUROPA

EUROPA OCIDENTAL

No correr do ano de 1978, expandiram-se as relações com a Europa Ocidental, tendo a atividade diplomática brasileira recebido particular impulso.

República Federal da Alemanha

A visita do Presidente Ernesto Geisel à República Federal da Alemanha, efetuada em atendimento a convite do Presidente Walter Scheel, entre 6 e 10 de março, representou importante manifestação do alto nível da cooperação e entendimento já existente entre os dois países.

A comitiva presidencial foi integrada pelos Ministros das Relações Exteriores, Fazenda, Indústria e do Comércio, Minas e Energia, além dos Ministros Chefes da Secretaria de Planejamento e do Gabinete Militar da Presidência da República. Dela igualmente participaram os Presidentes das Comissões de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados e do Senado, os Presidentes do Banco do Brasil, do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, do Conselho Nacional-do Desenvolvimento Econômico, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, da Comissão Nacional de Energia Nuclear, da NUCLEBRÁS e de Furnas Centrais Elétricas, bem como representantes da Secretaria de Tecnologia Industrial do Conselho de Desenvolvimento Industrial, do Banco Central e do Itamaraty.

Durante a visita, realizou-se em Colônia, a 7 e 8 de março, o "Encontro Teuto-Brasileiro de Empresários", de que participaram quase uma centena de empresários brasileiros e igual número de alemães. Essa reunião, inaugurada pelo Presidente Geisel, apresentou afinal um resultado particularmente proveitoso, pelos contatos ensejados e o estímulo conferido ao intercâmbio comercial e industrial.

O Presidente Ernestro Geisel manteve com o Presidente Walter Scheel e com o Chanceler Federal Helmut Schmidt amplas e amistosas conversações, de que igualmente participaram os Ministros das Relações Exteriores de ambos os países. Foi dispensada particular atenção aos temas principais da conjutura internacional e às relações do Brasil com a Comunidade Econômica Européia. Mereceu detida análise o atual estágio das relações bilaterais Brasil-República Federal da Alemanha, com ênfase nos campos econômico, cultural, científico e tecnológico e político.

Durante sua estada na República Federal da Alemanha, o Presidente brasileiro visitou os Estados de Baden-Wurttemberg e da Renânia do Norte-Westfália, onde foi recepcionado pelos respectivos Ministros-Presidentes (Governadores). O Presidente Geisel visitou igualmente Berlim, onde foi recebido pelo Burgomestre. Recebeu, por sua vez, em audiência, os Presidentes dos Partidos representados no Parlamento Federal.

Paralelamente aos encontros presidenciais, o Ministro de Estado das Relações Exteriores e o Ministro Federal dos Negócios Estrangeiros mantiveram profícuas reuniões de trabalho, enquanto os Ministros Mario Henrique Simonsen, Angelo Calmon de Sá, Shigeaki Ueki e João Paulo dos Reis Velloso reuniram-se com seus colegas alemães, a saber, os Ministros da Economia, das Finanças, da Pesquisa e Tecnologia e da Cooperação Econômica.

Além da "Declaração Conjunta", assinada pelo Presidente Ernesto Geisel e pelo Chanceler Helmut Schmidt a 10 de março, foram assinados por ocasião da visita presidencial, os seguintes atos, nos campos nuclear e da tecnologia industrial:

— Ajuste entre o Ministério das Minas e Energia do Brasil e o Ministério Federal do interior da RFA, sobre o intercâmbio de informações técnicas e cooperação no campo da segurança das instalações nucleares, firmado no Ministério Federal do Interior, no dia 10 de março de 1978;

— Declaração de intenções entre a NUCLEBRÁS e o Centro de

Pesquisas Nucleares de Jülich sobre a cooperação no campo dos reatores a alta temperatura e do ciclo do tório em reatores de alta temperatura, em reatores de água leve e também em reatores rápidos refrigerados a gás, firmada em Jülich, no dia 8 de março de 1978;

— Contrato entre a NUCLEBRÁS e o Centro de Pesquisas Nucleares de Jülich sobre programa de pesquisa e desenvolvimento para aplicação de processo de calor de origem nuclear à gaseificação do carvão, firmado em Jülich, no dia 8 de março de 1978;

— Convênio Especial entre a Comissão Nacional de Energia Nuclear e o Centro de Pesquisa Nuclear de Karlsruhe sobre cooperação no campo dos usos pacíficos da energia nuclear, firmado em Karlsruhe, no dia 8 de março de 1978;

— Convênio Especial entre a Secretaria de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e do Comércio e o Centro de Pesquisas Nucleares de Jülich, firmado em Jülich, no dia 8 de março de 1978.

Nos dias 30 e 31 de outubro, realizou-se em Brasília a V Reunião da Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Econômica, presidida, do lado brasileiro, pelo Chefe do Departamento da Europa, do MRE e, do lado alemão, pelo Cônsul Herbert Pavel, da Confederação da Indústria alemã. Igualmente tomaram parte nos trabalhos representantes governamentais e dos setores empresariais de ambos países.

Na ocasião, foram discutidas as perspectivas de expansão do comércio bilateral. A Delegação brasileira acentuou a necessidade de uma estruturação que melhor atenda ao progresso da economia brasileira e fez apresentação sobre a situação de certos produtos brasileiros face à política comercial praticada pela CEE.

Estiveram em pauta questões relacionadas com transferência de tecnologia e seguros, no contexto do comércio exterior brasileiro, assuntos que foram examinados por dois grupos de trabalho, integrados por membros de ambas as delegações.

No curso de 1978, continuou intenso o fluxo de visitas ao Brasil de autoridades da República Federal da Alemanha, destacando-se de forma especial a presença de parlamentares daquele país.

Em agosto, no quadro de uma viagem de estudos pela América Latina, esteve no Brasil um grupo de Deputados Federais alemães.

Cabe igualmente registrar a presença de uma delegação de par-

lamentares democrata-cristãos e empresários (pequena e média empresa), em setembro. A delegação, composta de 19 membros, manteve contatos na área do Ministério da Indústria e do Comércio, com o Sercretário-Geral do Ministério da Fazenda e Presidente do Grupo de Estudos sobre a Pequena e Média Empresa no Brasil, bem como a CEBRAE e outros órgãos vinculados à economia nacional.

Áustria

Delegação parlamentar austríaca esteve no Brasil, na segunda quinzena de agosto, em visita organizada pelo Senhor Herbert Schambeck, Vice-presidente do Conselho Federal e líder do Partido Conservador da Áustria. Participaram do grupo mais de uma dezena de Conselheiros Federais (deputados) e outras figuras dos círculos parlamentares da Áustria.

Em Brasília, o programa compreendeu contatos no Congresso Nacional e órgãos do Executivo. Os parlamentares visitaram ainda Manaus, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo, além de Foz do Iguaçu.

Bélgica

Esteve no Brasil, em meados de agosto, o Senhor Hermam de Croo, ex-Ministro da Educação da Bélgica e deputado do partido liberal flamengo, em visita de informação.

O Senhor De Croo realizou contatos na área parlamentar e Comercial e, em Brasília, manteve encontros informais na área governamental.

Dinamarca

O Chefe do Departamento de Comércio do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Dinamarca, Senhor Erik Krog-Meyr, foi recebido em Brasília, no mês de março, pelo Secretário-Geral das Relações Exteriores, e por autoridades do Ministério da Fazenda.

O visitante manteve contatos no Rio de Janeiro com a Direção da SUNAMAM e, em São Paulo inaugurou novas instalações da firma F.L. Smidth, além de ter visitado outras empresas dinamarquesas.

Realizou-se em setembro, a convite do Governo dinamarquês, visita de delegação brasileira chefiada pelo Secretário de Tecnologia Industrial do MIC, Senhor José Walter Bautista Vidal, à Dinamarca. Durante a estada naquele país, a delegação, que também incluiu representantes da PETROBRÁS, do INPI, do CONSIDER e da EMBRAMEC, e os Presidentes do Grupo Executivo de Fertilizantes (Interministerial), manteve contato com dirigentes de empresas e representantes de órgãos governamentais dinamarqueses, interessados na formação de "joint-ventures" com capitais brasileiros.

Espanha

No âmbito das relações hispano-brasileiras, visitou o Brasil, de 16 a 17 de outubro, o Senhor José Maria Jerez, Diretor Geral de Política Comercial do Ministério do Comércio e Turismo da Espanha.

Em Brasília, o Senhor Jerez entrevistou-se com os Secretários Gerais dos Ministérios das Minas e Energia, Fazenda, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, com o Secretário Executivo do CONSIDER, com autoridades do Ministério dos Transportes e com os Chefes do Departamento da Europa e do Departamento de Promoção Comercial do Ministério das Relações Exteriores. No Rio de Janeiro, foi recebido pelo Diretor da Cacex.

Durante a visita, foi feita uma avaliação do desenvolvimento das relações econômicas e comerciais entre os dois países, a partir da II Reunião da Comissão Mista Brasil-Espanha, realizada em Madri, em julho de 1.976. Verificou-se que a Espanha ocupa, ao lado da França, o 6º lugar entre os clientes de produtos brasileiros. O Senhor Jerez declarou ser intenção de seu Governo prosseguir com o mesmo ritmo de compras no Brasil, encarecendo, por outro lado, a necessidade de um esforço conjugado dos dois países no sentido de que a expansão do intercâmbio se faça de forma mais equilibrada, com aumento simultâneo das vendas espanholas.

Na mesma ocasião, as autoridades brasileiras manifestaram sua melhor acolhida ao interesse da Espanha em particular da colocação, no mercado brasileiro, de bens e equipamentos de fabricação espanhola.

Prevê-se que maior dinamização das relações comerciais e econômicas entre os dois países será obtida através da transformação,

em agência, do escritório de representação do Banco do Brasil em Madri, além da simultânea abertura de escritório em Barcelona. Nesse sentido, como primeiro passo, as autoridades monetárias brasileiras, dentro do princípio de reciprocidade, autorizaram a instalação de banco espanhol no Brasil.

Finlândia

Esteve no Brasil, no mês de julho, o Vice-Primeiro Ministro da Agricultura da Finlândia, Doutor Johannes Virolainen, acompanhado do ex-Ministro das Relações Exteriores daquele país, Senhor Olavi Mattila.

Em Brasília, o Vice-Primeiro Ministro foi recebido pelo Ministro das Relações Exteriores e pelo Ministro da Agricultura, bem como por autoridades do Ministério da Indústria e do Comércio. O Senhor Virolainen fez ainda visita de cortesia ao Presidente do Senado Federal.

França

Em retribuição à visita do Presidente Ernesto Geisel, realizada em abril de 1976, visitou o Brasil, de 4 a 7 de outubro, o Presidente Valéry Giscard D'Estaing.

Acompanharam o Presidente francês, entre outras personalidades, os Ministros Alain Peyrefitte (da Justiça e Guarda dos Selos), Simone Veil (da Saúde e da Família), Jean-François Deniau (do Comércio Exterior), tendo-se juntado à comitiva, em Brasília, o Senhor Louis Guiringaud, Ministro dos Negócios Estrangeiros. Também merece registro a presença dos Senhores Jean-Pierre Prouteau, Secretário de Estado da Indústria e Jean-François Poncet, Secretário Geral da Presidência da República.

Na Capital Federal, o Presidente Giscard D'Estaing visitou o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal. Manteve profícuas e amistosas conversações com o Presidente Ernesto Geisel sobre o desenvolvimento das relações e da cooperação entre os dois países, bem como sobre as principais questões da atualidade internacional. Ao final das conversações, foi assinada pelos Presidentes uma Declaração Conjunta que enuncia os princípios da cooperação franco-brasileira, e menciona as questões internacionais de interesse especial para os dois países.

Ao mesmo tempo, os dois Chanceleres convieram na necessidade de continuar a desenvolver os contratos ministeriais no quadro da Grande Comissão, tendo acordado que a próxima reunião será realizada em Paris, em data a ser fixada oportunamente por via diplomática.

O Ministro da Justiça da França, Senhor Alain Peyrefitte, entrevistou-se com seu homólogo brasileiro e com o Ministro do Interior. O Ministro da Saúde e da Família, Senhora Simone Veil, manteve conversações com os Ministros da Saúde e da Previdência e Assistência Social. O Ministro do Comércio Exterior, Senhor Jean-François Deniau, encontrou-se com o Ministro das Minas e Energia, bem como com o Ministro da Indústria e do Comércio. Nessa reunião, esteve acompanhado do Secretário de Estado da Indústria, Senhor Jean-Pierre Prouteau.

Os Ministros da Justiça dos dois países mantiveram coversações sobre as grandes linhas da cooperação judiciária em matéria civil, comercial, social, administrativa e penal, bem como sobre convenção de extradição, cobrindo especialmente as infrações relativas a entorpecentes.

Os Ministros das Relações Exteriores, por sua vez, assinaram acordos sobre cooperação tecnológica industrial e inter-universitária, além de efetuarem troca de Notas relativa à gratuidade das cartas rogatórias.

O Ministro das Minas e Energia do Brasil e o Ministro do Comércio Exterior da França efetuaram ainda troca de cartas relativas às fontes novas de energia.

Durante sua estada, o Presidente da França visitou ainda São paulo, Rio de Janeiro e Manaus, tendo sido recebido pelos respectivos Governadores de Estado.

No quadro da visita presidencial, foi assinada, por representantes de ambos os Governos, Declaração de Intenção pela qual a França se comprometeu a conceder financiamentos privilegiados para projetos hidrelétrico, ferroviário e no campo de exploração mineral no Brasil.

Outro fato de grande significação para as relações franco-brasileiras foi a realização, de 29 de agosto a 1º de setembro, da I Sessão de Comissão Econômica de Indústria e Comércio, que precedeu a visita do Chefe de Estado francês. O diálogo entre as duas delegações foi dos mais profícuos, tendo sido possível uma avaliação dos bons resultados alcançados pela cooperação nos dois últi-

mos anos, estabelecida por ocasião da viagem do Presidente Ernesto Geisel à França, bem como uma análise das novas perspectivas de colaboração que atualmente se apresentam aos dois países. O encerramento dos trabalhos da I Sessão da Comissão Econômica de Indústria e Comércio contou com a presença do Senhor Jean-François Deniau que, durante sua estada, manteve contatos com autoridades do Itamaraty e com Ministros da área econômica.

Irlanda

A 1º de novembro, apresentou credenciais em Dublin o Embaixador junto à CEE, residente em Bruxelas, e que acumula as funções de Representante diplomático brasileiro na República da Irlanda.

O Embaixador brasileiro realizou, durante sua primeira visita oficial à capital irlandesa, numerosos contatos com autoridades locais, com vistas a intensificar as relações Brasil-Irlanda, sobretudo nas áreas econômica e comercial.

Itália

Numa demonstração de sua tradicional importância e crescente vitalidade, as relações entre o Brasil e a Itália foram marcadas, em 1978, por diversos acontecimentos de relevo.

Foram realizadas, nesse período, quatro visitas de nível ministerial, bem como a III Reunião da Comissão Mista Brasil-Itália.

O Ministro Mário Henrique Simonsem esteve na Itália nos dias 2 e 3 de outubro. Seu programa teve início em Turim, onde visitou as instalações da FIAT. Na oportunidade, foi feito retrospecto do estágio atual dos investimentos no Brasil daquele grupo italiano. Em Roma, o Professor Simonsen manteve conversação sobre temas de interesse de ambos os países com os Ministros Filippo Maria Pandolfi (Tesouro), Antonio Bisaglia (Participações Estatais) e Franco Maria Maltatti (Finanças). Com este último, assinou Acordo sobre Dupla Tributação entre Brasil e Itália. Realizou visita de cortesia ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, deputado Arnaldo Forlani, e, na sede da Confederação da Indústria Italiana, fez palestra sobre a política econômica brasileira.

Outro Ministro brasileiro recebido na Itália foi o Senhor Eucly-

des Quandt de Oliveira, das Comunicações. Sua viagem esteve dividida em duas etapas. De 27 de setembro a 1º de outubro, cumpriu compromissos no eixo Milão-Turin, avistando-se com empresários e percorrendo instalações de indústrias do ramo das telecomunicações. Em seguida, viajou para o Reino Unido, de onde regressou a Roma, permanecendo de 4 a 5 de outubro. Na capital italiana, o Ministro das Comunicações, que se fez acompanhar do Presidente da Telebrás, realizou conversações com seu homólogo italiano — Deputado Antonio Culotti, Ministro dos Correios e Telecomunicações — bem como com o deputado Antonio Bisaglia, Ministro das Participações Estatais. O resultado dos entendimentos foi consignado em ata na qual se fez balanço da cooperação técnica nos campos industrial e de tecnologia de equipamentos para telecomunicações.

Para participar da solenidade de assinatura do acordo de associação da empresa estatal italiana Finsider no projeto siderúrgico de Tubarão, esteve no Brasil, entre 29 de outubro e 1º de novembro, o Senhor Antonio Bisaglia, Ministro das Participações Estatais. O Ministro Bisaglia esteve em Vitória, sede da futura usina siderúrgica, que contará com participação brasileira, italiana e japonesa.

Em viagem privada, chegou ao Brasil, no dia 1º de dezembro, como convidado de firma italiana que presta serviços de consultoria à Itaipu Binacional, o Senhor Caetano Stammati, Ministro das Obras Públicas da Itália, com a finalidade expressa de conhecer as obras da futura hidrelétrica de Itaipu.

Depois de ter estado em Foz de Iguaçu, o Ministro italiano, encontrou-se no Rio de Janeiro com o Diretor-Presidente da empresa binacional, General Costa Cavalcanti, e com altos funcionários das empresas estatais do setor de hidreletricidade.

Celebrou-se em Roma, nos dias 29 e 30 de novembro e 1º de dezembro, a III Sessão da Comissão Mista Brasil-Itália. A Delegação brasileira manifestou sua preocução com crescentes tendências protecionistas no mundo desenvolvido e particularmente na Comunidade Econômica Européia. Expressou, ainda, seu particular interesse em negociar com a CEE um melhor acesso para a manteiga de cacau e o "chocolate liquor" no mercado europeu, especialmente através de concessões tarifárias recíprocas, nas atuais negociações do GATT. A Delegação italiana expressou sua disposição em apoiar junto à CEE essas reivindicações. A Delegação italiana concordou ainda com a solicitação da Delegação brasileira acerca

do reconhecimento do caráter governamental da representação do Instituto Brasileiro do Café na Itália. Nesse sentido, a Parte italiana comunicou que a representação do IBC em Milão poderia funcionar como uma seção do Serviço de Promoção Comercial do Consulado-Geral do Brasil naquela cidade.

A Parte brasileira registrou, com satisfação, o incremento havido nos investimentos italianos no Brasil. Discutiram-se, na oportunidade, eventuais condições para a canalização de novos investimentos e, nesse sentido, acordou-se à conveniência da realização de contatos entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e outros órgãos brasileiros competentes e um grupo de trabalho italiano **ad hoc.**

A parte italiana concordou com a solicitação do Banco do Brasil para que seu escritório em Roma não fosse transformado em agência, desde que as autoridades brasileiras competentes autori zassem, por sua vez, a abertura no Brasil de agência de banco italiano.

A delegação brasileira foi presidida pelo Embaixador em Roma e contou com a participação de representantes do Banco do Brasil, Instituto Brasileiro do Café e Petrobrás. A delegação italiana, por sua vez, foi chefiada pelo Subsecretário de Relações Exteriores, empresarial da Itália.

Assinalem-se, ainda, as visitas oficiais à Itália, nos últimos dias de dezembro, realizadas pelos Governadores eleitos dos Estados de Minas Gerais e Pernambuco, respectivamente os Deputados Francelino Pereira e Marco Antonio Maciel.

Malta

A abertura do Vice-Consulado em Valleta, cujo Primeiro titular recebeu **exequatur** em abril, possibilitou a identificação de oportunidades para maior participação brasileira no abastecimento daquele mercado, bem como para associação com capitais locais em **joint-ventures**, em Malta ou em terceiros países.

Noruega

Realizou-se visita do Príncipe Herdeiro Harald ao Brasil, acompanhado de numerosa delegação de autoridades e homens de negó-

cios noruegueses, com a participação do Vice-Ministro do Comércio e Navegação, Senhor Peter Oelberg. Os membros da missão mantiveram entendimentos, no Rio de Janeiro, com representantes da SUNAMAM, BNDE, CACEX, PETROBRÁS e CDI.

Ao ensejo da visita, foi assinado em Brasília, no dia 5 de abril, o Acordo sobre Comérico e Cooperação Econômica, Industrial e Técnica entre o Brasil e a Noruega.

O programa da missão em Brasília incluiu, ainda, audiência com o Senhor Presidente da República e entrevistas com os Ministros das Minas e Energia, Planejamento e Indústria e Comércio.

Em agosto, foi recebido em Brasília, pelo Ministro das Relações Exteriores e outras autoridades brasileiras o Ministro do Petroléo e Energia da Noruega, Senhor Bjarmar Gjorde, que veio acompanhado de autoridades e empresários com interesse no mesmo setor.

Países Baixos

Verificou-se em Brasília, a 1º de setembro de 1978, troca de Notas, entre o Ministro de Estado e os Embaixadores dos Países Baixos, da RFA e do Reino Unido, sobre questões relacionadas com o fornecimento de combustível pela empresa trinacional URENCO às usinas nucleares de Angra dos Reis.

Realizou-se em Brasília, no período de 19 a 23 de junho, a segunda reunião do Grupo de Trabalho Brasil-Holanda para Assuntos de Agricultura, órgão criado por troca de Notas, a 6 de julho de 1976, com a finalidade de facilitar e estimular a cooperação entre os dois países no terreno da agricultura e da agroindústria. Sua primeira reunião fora realizada na Haia, de 5 a 9 de dezembro de 1977.

Portugal.

Acontecimento de grande realce para as relações luso-brasileiras foi a visita realizada, de 22 a 27 de maio, pelo Presidente Antonio Ramalho Eanes, a convite do Presidente Ernesto Geisel.

O Presidente de Portugal se fez acompanhar pelos Senhores Victor Augusto Nunes de Sá Machado, Ministro das Finanças e do Plano, Alvaro Pereira da Silva Leal Monjardino, Presidente da Assembléia Regional dos Açores, Emanuel do Nascimento dos Santos

bre o cumprimento das conclusões do Grupo de Contato Intergovernamental Brasil-Portugal; Troca de Notas relativas à IV Reunião de Consulta Aeronáutica entre Brasil e Portugal; Prorrogação por um ano da linha de crédito do Banco do Brasil à Caixa Geral de Depósitos.

Em São Paulo e no Rio de Janeiro, o Presidente Ramalho Eanes foi recebido pelos Governadores Paulo Egydio Martins e Floriano Peixoto Faria Lima e pelos Prefeitos daquelas duas capitais estaduais, além de outras autoridades.

Reino Unido

As relações entre Reino Unido e Brasil, que receberam novo impulso com a visita do Presidente Geisel à Inglaterra, em 1976, registraram em 1978 a visita ao Brasil do Principe Charles, herdeiro da Coroa britânica, nos dias 8 a 16 de março.

A visita do Príncipe de Gales compreendeu as cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Brasília e Manaus. Em Brasília, o Príncipe foi recebido em audiência pelo Senhor Presidente da República e entrevistou-se com o Ministro de Estado das Relações Exteriores, tendo sido condecorado com a Ordem do Cruzeiro do Sul. Foi recebido, igualmente, pelo Governador do Distrito Federal.

Outro evento significativo para as relações Brasil-Reino Unido foi a visita a Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro do Prefeito de Londres, realizada nos dias 22 a 27 de agosto. A exemplo do que aconteceu em 1972, por ocasião da visita de seu antecessor, o atual Lord Mayor encontrou-se no Brasil com autoridades governamentais e personalidades das áreas comercial e financeira.

Visitou também o Brasil, no final de junho, o Senhor J. Dickson Mabon, Vice-Ministro de Estado para a Energia do Reino Unido, por ocasião da Exposição "Brazil Offshore 78", da qual tomou parte numerosa representação britânica. Em Brasília e no Rio de Janeiro o visitante manteve contatos na área de transportes e de energia, tendo sido recebido pelo Senhor Secretário-Geral das Relações Exteriores.

Rodrigues, Presidente da Assembléia Regional de Madeira, General Altino de Magalhães, Vice-Chefe do Estado Maior do Exército, Henrique Granadeiro, Chefe da Casa Civil da Presidência da República, bem como por outras autoridades e personalidades portuguesas.

Em duas reuniões de trabalho, os dois Chefes de Estado mantiveram amplas e amistosas conversações sobre a conjuntura internacional e as relações bilaterais. No Plano bilateral, foi feito um balanço das relações comerciais e financeiras entre os dois países e, na mesma ocasião, os dois Presidentes coincidiram sobre a necessidade de se explorar de maneira mais aprofundada as possibilidades de intercâmbio. Ao mesmo tempo, expressaram seu firme apoio aos trabalhos do Grupo de Contato Intergovernamental criado em 1976, cuja atuação vem correspondendo à necessidade de solucionar questões surgidas depois de 1974 e que envolvem direitos e interesses de pessoas e empresas, sobretudo brasileiras. No que tange ao intercâmbio comercial, foi ampliado para 70 milhões de dólares o crédito destinado a financiar importações portuguesas do Brasil.

No espírito do Acordo Cultural em vigor, reiteraram os dois Chefes de Estado o firme propósito de fomentar o estudo e a defesa da língua portuguesa e ressaltaram o caráter satisfatório das relações nos campos científico e tecnológico.

Por sua vez, o Ministro dos Negócios Estrangeiros manteve aprofundadas conversações com o Chanceler brasileiro. O Ministro das Finanças e do Plano foi recebido pelos Ministros da Fazenda e da Indústria e do Comércio, e pelo Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República. As demais autoridades integrantes da comitiva entrevistaram-se, sobre assuntos de suas respectivas áreas de competência, com seus colegas brasileiros, na atmosfera de compreensão mútua e amizade que tem caracterizado as relações entre os dois países.

O Presidente da República Portuguesa, que no dia 23 presidiu a inauguração da Chancelaria da Embaixada de Portugal em Brasília, foi também recebido pelos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, em sessão conjunta do Congresso Nacional e, em visitas separadas, pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal e pelo Governador do Distrito Federal.

Dentro do quadro da cooperação entre Brasil e Portugal, foram assinados, por ocasião da visita presidencial, os seguintes atos: Acordo sobre Transporte e Navegação Marítima; Troca de Notas so-

Santa Sé

O Governo do Brasil fez-se representar oficialmente junto ao Vaticano nos dois eventos que enlutaram o mundo católico, ocorridos em agosto e setembro. Participou, igualmente, das cerimonias de entronização dos sucessores dos Pontífices falecidos.

Por ocasião do falecimento de Sua Santidade o Papa Paulo VI, ocorrida a seis de agosto, o Governo enviou Missão Especial – chefiada pelo Senhor Luiz Gonzaga do Nascimento Silva, Ministro da Previdência e Assistência Social – às cerimônias fúnebres do sepultamento do Chefe da Igreja.

Eleito ao trono pontifício, o Cardeal Albino Luciani, Patriarca de Veneza, escolheu o nome de João Paulo I. O Brasil compareceu as cerimônicas de início do pontificado através de Missão presidida pelo Ministro de Estado.

O papado de João Paulo I, de curtíssima duração, foi interrompido com o falecimento súbito do Pontífice, em 28 de setembro. Aos seus funerais o Governo brasileiro enviou Missão Especial conduzida pelo Dr. Euclydes Quandt de Oliveira, Ministro das Comunicações. A 16 de setembro, a escolha do Conclave para assumir a direção da Igreja recaiu no Cardeal Wojtyla, da hierarquia católica da Polônia. Na sagração do ex-Arcebispo de Cracóvia, ocorrida em outubro, o Brasil representou-se por Missão Especial chefiada pelo Presidente do Congresso Nacional, Senador Petrônio Portella.

Suécia

Os Reis da Suécia, em visita privada ao Brasil, foram recebidos, em janeiro, pelo Senhor Presidente da República e Senhora Ernesto Geisel.

Ao ensejo de sua vinda ao Brasil, em junho, a convite da Câmara de Comércio Sueco-Brasileira, que completava 25 anos de existência, o então Ministro do Comércio da Suécia, Doutor Staffan Burenstam-Linder, foi recebido em Brasília pelo Ministro das Relações Exteriores pelos Ministros da Fazenda, das Minas e Energia e pelo Ministro Chefe da Secretaria do Planejamento da Presidência da República. Foi

No curso das audiências foi efetuado exame conjunto dos pontos de maior importância no relacionamento econômico e comercial entre os dois países, tendo o visitante manifestado o interesse

de seu Governo na ampliação e diversificação dos vínculos comerciais com o Brasil.

EUROPA ORIENTAL

De acordo com a diretriz governamental, em 1978, a exemplo dos anos anteriores, o Brasil procurou ampliar e diversificar o intercâmbio econômico e comercial com os países da Europa Oriental.

Multiplicaram-se as iniciativas de promoção comercial, tanto do lado brasileiro, nos países da Europa Oriental, quanto destes no Brasil, sob a coordenação da Comissão de Comércio com os países da Europa Oriental (COLESTE), órgão colegiado integrante da estrutura do Ministério das Relações Exteriores.

Com as modificações estruturais havidas e a consolidação da Secretaria Executiva da COLESTE em 1977, pôde ser implementado um programa dinâmico de apoio às exportações brasileiras para a área e foi possível à Divisão da Europa-II, do Ministério das Relações Exteriores, lançar as bases para a efetiva implantação, a partir de 1979, de setores comerciais nas Missões Diplomáticas da área.

Romênia

Em maio, visitou o Brasil o Senhor Cornel Pacoste, Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da Romênia. Na ocasião, foram discutidas, de forma genérica, questões de âmbito multilateral bem como assuntos bilaterais, a saber, ampliação da cooperação econômica, comercial e técnica a médio e longo prazos. O Vice-Ministro romeno também examinou com as autoridades brasileiras diversos projetos em curso, em particular a construção conjunta de unidade de peletização no Brasil, com investimentos romenos, e a construção de fábrica de cimento no Norte e Nordeste.

O Brasil participou em maio, pela primeira vez, da Feira Internacional de Bucareste, onde se realizaram contatos comerciais não só com autoridades romenas ligadas ao comércio exterior, mas também com empresários de outros países.

Bulgária

De 10 a 12 de julho visitou a Bulgária missão comercial brasi-

leira integrada por representantes de diversos órgão públicos e empresas privadas. Foi a primeira missão comercial que o Brasil enviou à Bulgária e seu objetivo principal foi finalizar com as autoridades búlgaras as negociações relativas a: 1) — exportação de veículos Volkswagen brasileiros; 2) — construção, pelo Brasil, de unidade de beneficiamento de soja na Bulgária, com capacidade de mil toneladas/dia; 3) — abertura do mercado búlgaro para o minério de ferro brasileiro e 4) — reabertura de linha de crédito de 5 milhões de dólares para a compra de produtos brasileiros.

Como resultado das negociações realizadas em Sófia, foi firmado, em 12 de julho, pelo Chefe da missão comercial pelo Vice-Ministro do Comércio búlgaro, Protocolo Comercial Brasil-Bulgária. O instrumento em apreço é um documento de intenção e de compromisso que registra a totalidade dos entendimentos mantidos durante a visita em tela. Do Protocolo devem ser ressaltados, pela sua importância para a intercâmbio comércial bilateral, os seguintes itens: a) — possibilidade de concretização de um conjunto de operações comerciais no valor global de US$ 20 milhões, a serem efetuadas em 1979/80 e assim discriminadas quanto aos produtos: 1) exportações do Brasil: café verde e veículos de passageiros e furgões marca Volkswagen; 2) exportações da Bulgária: chapas de aço galvanizadas e placas de zinco, barrilha e empilhadeiras elétricas e à diesel; b) — construção na Bulgária, pela INTERBRÁS, de unidade de processamento de soja, havendo-se o Governo búlgaro comprometido a dar prioridade à proposta brasileira em condições iguais de tecnologia, preço e financiamento; c) — compromisso do Governo búlgaro de dar preferência, em condições ideais de especificação e de preço, a partir de 1982, à importação de minério de ferro brasileiro.

Prosseguiram, ademais, as negociações para a importação pelo Brasil de produtos siderúrgicos búlgaros, bem como para a renovação da linha de crédito para a exportação de produtos brasileiros. Por outro lado, foram feitas referências à possibilidade de cooperação comercial e industrial em terceiros mercados, ao interesse mútuo na assinatura de um Acordo de Cooperação entre a Confederação Nacional da Indústria e a Câmara de Comércio da Bulgária, bem como entre a Fundação Oswaldo Cruz e o Instituto de Doenças Contagiosas e Parasitárias de Sófia. Finalmente, registrou-se o interesse búlgaro em negociar com o Brasil transferência de tecnologia em certos setores da indústria farmacêutica, especialmente o

de antibióticos.

Em setembro o Brasil participou, com 23 expositores, da Feira Internacional de Plovdiv, havendo as empresas brasileiras, em contatos com suas congêneres búlgaras, iniciado negociações para futuras vendas de produtos nacionais, especialmente têxteis, ferragens de banheiro, azulejos, equipamentos sanitários, talheres, duchas e torneiras elétricas.

Hungria

Os quatros primeiros meses do ano foram especialmente movimentados, com a visita de cinco missões comerciais húngaras, três das quais de alto nível, destinadas a preparar as negociações a serem realizadas por ocasião da V Reunião da Comissão Mista Brasil-Hungria.

O objetivo principal das quatro primeiras foi a procura de setores produtivos para estabelecimento de cooperação industrial, visando a diminuir o desfavorável desequilíbrio da balança comercial bilateral. A quinta missão teve por fim específico a discussão do projeto de novo acordo de Comércio e Pagamentos entre os dois países.

As Delegações mantiveram contatos com vários Ministérios, órgãos oficiais e empresas em Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro.

Entre 20 e 26 de setembro, realizou-se em Brasília a V Reunião da Comissão Mista Brasil-Hungria, em consonância com os termos do artigo 17 do Acordo de Comércio, Pagamentos e Cooperação Econômica em vigor. Os trabalhos da reunião orientaram-se para a análise do intercâmbio comercial, das possibilidades de desenvolvimento e diversificação desse intercâmbio e da cooperação técnica e econômica, bem como do sistema de pagamentos previsto no Acordo de Comércio em vigor. Como foi observado durante a reunião, as exportações brasileiras para a Hungria atingiram, nos últimos dois anos, a cifra de US$ 280 milhões, enquanto as exportações húngaras para o Brasil apenas alcançaram o valor de US$ 13 milhões. A composição da pauta bilateral tampouco atingiu diversificação, sendo de se esperar a inclusão de novos produtos no intercâmbio comercial. Foi manifestado o interesse da parte húngara em estabelecer cooperação industrial com parceiros brasileiros em diferentes setores produtivos, assim como em continuar os fornecimentos de equipamentos na área dos Ministérios da

Saúde e da Educação e Cultura. Foi discutida a possibilidade de se estabelecer "joint-ventures" entre companhias brasileiras e húngaras no setor industrial.

Durante a reunião, procedeu-se a exame do projeto de novo Acordo de Comércio e Pagamentos, decidindo-se que os assuntos pendentes, relativos ao sistema de pagamentos a ser utilizado, seriam negociados pelas autoridades financeiras dos dois países.

Atendendo ao interesse da Parte húngara, foi encaminhado à consideração das autoridades daquele país projeto de Acordo de Cooperação, a ser formalizado entre a Confederação Nacional da Indústria e a Câmara de Comércio da Hungria.

No campo da promoção comercial, o Brasil esteve representado na Feira Internacional de Bens de Consumo de Budapeste, realizada nessa cidade, de 22 de setembro a 1º de outubro. A participação brasileira contou com grande número de firmas exibidoras e uma gama diversificada de produtos.

Polônia

Visitou o Brasil, em maio, o Vice-Ministro do Comércio Exterior e Navegação da Polônia, Senhor Stanislaw Dlugosz, quando manteve conversações em diversos níveis, com o objetivo de expandir e diversificar as relações econômico-comerciais entre os dois países. Durante a visita foram negociados um contrato de compra e venda entre consórcio de **tradings** brasileiras e companhias polonesas de comércio exterior; o apoio financeiro do Banco Central às exportações de produtos brasileiros para a Polônia; e a colaboração da firma KOPEX com a SIDERBRÁS para a exploração das minas de carvão da Colômbia.

Em junho, realizou visita ao Brasil o Vice-Ministro polonês das Relações Exteriores, Senhor Wieslaw Admski, que cumpriu programação em Brasília e nos Estados de São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro.

A convite do Ministro polonês do Comércio Exterior e Navegação, Senhor Jerzy Olszewzki, o Ministro brasileiro da Indústria e do Comércio, Senhor Ângelo Calmon de Sá, realizou, em julho, visita oficial à Polônia, oportunidade em que foram assinados Protocolo e o Memorando de Entendimentos. Diversos documentos foram assinados na capital polonesa: acordo prevendo financiamento à exportção entre o Banco Central e **Handlowy Warszawie Bank;**

acordo de compra e venda entre companhias de comércio dos dois países; contrato para prestação de serviços de prospecção geológica entre a KOPEX e a SIDERBRÁS; e acordo de cooperação entre a Câmara polonesa de Comércio Exterior e a Confederação Nacional da Indústria.

As conversações mantidas na capital polonesa abordaram ainda a extensão e a ampliação dos acordos de minério-de-ferro e carvão, o fornecimento recíproco de equipamentos e bens de capital, a cooperação polonesa nos projetos brasileiros de exploração mineral e a possibilidade de acordos a longo prazo cobrindo diversos produtos constantes da pauta do intercâmbio bilateral.

As negociações sobre minério-de-ferro e carvão adquirem relevo especial no campo do intercâmbio bilateral, já que permitirão se ampliarem, em valor e em quantidade, as relações comerciais brasileiro-polonesas. O Brasil exportará minério-de-ferro para a Polônia até 1990. Esta, por sua vez, fornecerá ao Brasil carvão siderúrgico durante igual período.

No que se refere à colaboração polonesa nos projetos de exploração carbonífera no Brasil, foi acordado que as empresas especializadas da Polônia submeteriam à apreciação da parte brasileira uma proposta de cooperação técnica entre autoridades competentes dos dois países.

No decorrer do mês de abril foram concluídas negociações entre o Lloyd Brasileiro e a SUNAMAM, de um lado, e estaleiros poloneses, de outro, para o fornecimento de dois navios **Roll-On-Roll-Off** Durante a visita do Ministro Calmon de Sá à Polônia foi discutida, entre outros assuntos, a possibilidade de cooperação entre indústrias de construção naval dos dois países, em vista do que realizar-se-iam encontros de técnicos e representantes das empresas e órgão interessados.

No campo do intercâmbio comercial, devem ser mencionados o acordo entre consórcio de empresas de comércio exterior de ambos os países, prevendo trocas no valor de US$ 350 milhões, e diversos acordos preliminares entre companhias privadas brasileiras e companhias de comércio exterior da Polônia, prevendo a compra e venda de mercadorias produzidas pelos dois países.

Em novembro, esteve no Brasil missão oficial polonesa chefiada pelo Vice-Ministro do Comércio exterior e Navegação, Senhor Antoni Karas, com o objetivo de implementar o Memorando de Entendimentos, assinado quando da visita do Ministro Calmon de

Sá à Polônia, no mês de julho. Na ocasião foram assinados documentos sobre Acordo interbancário (Banco Central — Handlowy Bank) regulando o sistema de pagamentos entre os dois países, acordo entre a CVRD e a STALEXPORT regulando o fornecimento de minério de ferro à Polônia, e Protocolo contendo resumo de todos os entendimentos mantidos com os diferentes Ministérios.

No campo da promoção comercial, o Brasil esteve representado em pavilhão próprio, na 50ª Feira Internacional de Poznan, realizada nessa cidade, de 11 a 20 de junho. A participação brasileira buscou não só aumentar o número de exibidores, como também diversificar os setores da indústria ali representada.

Iugoslávia

Missão iugoslava visitou, em janeiro, a EMBRAER e o Instituto de Tecnologia da Aeronáutica (ITA), com o objetivo de avaliar a capacidade técnica e industrial destas instituições, bem como analisar a viabilidade de a Iugoslávia vir a importar aviões de fabricação nacional.

Em meados do ano foi instalada, em Minas Gerais, representação do **Ljubljanska Banka,** destinada a estabelecer contatos comerciais permanentes com empresários brasileiros.

Em setembro de 1978, visitou o Brasil o Senhor Vuko Dragasevic, Ministro Presidente para Cooperação com os Países em Desenvolvimento da Iugoslávia, que passou em revista com as autoridades brasileiras várias questões internacionais e outras de interesse das relações bilaterais, tais como a evolução das importações e exportações nos últimos anos e a possibilidade de cooperação no campo da promoção comercial, inclusive através de operações triangulares, com participação conjunta em mercados da Ásia e da África.

Pela primeira vez o Brasil participou, através do DNPM e da INTERBRÁS, no período de 11 a 15 de setembro, da Exposição Internacional "Mineração 78", bem como da Conferência sobre Transferência de Tecnologia na Indústria de Mineração dos Países em Desenvolvimento.

Dentro da programação de Feiras da COLESTE, o Brasil participou também, de 15 a 24 de setembro, da Feira Internacional de Zagreb, uma das mais importantes mostra do Continente europeu.

Tchecoslováquia

De 14 a 22 de fevereiro, o Brasil participou da feira Internacional de Alimentos de Brno – SALIMA 78. Na ocasião, o Instituto Brasileiro do Café foi agraciado com o prêmio Salima de Ouro pela qualidade do Café Santos-4, e a INTERBRÁS recebeu o Diploma de Mérito pela forma de apresentação de seus produtos.

De 21 a 28 de abril o Brasil participou, com 30 expositores, da Feira Internacional de Bens de consumo de Brno, havendo as empresas brasileiras, em contato com suas congêneres tchecoslovacas, iniciado negociações para futuras vendas de produtos nacionais, especialmente têxteis, calçados, chapas de madeira aglomerada e ferragens sanitárias.

De 14 a 21 de setembro, o Brasil participou, através da Companhia Fabricadora de Peças, de Santo André, São Paulo, da Feira de Maquinaria de Brno.

No decorrer de maio foram inciados entendimentos, resultantes das conversações mantidas pelo Ministro Ângelo Calmon de Sá com o Ministro do Comércio exterior da Tchecoslováquia, Andrej Barcak, durante a visita que realizou ao Brasil em julho de 1977, com vistas à transferência de tecnologia daquele país para o Brasil, principalmente nos setores químico, farmacêutico e matalúrgico. Como conseqüência, a nível privado, foram mantidos em novembro entendimentos com companhias estatais tchecoslovacas, abrindo-se perspectivas para a negociação de contrato de transferência de tecnologia.

Em outubro, foi assinado um contrato para fornecimento, em 1979, de uma fábrica de cimento para Manaus. Foi a sétima fábrica de cimento fornecida pela companhia tchecoslovaca a grupos brasileiros após dez anos de transações comerciais.

União Soviética

Em fevereiro de 1978, visitou o Brasil o Vice-Presidente da **Sojuznefte Export**, Senhor Nikolai Markov que, em nome daquela empresa, negociou e assinou com a PETROBRÁS, contrato de fornecimento, ao longo do ano de 1978, de 1.250 toneladas de petróleo ao Brasil, no valor aproximado de US$ 120 milhões.

Ainda no plano comercial, registrou-se a vinda ao Brasil do Vice-Presidente da empresa soviética ENERGOMACHEXPORT, Se-

nhor Alexandre Gavrilov, que manteve conversações comerciais com vistas a novos fornecimentos de equipamentos eletromecânicos soviéticos ao Brasil e a referendar o contrato de venda da última turbina do conjunto fornecido à CHESF.

Em 26 de junho de 1978, concluídas satisfatoriamente as negociações iniciadas em torno do assunto em fins de 1977, foi assinado entre o Ministro das Relações Exteriores e o Embaixador da União Soviética em Brasília o Ajuste Complementar por troca de Notas que estipulou a prorrogação do prazo para a celebração dos contratos previstos no Artigo 1º do Acordo sobre Fornecimento de Maquinaria e Equipamentos da URSS ao Brasil e sobre Fornecimentos de Mercadorias Brasileiras à URSS, de 24 de março de 1975.

Em 29 de setembro de 1978, o Chefe do Departamento Histórico e Geográfico do Ministério das Relações Exteriores da União Soviética, Embaixador Serguei Tikhvinski, fez entrega solene ao Secretário-Geral das Relações Exteriores de uma coleção de documentos relacionados com o reconhecimento do Império do Brasil pelo Império Russo, em celebração do transcurso do sesquicentenário do estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países.

Realizou-se no Rio de Janeiro, de 25 a 30 de outubro último, reunião de Consulta sobre Transporte Marítimo entre o Brasil e a União Soviética, convovada com base no Acordo sobre Transporte Marítimo Brasil-URSS para examinar, entre outros assuntos a questão da participação eqüitativa das frotas marcantes dos dois países no transporte marítimo bilateral de cargas. A delegação soviética foi presidida pelo Vice-Ministro de Marinha Mercante, Senhor Anatoly Vitalievitch Goldobenko.

Em 29 de outubro último, foram concluídos entendimentos entre empresas dos dois países com vistas ao aproveitamento de oportunidades para transferência de tecnologia.

República Democrática Alemã

De 12 a 19 de março, o Brasil participou, com 33 expositores, da Feira da Primavera de Leipzig, havendo as empresas brasileiras assinado contratos com suas congêneres da RDA para vendas, especialmente de produtos têxteis e de couro, no valor total de aproximadamente 3 milhões de dólares. Na ocasião, a Companhia Café

Solúvel de Brasília, foi contemplada com a medalha de ouro relativa a "café instantâneo", cumprindo realçar ter sido o primeiro prêmio conferido a um produto brasileiro desde que, em 1965, o Brasil iniciou sua participação na Feira da Primavera de Leipzig.

No período de 4 a 7 de abril realizou-se, em Brasília, a II Reunião da Comissão Mista Brasil-RDA, estabelecida nos termos do Artigo XX do Acordo de Comércio e Pagamentos, de 5 de novembro de 1975.

A referida reunião teve por obejtivo analisar o intercâmbio comercial e econômico entre o Brasil e a RDA nos últimos anos e estudar medidas concretas tendentes a aumentar e diversificar o comércio entre os dois países. Como resultado das negociações realizadas durante os trabalhos da Reunião, foi identificada a possibilidade de concretização de um conjunto de operações comerciais ao longo de um triênio, e que poderiam envolver farelo e óleo de soja, manufaturados e semimanufaturas, máquinas e equipamentos, produtos químicos e outros insumos, fertilizantes e potássio, serviços e insumos básicos de terceiros. Concorrendo ainda para o conjunto de medidas destinadas a incrementar o intercâmbio, assinale-se a apresentação pelo BRASILINVEST de um projeto de cooperação industrial em terceiros mercados, no setor de linhas de transmissão, e a disposição da RDA de conceder ao Brasil uma linha de crédito no montante de US$ 200 milhões.

De 5 a 7 de julho, visitou a RDA uma missão comercial brasileira integrada por representantes de diversos órgãos públicos e empresas privadas. Seus objetivos principais foram a finalização dos entendimentos relativos à assinatura de documento entre consórcios de firmas brasileiras e da RDA interessadas em participar do conjunto de operações comerciais mencionado no parágrafo anterior e o prosseguimento das negociações sobre a citada linha de crédito da RDA ao Brasil.

Em decorrência das negociações efetuadas em Berlim, foi assinado, em 7 de julho, Memorando de Entendimento entre consórcios de empresas brasileiras (INTERBRÁS, COBEC, BRASILINVEST, FRUTESP, PORT TRADING e STILL) e alemãs orientais. O instrumento em apreço não é limitativo em relação ao comércio entre ambos os países, uma vez que prevê, após efetivadas as operações nele constantes, a realização de outros negócios com os mesmos produtos, não havendo, tampouco, restrições a que novos acordos possam ser eventualmente negociados, envolvendo, inclusi-

ve, outras empresas não signatárias. Posteriormente ficou decidido, por indicação das empresas brasileiras integrantes do consórcio, aprovada pelo Colegiado da COLESTE na reunião de 14 de agosto, que a COLESTE seria o coordenador do lado do Brasil; a RDA, por sua vez, indicou a Chefia do Departamento da América Latina do Ministério do Comércio Exterior como coordenador do lado alemão oriental.

Ainda como conseqüência das negociações de Berlim, foi firmada, entre o Banco Central e o **Deutsche Aussenhandelsbank,** uma Ata das Conversações Financeiras, mantidas juntamente com representantes do Ministério da Fazenda do Brasil, com vistas a permitir, o mais breve possível, o início da fase operativa da linha de crédito oferecida pela RDA.

ORGANISMOS INTERNACIONAIS

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS

Direito do Mar

Realizou-se em 1978 o sétimo período de sessões da III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, dividido em duas partes, a primeira de março a maio (Genebra) e a segunda de agosto a setembro (Nova York).

O objetivo da Conferência, que se vem realizando desde 1973, é o de concluir uma convenção que defina o regime jurídico dos mares, do solo e do subsolo correspondentes, de vez que as Convenções de Genebra, 1958, não se mostraram capazes de atendér às necessidades da comunidade internacional no tocante à utilização do meio ambiente e dos seus recursos.

A atuação do Brasil na Conferência se tem pautado pelas seguintes diretrizes básicas:

a) propugnar para que o texto final da Convenção a ser adotada venha a conferir aos Estados conteiros direitos amplos sobre a faixa de 200 milhas adjacentes a suas costas, bem como sobre a plataforma continental, de modo a que o conceito de Zona Econômica Exclusiva resguarde, na prática, o essencial das prerrogativas que, de acordo com o Decreto lei nº 1898, de 25 de março de 1970, cabem ao Brasil exercer no seu mar territorial;

b) obter o estabelecimento de regime e mecanismo para a exploração dos recursos dos fundos marinhos situados além das jurisdições nacionais compatíveis com o **status** de patrimônio comum da humanidade, com vistas a que os frutos dessa exploração rever-

tam não só em benefício dos países que dispõem da capacidade técnico-financeira para empreendê-la mas também dos países em desenvolvimento.

Ao término do sétimo período de sessões, e com nova sessão programada para 1979, a Conferência se encontrava em estágio crucial de suas deliberações, em busca de soluções consensuais para os complexos problemas que examina.

Espaço

O Brasil participou em 1978 da XXI Sessão do Comitê sobre os Usos Pacíficos da Espaço Exterior, bem como das sessões de seus 2 comitês, quais sejam, a 17ª sessão do Subcomitê Jurídico e a 15ª sessão do Subcomitê Técnico e Científico. Nessas ocasiões, foi dado prosseguimento ao exame das questões mais relevantes relativas à utilização do espaço ultraterrestre (exploração da Lua e demais corpos celestes, utilização de energia nuclear no espaço, transmissão de imagens por satélites, sensoreamento remoto e delimitação do espaço exterior) e ao estabelecimento de um ordenamento jurídico e técnico que regule a utilização e exploração do espaço.

Meio Ambiente

O Brasil participou em 1978 da VI sessão do Conselho de Administração do Programa das Nações Unidas para – Meio Ambiente (UNEP), realizada em Nairóbi no correr do mês de maio e se fez representar em reuniões de dois órgãos subsidiários do Conselho de Administração: O Grupo de Peritos sobre Recursos Naturais Compartilhados e o Grupo de Peritos sobre Direito Ambiental. Especialistas brasileiros indicados pela Secretaria Especial do Meio Ambiente, do Ministério do Interior, participaram de diversos seminários e reuniões de caráter técnico promovidas pelo UNEP, com o objetivo de examinar aspectos específicos da preservação do meio ambiente, em particular, a poluição provocada por determinados setores da atividade industrial.

A diretriz básica da atuação brasileira nas diversas reuniões do UNEP foi associar-se às recomendações e às propostas de atividades que buscassem assistir os países na administração do meio ambiente, desde que preservado o direito soberano de cada Estado de

traçar e desenvolver seus planos e programas de preservação ambiental forma que julgasse mais conveniente, sem qualquer interferência externa.

Desarmamento

O Brasil fez-se representar, em 1978, em todos os foros que, no âmbito das Nações Unidas, trataram de questões de desarmamento.

Participou em Nova York, de janeiro a maio e posteriormente de julho a agosto, da Conferência do Comitê de Desarmamento. Integrou juntamente com outros países não nuclearmente armados o Comitê **Ad Hoc** sobre a Conferência Mundial de Desarmamento, que se reuniu com o mandato de avaliar subsídios e apresentar conclusões, em preparação para a 10ª Sessão Especial da Assembléia Geral para Desarmamento.

O documento final da referida Sessão Especial engloba todos os aspectos do problema e dá prioridade ao desarmamento nuclear. Uma nova estrutura foi instituída, constando basicamente do Comitê sobre Desarmamento, órgão negociador, de composição restrita e presidência rotativa, com sede em Genebra, e da Comissão de Desarmamento, órgão deliberativo plenário, que se reúne anualmente em Nova York.

Participou o Brasil também da reunião preparatória à Conferência sobre Proibição ou Restrição do Uso de Certas Armas Convencionais que podem ser consideradas excessivamente danosas ou causar efeitos indiscriminados.

Direitos Humanos

Em 1977, o Brasil foi eleito pelo Conselho Econômico e Social, para um mandato de três anos, para a Comissão de Direitos Humanos, a Comissão funcional mais antiga do sistema das Nações Unidas e a única cuja existência foi expressamente prevista na Carta de São Francisco. A Comissão vem desempenhando papel significativo na promoção da cooperação intergovernamental na área dos direitos humanos e liberdades fundamentais, a que a carta incita aos Estados-Membros.

Por ocasião do período de sessões em que o Brasil inaugurou sua participação nos trabalhos da CDH, procurou-se elaborar ins-

trumentos internacionais sobre aspectos específicos da problemática dos direitos humanos: a) convenção contra a tortura e outras formas de tratamento ou castigo desumano, cruel ou degradante; b) direitos das minorias nacionais, éticas e religiosas; c) medidas de proteção dos trabalhadores migrantes; d) declaração para prevenir a intolerância religiosa. Em todos esses temas, bem como nas atividades gerais da Comissão de fomento à cooperação na área do respeito aos direitos do homem, o Brasil tem atuado de maneira construtiva, contribuindo para que a CDH se desincumba de maneira correta e eficaz do mandato a ela conferido pela Carta das Nações Unidas.

Discriminação Racial

O Comitê Especial contra o **Apartheid**, da Organização das Nações Unidas, convidou todos os Governos e Organizações a observarem o Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial, em 21 de março, para demonstrarem sua solidariedade com o povo oprimido da África do Sul na sua luta contra a política de **Apartheid**. A exemplo dos anos anteriores, o Ministro das Relações Exteriores transmitiu ao Embaixador Leslie O. Harriman, Presidente do Comitê Especial contra o **Apartheid** mensagem alusiva à passagem do Dia Internacional para a Elimiação da Discriminação Racial que, em 1978, assumiu redobrada significação por marcar igualmente o início do Ano Internacional Contra o **Apartheid**.

Por ocasião da reunião especial da Assembléia Geral comemorativa do Ano Internacional contra o **Apartheid** em outubro do corrente ano, o Ministro das Relações Exteriores dirigiu mensagem ao Embaixador Harriman, associando-se aos demais Estado-Membros das Nações Unidas e ao Comitê Especial contra o **Apartheid** em seu firme repúdio a todas as formas de discriminação racial, fenêmeno que atenta contra aos sentimentos e a alma do povo brasileiro. Assinalou ainda a mensagem que o Brasil se tem empenhado em participar das diversas atividades que marcaram o Ano Internacional contra o **Apartheid** e, coerente com seus princípios, continuará a prestar seu mais decidido apoio a todas as medidas que tenham por fim a igualdade racial e que auxiliem a consolidar, assim, a paz e a segurança internacionais.

O Brasil participou também da Conferência Mundial de Combate ao Racismo e à Discriminação Racial, realizada em Genebra, de 14 a 25 de agosto de 1978. A Delegação brasileira à referida reunião pronunciou discurso reafirmando que o Brasil não poderia deixar de participar dos esforços comuns desenvolvidos pelas Nações Unidas para dar um fim às práticas de racismo e de discriminação racial, votando a favor das resoluções da ONU relativas à matéria e continuando a oferecer sua contribuição aos esforços no sentido de eliminar esse vestígio de uma era colonial que persiste em desafiar a consciência da Humanidade.

Cepal

O Brasil continuou a prestigiar o trabalho da CEPAL na proção da cooperação latino-americana.

Recebeu no mês de março a visita do Diretor Executivo da Comissão, Senhor Henrique Iglesias, e participou das diversas reuniões promovidas por aquele organismo, das quais cabe salientar a reunião regional de acompanhamento dos resultados da Conferência das Nações Unidas sobre a Água, realizada em outubro, na cidade de Santiago. A referida reunião teve como objetivo traçar os parâmetros da cooperação latino-americana no campo dos recursos hídricos e definir o mecanismo institucional da CEPAL destinado a tratar de matérias relativas à água. O Brasil associou-se a todas as recomendações nela formuladas, tendo contribuído de forma significativa em sua elaboração, com vistas sobretudo a promover a utilização máxima dos recursos e facilidades disponíveis na CEPAL para o tratamento do tema "água".

Conferência Mundial da Década da Mulher
Comitê Preparatório

Realizou-se em Viena, de 19 a 30 de junho de 1978, a primeira sessão do Comitê Preparatório da Conferência Mundial da Década das Nações Unidas para a Mulher, de cujo trabalho participaram 24 países, entre os quais o Brasil.

A Conferência prevista para 1980 procederá à avaliação do progresso realizado na implementação dos objetivos fixados no Plano de Ação aprovado pela Conferência Mundial do Ano Internacional da Mulher (México, 1975).

Controle de Entorpecentes

O Ministério das Relações Exteriores está representado na Câmara Técnica de Entorpecentes e Tóxicos, do Conselho Nacional de Saúde e atua, por intermédio do Departamento de Organismos Internacionais, como elemento de contacto e coordenação entre os órgãos internacionais e os setores competentes da administração federal no campo do controle de entorpecentes.

O Brasil é membro da Comissão de Entorpecentes do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, cuja 5ª Sessão Especial realizou-se em Genebra, de 13 a 24 de fevereiro de 1978, oportunidade em que a Delegação brasileira gestionou a futura assistência do Fundo das Nações Unidas para o Controle do Abuso de Entorpecentes.

O Itamaraty tem acompanhado, outrossim, a preparação de uma Conferência das Partes do Acordo Sul-Americano sobre Entorpecentes e Psicotrópicos, com vistas à criação da Secretaria Permanente de Entorpecentes e implementação do sistema de cooperação regional previstos naquele diploma.

Candidaturas do Brasil em 1978.

Durante a 1ª Sessão Regular do Conselho Econcômico e Social em 1978, o Brasil foi reeleito para mandato trienal (1979/1981) no Comitê de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento.

Durante a XXXIII Assembléia Geral das Nações Unidas, o Brasil foi reeleito para o seu quarto mandato consecutivo (1979/1981) como membro do Conselho Econômico e Social. Trata-se da primeira reeleição para quatro mandatos consecutivos exercidos naquele órgão por um país em desenvolvimento.

Ainda por ocasião da XXXIII Assembléia Geral, o Embaixador José Sette Câmara foi eleito para o cargo de Juiz da Corte Internacional de Justiça.

ORGANISMOS INTERNACIONAIS ESPECIALIZADOS

Trabalho

Realizou-se em Genebra, de 7 a 28 de junho, a 64ª Conferência Internacional do Trabalho (CIT), da qual o Brasil participou, como de praxe, através de Delegação tripartite, composta de representantes governamentais, empregadores e empregados. Durante a reunião, o Brasil foi reeleito, por mais um período de três anos, para o Conselho de Administração, órgão deliberativo da Organização Internacional do Trabalho (OIT)

Das diversas Comissões que se reuniram paralelamente à 64ª CIT, o Brasil participou, através de representante governamental, das Comissões de Aplicação de Convenções e Recomendações, de Questões Financeiras, de Administração do Trabalho, do Servilo Público, de Estrutura e de Resoluções.

Com a participação de representantes da OIT, teve lugar em Brasília, no período de 2 a 6 de outubro, o Seminário sobre Ações do Ministério do Trabalho no Campo do Emprego e Funções do Sistema Nacional de Empregos (SINE), promovido pelo Ministério do Trabalho, em colaboração como o Itamaraty. Na ocasião, foram debatidos temas relativos às condições de emprego nos países representados na reunião.

Como Membro-eleito, o Brasil participou, ainda das 205ª, 206ª 207ª e 208ª Reuniões do Conselho de Administração da OIT.

Meteorologia

Realizou-se de 6 a 10 de março, em Genebra, a I Reunião do Grupo de Trabalho para a Preparação do Manual do Sistema Global de Observação, da Organização Meteorológia Mundial.

Em Genebra, nos períodos de 10 a 14 de abril e de 17 a 28 de abril, realizaram-se, respectivamente, a III Reunião do Grupo de Trabalho de Serviços Meteorológicos Marinhos e a VII Reunião da Comissão de Aplicações Especiais da Meteorologia e da Climatologia.

De 25 de maio a 15 de junho, realizou-se, também em Genebra, a XXX Sessão do Comitê Executivo da Organização Meteorológica

Mundial, do qual o Brasil é membro na qualidade de Presidente da Associação Regional III (América do Sul).

De 03 a 07 de julho foi realizada em Bogotá, sob o patrocínio da OMM, a Conferência Técnica sobre Aplicação da Metereologia e da Climatologia na Agricultura. O Brasil participou da Conferência, procurando transmitir as experiências realizadas pela EMBRAPA nesse setor.

Em Brasília, realizou-se, de 18 a 28 de setembro a VII Reunião da Associação Regional III da Organização Meteorológica Mundial, que congrega os países da América do Sul. Na reunião em apreço, o Coronel Roberto Venerando Pereira, Diretor do Instituto Nacional de Meteorologia, foi reeleito, por aclamação, para o cargo de Presidente da Associação, garantindo por mais quatro anos a presença do Brasil no Comitê Executivo da OMM.

Ainda no setor da meteorologia, foi realizada em Paris, de 18 a 27 de setembro, a Primeira Sessão do Comitê de Trabalho Misto da Comissão Oceanográfica Intergovernamental (COI) e da Organização Meteorológica Mundial (OMM) para o Sistema Mundial Integrado de Estações Oceânicas (CT/SMISO). O Brasil participou da reunião através de Representante da Diretoria de Hidrografia e Navegação do Ministério da Marinha.

Saúde

Realizou-se em Genebra, de 8 a 29 de maio, a XXI Assembléia Mundial da Saúde. A Delegação brasileira foi chefiada pelo Ministro de Estado da Saúde e teve destacada participação, principalmente no exame de temas como as endemias em países em desenvolvimento e a coordenação da pesquisa biomédica a nível internacional.

Comissão Oceanográfica Intergovernamental

Realizou-se em Roma, de 19 a 23 de junho, a XVI Sessão do Sessão do Conselho Executivo da Comissão Oceanográfica Intergovernamental, da qual o Brasil é membro.

Cruz Vermelha

Com a colaboração da Cruz Vermelha brasileira, o Governo brasileiro prestou auxílio às vítimas da seca na Mauritânia, através da remessa de três toneladas de remédios cedidos pela Central de Medicamentos (CEME).

Nutrição

Em 1975, durante o X Congresso Internacional de Nutrição, promovido pela União Internacional de Ciências Nutricionais (IUNS), o Brasil foi escolhido como sede do XI Congresso Internacional de Nutrição, por ter sido o PRONAN (Programa Nacional de Alimentação e Nutrição) considerado projeto-padrão de nutrição em termos mundiais.

Diante disso, a Sociedade Brasileira de Nutrição patrocinou a realização, na Cidade do Rio de Janeiro, no período de 27 de agosto a 14 de setembro, do XI Congresso Internacional de Nutrição, com apoio do Ministério da Saúde e colaboração do Itamaraty.

Paralelamente ao Congresso, foi montada a Feira Internacional de Alimentação e Nutrição.

Alimentação e Agricultura

O Presidente do Senado Federal, pelo Decreto Legislativo nº 65/1978, promulgou o Texto do Acordo Construtivo do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), assinado pelo Brasil a 13 de abril de 1977.

No âmbito do Programa Mundial de Alimentos (PMA) da Organização das Nações Unidas, o Brasil participou da 5ª Sessão do Comitê de Políticas e Programas de Ajuda Alimentar (Roma, de 10 a 21 de abril) e da 6ª Sessão do mesmo Comitê (Roma, de 23 a 31 de outubro), através de seu Representante Permanente junto à Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO).

Em 10 de março, foi assinado com o PMA o Convênio Brasil 2325 — "Assistência para Educação Nutricional e Alimentação a Pré-Escolares e Escolares do Norte do Brasil" — , que visa a melhorar a nutrição e, conseqüentemente, a saúde de crianças pré-escola-

res na faixa de quatro a seis anos de idade e de crianças da escola primária nos Estados do Amazonas e do Pará. Num período de três anos letivos, prevê-se o atendimento de 628 mil crianças e o fornecimento de 9.845 toneladas de gêneros alimentícios, com valor estimado de 8 milhões e trinta e um mil dólares.

Foi também negociada e concedida a expansão do Projeto Brasil 339 Alimentação Escolar no Vale do São Francisco, beneficando uma média de 875 mil crianças entre setembro de 1978 e dezembro de 1980.

No âmbito da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), o Brasil se fez representar pelo seu Representante Permanente na II Sessão do Comitê de Políticas de Alimentação e Nutrição e na 34ª Sessão do Comitê de Programas, para o qual o Brasil foi eleito por um período de dois anos, durante a 73ª Sessão do Conselho da Organização. Cabe registrar que durante a referida sessão do Comitê de Programas foram referendadas as extinções do Programa de Cooperação com a Indústria (PCI) da FAO, e do Grupo Consultivo sobre Produção Alimentar e Investimentos nos Países em Desenvolvimento, este patrocinado conjuntamente pela FAO, Banco Mundial e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Chefiada pelo Ministro da Agricultura, a Delegação brasileira à 15ª Conferência Regional da FAO para a América Latina (Montevidéu, de 15 a 19 de agosto) participou dos debates de temas tais como cooperação técnica entre países em desenvolvimento, reforma agrária e desenvolvimento rural na América Latina, problemas do comércio internacional de produtos agrícolas na região, situação e perspectivas da agricultura e da alimentação na América Latina e principais fatores e características da transformação rural. Essa Conferência Regional significou também um primeiro passo dos países latino-americanos para a preparação da Conferência Mundial sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, que se realizará em julho de 1979, em Roma. Sendo a Conferência o principal foro para o tratamento e discussão dos problemas regionais no campo agrícola, a Delegação brasileira procurou (1) fazer um levantamento geral da situação atual do campo brasileiro e de seu desempenho nos útimos anos; (2) reafirmar o entendimento de que a reforma agrária pode ser um dos instrumentos do desenvolvimento rural, mas não o único; (3) endossar apoio que temos prestado aos programas de cooperação técnica entre países em desen-

volvimento; (4) expressar a necessidade de que as normas de comércio internacional dos grandes blocos econômicos não se constituam em desestímulos à produção, pois isto poderá resultar, num futuro próximo, em uma crise mundial de alimentos; (5) alertar para a atitude de alguns países que, sob pretexto da epidemia de peste suína africana que afetou o Brasil, levantaram suspeitas injustificadas sobre outros produtos agrícolas; e (o) agradecer à FAO, a outros organismos internacionais e a diversos governos a ajuda recebida para o combate imediato à peste suína africana.

O Brasil se fez igualmente representar, na Reunião Técnica FAO/CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) sobre Desenvolvimento Social Rural na América Latina (Montevidéu, de 9 a 11 de agosto); no Simpósio Internacional sobre Desenvolvimento das Proteínas de Sementes, de Cereais, de Leguminosas e de Gramíneas (Neuherberg, de 4 a 8 de setembro); e na Consulta Técnica dos Centros Participantes do Sistema Internacional de Informações para as Ciências e a Tecnologia Agrícolas (AGRIS).

Ainda no âmbito da FAO, o Brasil se fez representar na IV Sessão do Comitê de Produtos Florestais, sendo convidado a indicar representantes por período de três anos para o Comitê Consultivo sobre Educação Florestal e para o Grupo de Trabalho sobre as Bases Científicas de Medidas Deterministas de Gerenciamento, do Comitê Consultivo de Técnicos em Pesquisa dos Recursos Marinhos.

No setor de pesca da FAO, o Brasil participou dos trabalhos da 2ª Sessão da Comissão da Pesca no Atlântico Centro-Ocidental, da 1ª Sessão do Grupo de Trabalho de Estatísticas de Pesca da Comissão, e da 1ª Sessão do Comitê Executivo para Implementação do Projeto Internacional para o Desenvolvimento da Pesca no Atlântico Centro-Ocidental (realizadas na Cidade do Panamá, no período de 16 a 26 de maio). Nessas reuniões, foi adotada decisão de estender a zona de atuação da Comissão de Pesca para até 10 graus de latitude sul do Atlântico Centro-Ocidental, ou seja, abrangendo as costas brasileiras até o Estado de Alagoas. Participou ainda da Consulta **Ad Hoc** sobre Ajuda para o Desenvolvimento da Aquacultura (La Toja, Espanha, de 20 a 23 de junho) e da 12ª Sessão do Comitê de Pesca da FAO (Roma, de 12 a 16 de junho), ocasião em que o Brasil aceitou participar do recém-criado Subcomitê sobre Programas de Ajuda aos Países Costeiros em Desenvolvimento na Administração e Desenvolvimento dos Recursos das Zonas E-

conômicas" (Subcomitê para as Zonas Econômicas), com competência para elaborar programa de apoio ao aproveitamento pelos países costeiros em desenvolvimento dos recursos renováveis das respectivas zonas econômicas, no contexto do novo regime do mar.

Segundo calendário de trabalho da Comissão Internacional da Baleia (CIB), o Brasil enviou representante à Reunião Especial sobre Baleia Minke no Hemisfério Sul (Seattle, Estados Unidos da América, de 15 a 20 de maio); à Reunião Preparatória da Conferência para a Revisão da Convenção Internacional para a Regulamentação da Pesca da Baleia de 1946 (Copenhague, de 4 a 7 de julho); e à 30ª Reunião Anual da CIB (Londres, de 26 de junho a 1º de julho), quando o Brasil declarou aceitar um possível sistema de observadores indicados pela própria CIB e quando foram fixados limites de captura para o Brasil.

No âmbito da Comissão Internacional para a Conservação do Atum Atlântico (CICAA), realizou-se em Madri, de 8 a 21 de novembro, a 1ª Reunião Extraordinária da Comissão e a 1ª Reunião Extraordinária do Comitê Permanente de Investigações e Estatísticas da CICAA. A representação do Brasil ficou a cargo da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), com assessoria do Ministério das Relações Exteriores.

A 15ª Reunião do Comitê Permanente sobre Febre Aftosa do Escritório Internacional de Epizootias (Paris, de 10 a 13 de outubro) foi excelente oportunidade para o Delegado Permanente do Brasil junto ao Escritório estabelecer contacto com as autoridades afins dos demais países participantes e fazer levantamento das medidas adotadas pelo Brasil para um controle imediato do surto de peste suína africana surgido no País.

Deu-se prosseguimento nos trabalhos da Comissão do **Codex Alimentarius**, encarregada da preparação de projetos de normas que visem a proteger a saúde do consumidor. Os trabalhos da Comissão são dirigidos pelo Programa Conjunto FAO/OMS para Padrões Alimentares, e as seguintes reuniões mereceram a participação de representante brasileiro: 10ª Sessão do Comitê de Resíduos de Pesticidas (Haia, de 29 de maio a 5 de junho);
Conferência Regional Conjunta FAO/OMS sobre Padrões Alimentares para a América Latina (Cidade do México, de 5 a 11 de setembro);
15ª Sessão do Comitê de Higiene Alimentar (Washington, de 18 a

22 de setembro);
14ª Sessão do Comitê sobre Vegetais e Frutas Processados (Washington, de 25 a 29 de setembro);
12ª Sessão do Comitê de Aditivos Alimentares (Haia, de 10 a 16 de outubro); e
12ª Sessão da Comissão do **Codex Alimentarius.**

Nesta última reunião, cabe ressaltar a aprovação de uma das mais importantes inovações na sistemática de trabalho da Comissão, pela qual os países em desenvolvimento serão solicitados a analisar e informar sobre possíveis conseqüências negativas que a aprovação dos padrões em elaboração poderiam acarretar em suas exportações. Além disso, foram aprovados, em fases intermediárias, vários padrões para alimentos elaborados pelos Comitês especializados da Comissão.

ASSUNTOS ECONÔMICOS

POLITICA COMERCIAL

GATT

As Negociações Comerciais Multilaterais (NCMs) ingressaram em sua fase final com a apresentação das ofertas de redução de barreiras tarifárias e não-tarifárias pelos países participantes, em especial os países desenvolvidos, e com o início das negociações efetivas sobre trocas de concessões nestas duas áreas. Na área normativa, os códigos passaram a ser negociados em ritmo acelerado, avançando-se substancialmente na elaboração de textos definitivos:

No mês de julho, assistiu-se em Genebra à apresentação, por parte dos países desenvolvidos, de uma declaração sobre o estágio atual das NCMs, indicando área por área os acordos alcançados entre tais países e as divergências ainda existentes. Tal declaração foi ratificada em Bonn pela reunião cúpula dos sete Chefes de Estado das principais países industrializados de economia de mercados que, na Declaração de Bonn, fixaram para 15 de dezembro o término das NCMs. Paralelamente, os países em desenvolvimento fizeram circular em Genebra uma declaração, em reposta à dos países desenvolvidos, na qual discordaram da avaliação feita por esses países do estágio das NCMs e indicaram que seus interesses negociadores não estavam sendo atendidos nas negociações.

No segundo semestre de 1978, o ritmo negociador não se acelerou com a intensidade que autorizavam esperar os termos da Declaração Conjunta sobre as NCMs dos países industrializados, em Genebra, em virtude da persistência de divergências entre os dois

principais participantes das NCMs — os EUA e a CEE — sobre os ramos da negociação.

Por outro lado, o Executivo norte-americano não conseguiu obter do Congresso a extensão da "waiver authority" sobre a aplicação de direitos compensatórios, o que levou a CEE a indicar que, enquanto não fosse encontrada uma solução para esse problema, a Comunidade não teria condições de adotar decisões políticas para fazer avançar as negociações nas áreas mais sensíveis das NCMs, como, por exemplo, na do código de subsídios e direitos compensatórios.

Ao encerrar-se o ano de 1978, as NCMs estavam aquém do que se havia esperado obter na rodada de Tóquio, uma vez que a situação de incerteza das economias desenvolvidas e do comércio internacional reduziu consideravelmente o ânimo liberalizante nos principais negociadores.

No Grupo de Reforma do GATT, os países em desenvolvimento, com base em propostas brasileiras, apresentaram um documento de posição que contemplava modificações em diversas áreas do Acordo Geral, visando a melhor adequá-lo às necessidades dos países em desenvolvimento.

Entre outros assuntos discutidos no GATT, vale destacar a renegociação da lista de concessões brasileiras (Lista-III). Como se sabe, em virtude de retiradas efetuadas em sua lista de concessões, o Brasil terá que compensar as Partes Contratantes afetadas. Durante 1978, as negociações entre o Brasil e os seus parceiros comerciais se aceleraram, tendo em vista a decisão do Governo brasileiro de concluir tais negociações ainda na vigência do atual **waiver**, que expira a 31 de março de 1979.

Conferência das Nações Unidas Sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD)

Além das negociações sobre o estabelecimento de um Fundo vinculado ao Programa Integrado de Produtos de Base, cumpre destacar, no quadro das atividades da UNCTAD, os trabalhos relativos a práticas restritivas a negócios, à transferência de tecnologia e aos preparativos para a V Conferência da UNCTAD (Manila, maio de 1979).

No tocante a práticas restritivas, prosseguiram os trabalhos do Grupo de Peritos que está elaborando um conjunto de diretrizes

na matéria. Esses trabalhos deverão terminar em 1979, quando, após tratamento do assunto na V UNCTAD, deverá ser convocada Conferência Diplomática negociadora de um código sobre Práticas Restritivas a Negócios.

Com relação à transferência de tecnologia, Grupo de Peritos encarregado da elaboração de um projeto de código de conduta concluiu, em julho, seus trabalhos e logrou obter um projeto de código que submeteu à Conferência negociadora convocada, sob os auspícios da UNCTAD, para deliberar sobre o assunto.

Quanto aos preparativos para a V UNCTAD, a XVIII Sessão da Junta de Comércio e Desenvolvimento adotou em setembro um projeto de agenda provisória para aquela Conferência. Tal agenda contempla, entre outros, os seguintes temas principais: protecionismo comercial, negociações comerciais multilaterais (NCM's), práticas restritas a negócios, sistema geral de preferências tarifárias (SGP), transferência de recursos para os países em desenvolvimento, cooperação econômica entre países em desenvolvimento, relações comerciais entre países com sistemas sócio-econômicos diferentes e transferência de tecnologia.

Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC)

No âmbito do ECOSOC, prosseguiram as atividades do Grupo de Trabalho da Comissão de Empresas Transnacionais, relativas à elaboração de um código de conduta internacional para empresas transnacionais. Tais trabalhos permaneceram, entretanto, em estágio ainda incipiente, não havendo, até o momento, nenhum projeto de código, mas apenas documentos informais que buscam recolher os diversos pontos de vista manifestados durante as reuniões daquele Grupo de Trabalho.

Vale menção, igualmente, a aprovação, por consenso, pelo ECOSOC, de resolução que dispõe sobre a convocação, em princípio para 1980, de uma Conferência para elaborar um Acordo Internacional sobre Pagamentos Ilícitos (práticas de corrupção) por empresas transnacionais e seus intermediários.

Organização das Nações Unidas Sobre Desenvolvimento Industrial (UNIDO)

Em fevereiro, realizou-se, em Nova York, a Conferência de Ple-

nipotenciários relativa à transformação da UNIDO em agência especializada das Nações Unidas. Face, entretanto ao desacordo entre os países em desenvolvimento sobre o projeto de estatuto do que seria a mais nova agência especializada das Nações Unidas, a Conferência terminou inconclusiva.

Por outro lado, por ocasião da XII Sessão da Junta de Desenvolvimento Industrial da UNIDO (Viena, maio de 1978), aprovou-se o projeto de agenda provisória da III Conferência Geral da UNIDO (Nova Délhi, janeiro de 1980).

Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI)

Prosseguiram, no quadro da OMPI, os trabalhos do Grupo de Peritos sobre a Revisão da Convenção de Paris que dispõe sobre Propriedade Industrial. Tais trabalhos continuarão em 1979, devendo ser concluídos em 1980 quando se realizará, em Genebra, a Conferência Diplomática sobre a matéria.

Em outubro, por ocasião da IX Série de Reuniões dos Órgãos Diretores e Uniões Administrativas da OMPI, deliberou-se, entre outros, sobre os seguintes temas: a) recondução do atual Diretor Geral da OMPI, Arpad Bogsch, de nacionalidade Norte-americana, para novo mandato de seis anos; b) assinatura de um convênio de cooperação entre a OMPI e o Governo brasileiro. O Presidente do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) do Ministério da Indústria e do Comércio assinou o convênio que estabelece um programa de cooperação técnica para candidatos de países em desenvolvimento.

Estados Unidos da América

O Governo brasileiro buscou atenuar o impacto de medidas protecionistas norte-americanas sobre as exportações brasileiras, através de intensa atividade diplomática de acompanhamento, análise e negociação, nos diversos níveis de formulação daquelas medidas, nos órgãos legislativos e executivos norte-americanos. Em particular, procurou-se solucionar essas questões em reuniões com os responsáveis pela política comercial norte-americana, tais como a reunião do subgrupo consultivo de Comércio – instituído como desdobramento do Memorando de Entendimento Brasil-EUA – realizada em Brasília, em maio.

Compuseram o quadro de iniciativa de cunho protecionista:

a) as investigações pela Comissão de Comércio Internacional dos Estados Unidos da América de queixas da indústria norte-americana contra a penetração de importações brasileiras; tais investigações levaram, no caso de pelo menos um produto brasileiro de exportação — ferro-cromo de alto teor de carbono — à imposição de um medida de salvaguarda pelo Governo norte-americano, elevando-se a alíquota tarifária incidente sobre o produto em questão;

b) direitos compensatórios: uma investigação iniciada em fevereiro de 1977 sobre práticas de subsídios a exportações de produtos têxteis de um grande número de países, entre os quais o Brasil, concluiu pela existência daqueles subsídios. Foi evitada, entranto, a imposição de direitos compensatórios aos produtos brasileiros através de um acordo com o Executivo norte-americano, que concedeu suspensão da aplicação da medida em troca da imposição, pelo Brasil, de medidas que reduzem o efeito dos incentivos concedidos;

c) produtos siderúrgicos: os Estado Unidos da América introduziram um sistema de fiscalização do nível de preços das importações de produtos siderúrgicos denominado **Trigger Price System** (TPS), bem como outras medidas no setor, tendentes a conter as importações de tais produtos.

Cumpre registrar, ainda, os esforços permanentes do Governo brasileiro no sentido de obter melhorias no Sistema Geral de Preferências Tarifárias norte-americano. Tanto em gestões bilaterais, como nos foros internacionais que se ocupam da matéria (UNCTAD e OEA), o Governo brasileiro manteve estreito contato com autoridades norte-americanas, com vistas a reduzir as atuais limitações daquele Sistema, seja no tocante à lista de produtos beneficiados, seja na administração do mesmo.

CEE

As relações Brasil—CEE continuaram a caracterizar-se por um acirramento do protecionismo comunitário em relação a produtos importados do Brasil. Destes, vale ressaltar dois, pela gravidade das medidas visadas: farelo de soja e produtos siderúrgicos.

Quanto ao processo **anti-dumping** — subsídios, aberto pela CEE contra as importações de farelo de soja brasileiro, em maio de

1977, o Governo brasileiro optou por uma solução negociada, com o efeito de elevar, no prazo de um ano e em três etapas, o tratamento tributário concedido ao farelo de soja ao nível do que se aplica à soja em grão. Manteve-se baixo ainda o nível de tributação interna do farelo, a fim de não tirar-lhe competitividade externa; e adotou-se procedimento que esbate ao longo de doze meses, por etapas, esse incremento tributário, evitando-se impacto súbito sobre o setor. A última etapa ocorreu em 1º de novembro de 1978, com a aplicação de tributo à exportação de farelo de soja, da ordem de 11.1%.

Quanto a produtos siderúrgicos, vale lembrar que em fins de 1977, a Comissão das Comunidades Européias propusera ao Conselho um plano anticrise siderúrgico para a CEE, que, finalmente aprovado e aplicado a partir de 1º de janeiro de 1978, passou a ser conhecido como Plano Davignon. Esse plano incluía medidas de ordenamento das exportações de produtos siderúrgicos de uma série de países para a CEE, inclusive o Brasil, que foi convidado a iniciar conversações sobre o assunto.

Nas consultas, realizadas em julho de 1978, em Bruxelas, a CEE apresentou à Delegação do Brasil uma proposta de acordo que não pôde ser aceita por corresponder a um alijamento virtual dos produtos siderúrgicos brasileiros do mercado comunitário. Optou-se, assim, por manter-se válido o acordo firmado pelos exportadores brasileiros com a Comissão da CEE, em outubro de 1977, sobre ferro-gusa de fundição e aciaria, até seu término, em 31 de dezembro de 1978.

Outros países

Com o objetivo permanente de aumentar e diversificar as exportações brasileiras para outros mercados, além dos EUA e CEE, o Governo brasileiro promoveu gestões e contatos visando a atenuar ou eliminar medidas de política comercial adotadas por nossos parceiros e consideradas prejudiciais aos interesses dos exportadores nacionais.

No caso do Japão, e especificamente de exportações brasileiras de fios de seda, prosseguiram tais gestões e contatos com vistas a dar uma solução mais eqüitativa e satisfatória a nossos interesses.

Com relação ao Canadá, apesar dos esforços desenvolvidos em uma série de reuniões, foi imposta uma reavalização alfandegária

de 50% do calçado brasileiro exportado para o Canadá. Além disso, as exportações brasileiras do produto continuaram a ser prejudicadas pela vigência de quota global.

O Governo austríaco solicitou consultas com o Governo brasileiro, à luz do Acordo Multifibras do GATT, de que ambos são signatários, a respeito de diversos têxteis de algodão. A solicitação fazia-se com base em alegações de desorganização de mercado provocada por crescentes quantidades exportadas pelo Brasil daqueles produtos. Nas consultas, realizadas em Viena, de 11 a 15 de setembro, a Delegação do Brasil pôde evitar contingenciamento sobre a maioria dos produtos arrolados. Excetuaram-se dois casos, para os quais, dado o agudo crescimento das exportações brasileiras em curto período e o baixo preço praticado, foram estabelecidas quotas, em bases julgadas satisfatórias pelo Governo brasileiro. O Acordo entrou em vigor em 1º de novembro, por troca formal de notas entre a Embaixada do Brasil em Viena e o Ministério da Indústria e do Comércio da Áustria, com validade até 31 de dezembro de 1981.

PRODUTOS DE BASE

Cacau

O Brasil participou de reuniões da Organização Internacional do Cacau, em que os países exportadores manifestaram-se em favor da negociação de um novo Acordo e, para tanto, iniciaram um processo de revisão das cláusulas do Acordo Internacional do Cacau, de 1975. O Conselho da Organização criou um Comitê Preparatório com a finalidade de facilitar os trabalhos da Conferência Negociadora, programada para fevereiro de 1979.

Algodão

Nas II e III Reuniões Preparatórias sobre Algodão do Programa Integrado de Produtos de Base da UNCTAD, realizadas nos meses de março e novembro, em Genebra, continuaram os trabalhos com vistas ao estabelecimento de um possível acordo para a estalibilização do mercado do algodão. As referidas reuniões limitaram-se à

troca de informações sobre o mercado do produto e, em particular, sobre a flutuação dos preços; problemas relativos à comercialização e distribuição; custos de produção; e projeto sobre o estabelecimento do **Cotton Development International** — CDI, programa de pesquisa e promoção comercial tendente a aumentar a competitividade do produto.

Vale ainda registrar a XXIII e XXIV Sessões do Comitê Executivo do Instituto Internacional do Algodão, realizadas em Washington nos meses de junho e outubro, em que foram examinadas propostas do Secretariado a respeito das contribuições dos países

Borracha

Na IV Reunião Preparatória sobre Borracha Natural, do Programa Integrado de Produtos de Base, da UNCTAD, realizada em fevereiro, em Genebra, decidiu-se convocar a Conferência das Nações Unidas sobre Borracha Natural. A Conferência, realizada no mês de novembro, em Genebra, permitiu a negociação de alguns dos elementos básicos de um acordo internacional, contendo disposições relativas à faixa de preços e ao estoque regulador com o objetivo de equilibrar o mercado e os preços do produto. Programou-se para 1979 a continuação dessas negociações.

Nos meses de abril e agosto, respectivamente, realizaram-se em Londres, a XX e XXI Sessões do Comitê Executivo do Grupo Internacional de Estudos sobre a Borracha (GIESB), em que se discutiu essencialmente o futuro papel a ser desempenhado pelo GIESB na eventualidade da celebração de um Acordo Internacional de Borracha Natural.

Café

Em 1978, à medida em que declinavam as cotações internacionais do café, os países produtores intensificaram os esforços para obter a pronta implementação das cláusulas econômicas do Convênio Internacional e fortaleceram-se os entendimentos para a defesa de seus interesses comuns.

Açúcar

O Acordo Internacional do Açúcar de 1977 entrou provisoriamente em vigor a 1º de janeiro de 1978. Tendo em vista que os preços prevalecentes situaram-se abaixo do preço mínimo previsto no Acordo, as quotas de exportação sofreram o corte máximo permitido pelo Convênio. O Grupo de Países Latino-Americanos e do Caribe Exportadores de Açúcar prosseguiu na tarefa de aprimorar a cooperação entre seus membros.

Pesca

Foram negociados, em janeiro e fevereiro, Acordos sobre Empreendimentos conjuntos no Setor de Pesca com Trinidad e Tobago e com Barbados, respectivamente. Também foram realizadas, no decorrer de 1978, negociações sobre pesca, com vistas à conclusão de Acordos semelhantes com o Suriname e com os Estados Unidos da América.

Trigo

Em novembro de 1978, o Brasil participou da Conferência Negociadora do Acordo Internacional sobre o Trigo, que não chegou entretanto a ser conclusiva.

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Telecomunicação

O Brasil assinou, em 13 de abril, em Londres, a Convenção Internacional de Telecomunicações Marítimas por Satélite, que estabelece a INMARSAT, entidade intergovernamental com estrutura empresarial e financiada pelas contribuições de seus signatários. Seu objetivo é o aperfeiçoamento dos serviços públicos de transmissão de mensagens marítimas, inclusive aquelas relacionadas com a segurança da vida humana no mar.

O Brasil participou da XXXIII Sessão do Conselho de Administração da União Internacional de Telecomunicações — UIT, realizada em Genebra, de 15 de maio a 03 de junho. Na ocasião foram tratados assuntos de natureza técnica e administrativa, bem como

a realização da Conferência Mundial Administrativa de Rádio para Serviço Móvel.

Realizou-se no Rio de Janeiro, nos dias 17 a 21 de julho de 1978, o I Simpósio sobre Radiocomunicações promovido pela Comissão Diretora Permanente da Conferência Interamericana de Telecomunicações (CITEL), em preparação para a Conferência Administrativa Mundial sobre Radiocomunicações programada para 1978, em Genebra, sob os auspícios da União Internacional de Telecomunicações. Realizou-se, de 24 a 28 de julho, no Rio de Janeiro, reunião da Comissão Técnica III (Radiocomunicações) da CITEL, também preparatória da Conferência Administrativa Mundial sobre Radiocomunicações.

A III Assembléia das Partes da Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite — INTELSAT, foi realizada no Rio de Janeiro, de 9 a 13 de outubro, com a participação de Delegações de cerca de setenta países.

Realizou-se, também no Rio de Janeiro, de 20 a 24 de novembro de 1978, reuniões da I, II e III Comissões Técnicas Permanentes da Conferência Interamericana de Telecomunicações (CITEL). Dos assuntos tratados, destacaram-se a atualização da radiodifusão, critérios e normas técnicas para o plano de radiodifusão, implicações do regulamento de radiodifusão, planos de atividades da Comissão Técnica de Radiodifusão para o período de 1979/1983.

Sob os auspícios da OEA, realizou-se, no Rio de Janeiro, de 27 de novembro a 1º de dezembro, a VIII Reunião da Comissão Diretora Permanente da Conferência Interamericana de Telecomunicações (COM-CITEL).

Transportes Marítimos

Realizou-se em Genebra, de 6 a 10 de fevereiro, reunião de Trabalho Intergovernamental da UNCTAD para o estudo das implicações decorrentes da existência de frotas de registro aberto (bandeira de conveniência).

Também, em Genebra, de 29 de maio a 2 de junho, reuniu-se Grupo de Peritos da UNCTAD sobre financiamento para a aquisição de navios, tendo sido discutidos problemas para o financiamento de navios, movimentos das taxas de câmbio e possibilidade do estabelecimento de uma instituição para o financiamento de navios.

Em Hamburgo, de 6 a 31 de março, realizou-se a Conferência das Nações Unidas sobre Transporte de Mercadorias por Mar, ao termino da qual foi aprovada a Convenção das Nações Unidas sobre Transporte de Mercadorias por Mar.

Essa Convenção abrange, entre outras matérias os conceitos de transportador e de transportador efetivo; responsabilidade do transportador; mercadorias unitizadas; cargas no convés; danos causados ao trasnportador; rotulação das mercadorias perigosas; conhecimento de transporte; disputas passíveis de submissão a arbitragem e avarias.

Durante a visita ao Brasil do Presidente Ramalho Eanes, foi assinado em Brasília, em 23 de maio, um Acordo sobre Trasnportes Marítimos entre o Brasil e Portugal, que prevê a participação igualitária de navios de ambos os países no transporte de mercadorias objeto de comércio recíproco e cria uma Comissão Mista sobre trasnporte marítimo.

Reuniu-se em Genebra, de 18 de setembro a 6 de outubro, a V sessão do Grupo Preparatório Intergovernamental sobre Transporte Multimodal da UNCTAD, para dar continuidade às negociações de um projeto de Convenção Internacional sobre a matéria.

Realizou-se no Rio de Janeiro, no período de 16 a 18 de outubro, uma Reunião de Consulta sobre Transportes Marítimos Brasil-Dinamarca, tendo ficado acertado que os armadores dinamarqueses assinariam o Acordo de "Pool" da Seção 1 da Conferência de Fretes Brasil/Europa/Brasil, concordando com a participação de 50%/50% do tráfego para os navios de bandeira brasileira e dinamarquesa, no sentido "north-hound".

Em Reunião de Consulta realizada no Rio de Janeiro, de 25 a 30 de outubro, delegações do Brasil e da União Soviética decidiram criar uma Comissão Mista Brasil-URSS sobre transporte marítimo.

Foram realizadas, sob os auspícios da Organização Marítima Consultiva Intergovernamental — IMCO —, em sua sede em Londres, as seguintes Conferências:

— Conferência Internacional sobre Segurança de Petroleiros e Prevenção da Poluição Marinha (6 a 17 de fevereiro). A Conferência adotou dois Protocolos: um relativo à Convenção Internacional de Poluição por Navios, de 1973, e outro relativo à Convenção Internacional de Segurança da Vida no Mar, de 1974. Foram ademais aprovadas resoluções sobre medidas para eliminação da poluição;

regras para inspeção, nos portos, da limpeza de petroleiros; proteção de áreas marítimas; Corpo de Segurança Marinha; medidas preventivas de colisões de navios.

— Conferência Internacional sobre Treinamento e Habilitação de Marítimos (14 de junho a 07 de julho), que adotou uma Convenção Internacional sobre Níveis de Treinamento, Certificados e Serviços de Quartos dos Marítimos. Através deste instrumento, a IMCO visa a estabelecer, em escala mundial, níveis mínimos de treinamento e habilitação de pessoal da marinha mercante, consoante o objetivo de ampliar, cada vez mais, a segurança e a eficácia dos serviços de navegação marítima.

Transportes Terrestres

Realizou-se em Puerto Presidente Stroessner, de 21 a 23 de junho, a III Reunião Brasil-Paraguai dos Organismos de Aplicação do Convênio sobre Transporte Internacional Terrestre, de 1966. A Reunião aprovou a adoção, a partir de janeiro de 1979, de um documento único de idoneidade dos veículos das empresas habilitadas, bem como de formulários bilíngües para a facilitação do despacho dos veículos nos postos de fronteira. Além da criação de um Comitê Permanente de Fronteiras, incumbido da aplicação de medidas operativas locais decorrentes da execução do Convênio e demais acordos bilaterais, foram aprovados, em nível técnico, um Acordo de Assistência Médico-Hospitalar aos nacionais de uma parte acidentados no território da outra, e um Acordo sobre Transporte Rodoviário — Turístico, com vistas à habilitação de linhas de interesse turístico, segundo regras determinadas.

De 26 a 28 de junho, reuniu-se no Rio de Janeiro a II Reunião dos Presidentes das Comissões Nacionais dos Congressos Pan-americanos de Ferrovias, preparatória do XIV Congresso Pan-americano de Ferrovias, realizado em Lima, em novembro.

Realizou-se de 7 a 11 de agosto, em Brasília, a III Reunião da Comissão Técnica I (Planejamento Viário) do Congresso Pan-Americano de Rodovias (COPASA), da OEA. Participaram do evento delegações de dezoito países americanos, que examinaram o projeto definitivo do Sistema Pan-americano de Rodovias, de manuais técnicos de avaliação econômica, normas de traçado e de planejamento viário, do uso de computadores no setor rodoviário, além do inventário dos projetos viários do Sistema Pan-americano de

Rodovias.

Realizou-se em Santiago, Chile, de 4 a 8 de setembro, com participação do Brasil, a Reunião Intergovernamental Preparatória da Convenção Latino-Americana de Responsabilidade Civil no Transporte Internacional Terrestre.

No dia 03 de outubro, em Foz do Iguaçu, foi instalado o Comitê Permanente de Fronteira Foz do Iguaçu — Puerto Presidente Stroessner com a presença de autoridades governamentais e de representantes de confederações e associações de transporte rodoviário do Brasil e do Paraguai, sob a presidência dos Cônsules locais dos dois países.

O Brasil esteve também representado em Lima, de 6 a 15 de novembro, no XIV Congresso Pan-americano de Ferrovias, que teve como objetivos: analisar a incidência da crise energética e suas repercussões no transporte interamericano, com ênfase nos problemas ferroviários; proporcionar aos governos-membros documentação atualizada sobre os problemas ferroviários de seu interesse; promover e canalizar as ações dos ferroviários do Continente americano em defesa do patrimônio da área em que atuam.

Transportes aéreos

Esteve em visita ao Brasil o Doutor Assad Kotaite, Presidente do Conselho da Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), tendo — sido recebida pelos Ministros da Aeronáutica e das Relações Exteriores, com quem examinou assuntos de interesse comum, no âmbito da OACI.

No plano das relações aeronáuticas bilaterais, foram realizadas conversações informais com autoridades aeronáuticas da Venezuela e do Equador. Com o primeiro, para a celebração, na área de política financeira, de um acordo para evitar a bitributação da renda das empresas aéreas respectivas. Quanto ao segundo, foram estabelecidas as bases para a implantação de um serviço de empresa brasileira entre o Rio de Janeiro, Quito e Guaiaquil.

Realizaram-se Reuniões de Consulta entre autoridades aeronáuticas do Brasil e de quatro países com os quais mantemos Acordos sobre Transportes Aéreos: Marrocos, Argentina, Uruguai e Paraguai.

Ainda no âmbito bilateral, foi efetuada, em Brasília, por ocasião da visita do Presidente Ramalho Eanes, de Portugal, a troca de

Notas diplomáticas para vigência definitiva da IV Reunião de Consulta Aeronáutica Brasil-Portugual, realizada no Rio de Janeiro, em maio de 1977.

No quadro da Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), cabe registrar a realização, em Montreal, no período de 6 a 23 de setembro, da Conferência Internacional sobre Direito Aeronáutico, que teve por objetivo a revisão da Convenção sobre Responsabilidade por Danos Causados por Aeronaves Estrangeiras a Terceiros no Superfície, assinada em Roma, em 1952.

Em março e setembro, Brasil participou igualmente da IX e X Reuniões do Comitê Executivo da Comissão Latino-Americana de Aviação Civil (CLAC), do qual é Vice-Presidente, em preparação da III Assembléia do órgão regional, que se realizou em novembro.

ENERGIA E RECURSOS MINERAIS

A 6 de março, o Diário Oficial publicou Portaria que criou, mediante alterações no articulado do Regimento Interno da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, a Divisão de Energia e Recursos Minerais (DEM), subordinada ao Departamento Econômico do Itamaraty. A nova Divisão passou a ter a seguinte área de competência:

1. tratar dos assuntos ligados à energia nuclear no âmbito bilateral e multilateral, inclusive daqueles relativos à Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e à Comissão Interamericana de Energia Nuclear (CIEN);
2. cuidar dos assuntos relacionados com as fontes não convencionais de energia em foros bilaterais e multilaterais;
3. tratar dos termos ligados ao petróleo e gás natural em negociações bilaterais e foros multilaterais, em especial aqueles relacionados com o abastecimento do mercado brasileiro de petróleo;
4. ocupar-se dos assuntos relativos a carvão e similares no âmbito bilateral e multilateral, aí compreendidos o carvão mineral, o carvão vegetal e outros combustíveis vegetais;
5. tratar dos assuntos relativos ao aproveitamento energético do Brasil;
6. cuidar dos assuntos relativos às negociações para exportação e importação de recursos minerais, bem como do tratamento desses tópicos nos foros multilaterais;

7. acompanhar os assuntos relativos ao Conselho Internacional do Estanho, e ao Programa Integrado de Produtos de Base e do Comitê Intergovernamental do Tungstênio, ambos da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD).

Energia Nuclear

No plano bilateral, cabe registrar a aprovação, pelo Congresso dos Estados Unidos da América, de nova lei sobre a Não-Proliferação Nuclear. Tendo em vista a existência de acordo de cooperação entre o Brasil e os EUA veio ao Brasil uma missão, chefiada pelo Embaixador Gerald Smith, com o propósito de explicar às autoridades brasileiras o funcionamento de nova lei norte-americana e suas possíveis implicações na cooperação nuclear entre os dois países.

Ainda no âmbito da cooperação com os Estados Unidos da América, prosseguiram as obras de construção da Central Nuclear de Angra-I. O edifício foi concluído em outubro pouco antes da chegada ao Brasil do elemento combustível, de procedência norte-americana, destinado à primeira carga do reator.

No âmbito da cooperação nuclear com a República Federal da Alemanha, cabe assinalar o início das obras da Central Nuclear de Angra-II. Por ocasião da visita do Presidente da República à RFA, foram assinados diversos convênios, todos no contexto da implementação do Acordo de Cooperação Nuclear entre os dois países.

Cabe, ainda, registrar as negociações do Brasil com os parceiros da URENCO (RFA, Reino Unido e Países Baixos) sobre a aplicação de salvaguardas no contexto das exportações de urânio enriquecido pela URENCO para o Brasil. Essas negociações foram concluídas a 1º de setembro, com trocas de Notas entre o Brasil e cada um dos parceiros da URENCO.

O outro plano da atuação externa do Brasil em matéria nuclear refere-se a atividades no âmbito da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). Realizou-se em setembro, a XXII Sessão Regular da Conferência Geral da AIEA, durante a qual foi realizada a eleição dos novos membros da Junta de Governadores, havendo o Brasil sido eleito para o órgão.

Foram realizadas, em abril e setembro, reuniões destinadas a elaboração de projeto de Convenção sobre a Proteção Física do Material Nuclear. Ao fim da sessão de setembro, foi aprovado o teor de uma proposta do Brasil, no sentido de limitar o alcance da

futura convenção à proteção física do material nuclear durante seu transporte internacional.

Realizaram-se ainda no âmbito da AIEA a Conferência Plenária do INFCE (Avaliação Internacional do Ciclo do Combustível Nuclear), em novembro, e a reunião de consulta sobre um regime internacional para o armazenamento do plutônio, em dezembro, ambos em Viena.

Minérios

Continuaram os esforços multilaterais patrocinados pela UNCTAD, no âmbito de Programa Integrado de Produtos de Base (PIPB), com o fito de encontrar medidas internacionais capazes de permitir mais estabilização dos mercados de 18 produtos primários, entre os quais cobre, minério de ferro e manganês.

No que se refere ao cobre, havia sido decidida a criação de um foro intergovernamental de consultas consumidor-produtor, com a tarefa de empreender estudos visando a uma maior transparência do mercado internacional do produto. Ao cabo de cinco reuniões, entretanto, não fora ainda possível alcançar um acordo sobre a configuração e normas de funcionamento daquele foro.

No tocante a minério de ferro, foram realizadas três reuniões, também, sob a égide do Programa Integrado, tendo-se concluído ser ainda prematura a idéia da adoção de algum instrumento regulador do mercado internacional daquele produto.

Ainda no âmbito do Programa Integrado, realizou-se, em Libreville, Gabão, um seminário dos países em desenvolvimento exportadores de manganês, com o objetivo de coordenar posições para a eventualidade de futuras negociações com os países importadores.

O Comitê do Tungstênio da UNCTAD também reuniu-se algumas vezes durante o ano, porém sem resultados conclusivos.

Petróleo

O Brasil, desenvolveu durante o ano continuados esforços, no plano bilateral com vistas a orientar nossas importações de petróleo de países onde produtos ou serviços brasileiros tivessem maiores possibilidades de colocação, de modo a permitir uma redução do déficit comercial com os países exportadores.

FMI e BIRD

Realizaram-se em Washington, em setembro, as XXXIII Reuniões Anuais das Assembléias de Governadores do Fundo Monetário Internacional e do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, as quais concluíram que uma adequada mobilização de recursos, somada à liberalização e remanejamento do comércio e liqüidez internacionais, poderia ensejar a consecução das metas desejadas de crescimento, preços e emprego, tanto nos países desenvolvidos quantos nos em desenvolvimento.

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

A XIX Reunião Anual da Junta de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (Vancouver, abril) examinou temas relativos a recursos, funções e políticas, com vistas a adequá-los, no contexto de negociações pertinentes, ao papel do Banco como financiador do desenvolvimento dos países latino-americanos e do Caribe.

Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD)

Em articulação permanente com outros órgãos do Governo, o MRE continuou a colaborar para o desempenho das atividades do Fundo Africano de Desenvolvimento, de que o Brasil é membro-fundador, tendo em vista a prioridade que se atribuiu ao aperfeiçoamento da nossa cooperação com países do Continente africano.

Assuntos de natureza fiscal

Realizaram-se na UNESCO, em junho, os trabalhos do III Comitê de Peritos Governamentais sobre Dupla Tributações de **Royalties** em matéria de direitos do autor, cujas conclusões foram consubstanciadas num projeto de convenção multilateral sobre a matéria e num projeto e modelo de acordo bilateral que os países celebrariam entre si para aplicação dos princípios gerais estabele-

cidos naquela convenção multilateral. Ambos os textos, elaborados a nível técnico, devem ser examinados pelas estâncias políticas da UNESCO.

Sob os auspícios da ALALC, realizou-se em Montevidéu em dezembro a V Reunião de Peritos em Dupla Tributação, que concluiu o exame a nível técnico, de um projeto-modelo de convenção, destinado a servir de base a eventuais negociações bilaterais entre países-membros sobre formas de evitar a bitributação de renda e do patrimônio.

Também no âmbito do Tratado da Bacia do Prata foi examinado e discutido um projeto de modelo — convenção bilateral para evitar a dupla tributação entre países da área. Por ocasião de sua X Reunião, os Chanceleres dos Países da Bacia do Prata tomaram nota do projeto, cuja elaboração teve ativa participação do Brasil.

Acordos bilaterais para evitar a dupla tributação da renda foram assinados pelo Governo brasileiro com o Governo da Itália (em outubro) e com o Governo de Luxemburgo (em novembro). Ademais, prosseguiram as negociações para a conclusão de instrumentos desse gênero com o Canadá e Noruega, neste último caso para substituir o texto atualmente em vigor.

Resseguros

Em apoio às atividades do mercado ressegurador brasileiro no plano internacional, o Itamaraty colaborou nos entendimentos que culminaram na assinatura, em Montevidéu, em janeiro do "Convênio de Participação Recíproca nos Contratos de Resseguro Internacional" entre o Instituto de Resseguros do Brasil e o Banco de Seguros del Estado, do Uruguai.

Cooperação Financeira

A reunião da comissão teuto — brasileira sobre cooperação técnica e financeira realizou-se em Bonn, em outubro, ocasião em que foi acordado com planos de distribuição de recursos da RFA em benefício dos projetos de Curu-Paraipaloci (irrigação no Estado do Ceará), Tabuleirão e Chapada Grande (agricultura e pecuária, no Piauí) e obras de expansão da Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco — CHESF (para aquisição de equipamentos de transmissão e interligação com o sistema Eletronorte).

PROMOÇÃO COMERCIAL

SUBPROGRAMAS

As atividades de promoção comercial realizadas pelo Ministério das Relações Exteriores em 1978 consubstanciadas no Programa de Promoção Comercial no Exterior (PPCE) representam a consolidação, a nível de programa global, dos programas singulares preparados para todas as Unidades do MRE.

Em 1978 o PPCE orientou-se pelos mesmos princípios seguidos em anos anteriores e cuja observância se mostrou adequada para eficiente e harmônico funcionamento do Sistema.Tais princípios foram essencialmente:

a) administração por objetivos e concentração de meios — À vista da complexidade do campo de atuação e da escassez relativa de recursos materiais e humanos, tornou-se imperativa a fixação de objetivos prioritários, em cuja consecução se concentraram os meios disponíveis.

b) programação de atividades — A fixação de objetivos e a concentração de meios impõem, por definição, a programação de atividades.

c) correlação atividades/recursos — É entendimento já tradicionalmente contido nos Programas anteriores e que se impõe como decorrência dos princípios acima enunciados. Com efeito, a programação de atividades exige que à previsão e ao ordenamento funcional se juntem a estimativa e a alocação dos recursos humanos, materiais e orçamentários imprescindíveis à sua execução.

O Programa de Promoção Comercial no Exterior — 1978, como os anteriores, teve como objetivo essencial o apoio à ação governamental, para a venda de bens e serviço no exterior, de forma

a contribuir para que sejam alcançadas as metas quantitativas e qualitativas estabelecidas pelo Governo do setor do comércio internacional.

As atividades de promoção comercial do Itamaraty dividem-se em cinco Subprogramas, que se expõem a seguir:

a) Subprograma de Informação Comercial
b) Subprograma de Mostras e Turismo
c) Subprograma de Organização e Modernização
d) Subprograma de Operações de Promoção Comercial
e) Subprograma de Estudos e Pesquisas de Mercado

Subprograma de Informação Comercial

Tem por objetivo divulgar, no Brasil e no exterior, informações de apoio à expansão das exportações brasileiras.

Em 1978, o Subprograma de Informação Comercial continuou a ser estruturado em quatro Projetos, destinados a fornecer ao exportador brasileiro, atual ou potencial, informações sobre os diversos fatores intervenientes nas operações de exportação, bem como a informar o importador, atual ou potencial, sobre as oportunidades de negócios no Brasil. Foram eles:

a) Projeto Sistema de Informações Comerciais
b) Projeto Publicações
c) Projeto Documentação Comercial
d) Projeto Levantamento de Informações de Mercado

Informações Comerciais

O sistema de informações comerciais visa a coletar no exterior, bem como reproduzir e distribuir imediatamente aos interessados no Brasil, informações relevantes sobre comércio exterior, processadas por meio de formulários e procedimentos de comunicação padronizados. No sentido Postos no exterior/Brasília, o sistema dispõe dos Boletins de Oportunidade Comercial (BOC), de Oportunidade em outros Países (BOP) — que não os países onde se localizam os postos emissores — de Concorrência Pública (BCP), de Informação de Projeto (BIP), de Reclamação Comercial (BRC), de Informação Comercial (BIC), de Pedido de Informação Cadastral (PCA), de Informação de Mercado (BIM), de Envio de Publicações

(BEP), e o Boletim de Regulamentação de Comércio Exterior (BRE). No sentido Brasília/Postos no exterior, são empregados os Boletins de Pedido de Informação Comercial (PIC), de Pedido de Informação Cadastral (PCA), de Pedido de Regulamentação de Comércio Exterior (PRE), de Pedido de Informação sobre Reclamação Comercial (PRC), de Pedido de Envio de Publicação (PEP) e a Guia de Remessa de Publicação (GRP).

Em 1978, o sistema distribuiu aos empresários cadastrados na Divisão de Informação Comercial 3.300.000 peças de informações, apresentando um acréscimo de 33,10% em comparação com igual período de 1977. Aperfeiçoamentos introduzidos no sistema permitiram também que as firmas de consultoria e serviços passassem a ser precocemente informadas a respeito de projetos que se realizem em qualquer país, desenvolvido ou em desenvolvimento. O Cadastro Geral de Destinatários (CGD) atingiu, em 1978, o número aproximado de 7.500 firmas registradas, aí incluídos sindicatos, associações e órgãos governamentais ligados à exportação. No Cadastro foram adotadas técnicas de processamento eletrônico de dados, que aperfeiçoaram seu emprego para distribuição de publicações, arregimentação de empresas para a participação em feiras e exposições e identificação de firmas brasileiras exportadoras de qualquer produto.

Projeto Publicações

O Projeto Publicações tem como objetivo possibilitar a divulgação, em larga escala e com circulação dirigida, de informações que contenham elementos de interesse para a exportação, bem como eventuais investidores no país. Objetiva ainda difundir, no Brasil e no exterior, aspectos do desenvolvimento brasileiro, com vistas a projetar uma imagem atualizada da situação econômica nacional.

Criou-se, no contexto do Boletim da Revista Comércio Exterior (BRCE), o Caderno de Projetos, com vistas à divulgação de informações precoces sobre possíveis projetos a serem executados nos países em desenvolvimento. Ainda no Projeto Publicações, consolidou-se a circulação da Revista "Comércio Exterior" sob regime de assinaturas pagas. O número alcançado, ao final do ano, era de 2.050 assinaturas. Também com excelentes resultados, encontra-se em seu décimo número a Revista "Brasil Comércio e Indústria" em espanhol. Como era previsto, foram lançadas as edi-

ções da referida revista em inglês, alemão e português, todas contendo publicidade de empresas brasileiras. A edição da revista continua centralizada no Brasil. Há, ainda, estudo no sentido de transformar o Guia Brasileiro de Investimento no Brasil em encarte bianual da Revista "Brasil Comércio e Indústria".

Projeto Documentação Comercial

O Projeto Documentação Comercial objetiva coletar, processar e divulgar publicações e informações de interesse para a promoção comercial, por meio do Centro de Documentação de Comércio Exterior, na sede do MRE em Brasília e do Serviço de Documentação de Comércio Exterior de cada SECOM nas Repartições diplomáticas e consulares brasileiras no exterior.

No âmbito do referido projeto, o Centro de Documentação continuou a aprimorar sua organização, com acervo tanto quanto possível completo de informações sobre os principais setores e subsetores da exportação brasileira e condições gerais da demanda em todos os países do mundo. Aos Postos no exterior coube a importante tarefa de ampliar o volume de documentos de pesquisa, procurando desenvolver também a atividade de selecionar, classificar, identificar, arquivar e divulgar internamente a documentação de interesse específico da área de promoção comercial, adquirida diretamente e/ou enviada de Brasília. Terá prosseguimento no Centro de Documentação a atividade de elaboração e distribuição da edição bimestral do Boletim Bibliográfico, com o objetivo de divulgar documentos e publicações sobre comércio exterior.

Projeto Levantamento de Informações de Mercado

O Projeto Levantamento de Informações de Mercado tem por objetivo levantar indicadores básicos de comercialização, em prazo que permita o rápido atendimento de consultas do setor privado nacional e estrangeiro.

O referido projeto continuou a ser operado pelo Itamaraty, constituindo a **flash information** sua atividade básica. O Pedido de Informação Comercial (PIC) é o instrumento-vetor da operação do projeto, complementado pelo Boletim de Informação de Mercado (BIM). Objetivando melhor utilização dos trabalhos de levantamento realizados pelos postos, distribuição dos BIMs foi estendida

a todas as firmas constantes do Cadastro Geral de Destinatários do Sistema de Informações Comerciais.

Subprograma de Mostras e Turismo

Tem por objetivo promover o contato direto de potenciais consumidores e importadores estrangeiros com os bens e serviços e respectivos fornecedores brasileiros, a fim de induzi-los a efetuar compras no Brasil, bem como apoiar os esforços de intensificação dos fluxos de turismo para o País.

As feiras têm-se constituído em um dos mais tradicionais e úteis instrumentos de dinamização do comércio internacional. Apresentam vantagens para os expositores, pois reduzem substancialmente os custos das promoções, em relação às exposições que têm de ser feitas isoladamente.

O programa oficial de feiras e exposições no exterior alcançou, em 1978, quase uma centena de eventos, disseminados em 48 países e abrangendo, pela primeira vez, todos os Continentes. A composição do programa resultou da consolidação e análise de subsídios coletados pelo Itamaraty no Brasil e no exterior, bem como de contribuições recebidas de outros organismos oficiais e do empresariado nacional. Pretendeu traduzir duas diretrizes básicas: a diversificação de mercados e a introdução de novos produtos e exportadores, em particular a pequena e a média empresas.

Como em anos anteriores, as mostras de maior porte concentraram-se na América Latina, mercado que a cada dia vai-se tornando mais familiar aos expositores brasileiros. Além do México, cujo potencial de importação para a indústria brasileira terá enriquecido como decorrência dos entendimentos políticos e econômicos da visita do Presidente da República, poderia ser destacada como área promissora para a comercialização de produtos brasileiros a região do Caribe, com as exposições organizadas na Guiana, na Venezuela e em Trinidad-Tobago.

Nos Estados Unidos da América, onde a promoção e a penetração do exportador devem obedecer a uma estratégia regional, dadas as dimensões de seu espaço econômico, foram realizadas diversas feiras especializadas nos mais tradicionais mercados das Costas Leste e Oeste, bem como em novas áreas, no Sul e no Norte (Atlanta, Dallas, Houston e Chicago). Dois certames se destacaram na América do Norte em 1978: o Mercado do Móvel da Carolina do

Norte, e a Quinzena Brasileira em Dallas.

Como nos Estados Unidos da América, a maioria das mostras que o Brasil promoveu na Europa teve caráter especializado, buscando explorar setorialmente e, portanto, em profundidade, a introdução de novos produtos, sem prejuízo dos manufaturados tradicionais. Exemplos do primeiro caso seriam ilustrados pelos Salões do Plástico em Paris, de Autopeças em Londres, de Construção Civil em Bolonha. No setor de exportações tradicionais, a empresa nacional esteve representada em quatro das mais importantes feiras do mundo: o Mercado do Couro em Milão e a Semana do Couro em Paris; o Salão Internacional da Alimentação em Paris e a Feira de Alimentos em Munique. Na República Federal da Alemanha foi promovida, pela segunda vez, a EXPOBRASIL, mostra dedicada aos bens de consumo duráveis.

Ao lado dos eventos que anteriormente vinham sendo realizados em Moçambique, Nigéria e Senegal, o exportador brasileiro pôde comparecer, na África, a feiras no Quênia, na Tanzânia e na Zâmbia, centros comerciais ainda pouco explorados. São, todos os seis, difíceis mercados, em que a promoção de mostras poderá prestar apoio de grande eficácia para superar barreiras, quer as decorrentes do pouco conhecimento do produto brasileiro, quer as que derivam do transporte ainda irregular.

No Oriente Médio, onde se vem desenvolvendo persistente trabalho de promoção das exportações brasileiras, o Brasil novamente participou das feiras de Teerã, Argel e Bagdá. Ao Iraque puderam ser levados produtos dos ramos de bens de capital, vestuário e alimentos, para serem exibidos em certames restritos às grandes organizações locais. Além disso, no próspero centro financeiro dos Emirados Árabes Unidos, foi promovida a primeira exposição brasileira em Abu-Dabi.

Finalmente, na área da Ásia e Oceania, foram organizadas mostras exclusivas em Cingapura e na Austrália. Além disso, feiras especializadas em material hospitalar, alimentos e brinquedos deram oportunidades às empresas brasileiras de abrir caminho no competitivo mercado de manufaturados do Japão.

A evolução do número de eventos de expositores nos programas de mostras do Itamaraty revela o esforço para ampliar a presença do produto brasileiro no exterior. Com efeito, de 16 eventos em 1970, o programa oficial de feiras e exposições no exterior au-

mentou para 85 certames em 1977 e 99 em 1978. De 1970 a 1977, o número de firmas participantes cresceu de 200 para 2.000, e as vendas totais, estimadas, de 6 milhões para 200 milhões de dólares. Como nos anos anteriores, os expositores, beneficiários diretos do processo, tiveram, para sua participação, gastos reduzidos em relação ao total que o Brasil despende em cada certame. Assim, nas mostras gerais com exibição de produtos, os citados expositores arcaram apenas com as despesas correspondentes ao transporte e desembaraço das mercadorias a serem expostas e ao deslocamento de um representante ao local de realização da mostra. Não obstante, em 1978, foram escolhidas as Feiras de Santiago e de Santa Cruz de La Sierra, bem como a Semana do Couro em Paris, para desenvolver-se novo projeto, no qual os expositores pagaram parte (no máximo 50%) do custo da participação brasileira.

A divulgação do calendário de mostras do Itamaraty foi substancialmente reforçada em 1978 com as seguintes providências:

— publicação de edital nos principais jornais do País;

— distribuição por mala direta de **folders** com o calendário aos expositores, como encarte da Revista Comércio Exterior e em publicações de entidades de classe ligadas ao comércio exterior;

— mais ampla utilização de **press-releases** sobre cada mostra, quer antes de seu início, quer após o seu encerramento;

— emprego de agência de notícias para recolher **in loco** informações sobre os resultados das mostras brasileiras no exterior;

— realização de Seminário sobre Participação do Exportador em Feiras e Exposições do calendário do Itamaraty em diversas cidades do Brasil.

Através do Informativo ao Expositor em Potencial, que, este ano com novo formato, foi incluído na Série "Especiais" da Coleção Estudos e Documentos de Comércio Exterior, foram vinculados dados importantes de interesse dos empresários sobre cada Feira. No exterior, procurou-se atrair aos pavilhões ou estandes do Brasil importadores efetivos e em potencial, bem como industriais e comerciantes em geral. Procurou-se, ainda, recolher informações sobre feiras e exposições de modo a orientar a elaboração dos calendários da partcipação oficial brasileira no futuro.

Como se sabe, há feiras e exposições em que a participação brasileira fica a cargo da Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Nestes casos, o objetivo é promover a exibição de produtos brasileiros em mostras internacionais (feiras) ou em mostras exclu-

sivas do Brasil (exposições) no exterior. Compreende a promoção de produtos brasileiros em 26 mostras no exterior (inclusive no Leste Europeu, a cargo da COLESTE).

Em 1978, como nos anos anteriores, cada mostra teve seu projeto preparado pela respectiva empresa administradora.

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores designou, para cada mostra, um Diretor Geral, a quem ficaram subordinados os expositores e todas as empresas contratadas para prestar serviços ao pavilhão ou estande do Brasil.

O Diretor Geral cumpriu instruções fornecidas pela Secretaria de Estado, sob orientação do Chefe do Posto e em coordenação com o Setor de Promoção Comercial da Missão diplomática ou Repartição consular local. Terminado o evento, o Diretor Geral teve de apresentar ao Chefe do posto seu relatório sobre a feira.

A empresa administradora teve a seu cargo, como nos anos anteriores, a coordenação geral dos trabalhos da mostra. Essa coordenação geral compreende a preparação do expositor em relação às características específicas da mostra, a elaboração de esquema de transporte para os produtos, o projeto, a construção, a montagem, a operação e desmontagem do pavilhão ou estande e a adoção das providências solicitadas pelos expositores quanto ao destino a ser dado às mercadorias expostas em cada certame (retorno, internamento definitivo etc.). Além dos relatórios de andamento, a empresa administradora apresenta, ao final da mostra, uma pormenorizada prestação de contas e um relatório circunstanciado de suas atividades, os quais são submetidos aos procedimentos de controle do MRE.

Foram as seguintes as mostras em que houve em 1978 participação oficial brasileira, a cargo da Secretária de Estado:

Feira Internacional de Santa Cruz de La Sierra
Feira Internacional de Bogotá
Quinzena Brasileira na Neiman-Marcus (Dallas)
II Exposição Brasileira no México
I Exposição Brasileira em Port-of-Spain
IV Exposição Brasileira em Caracas
Feira Internacional de Argel
Feira Internacional de Teerã
Feira Internacional de Maputo
Feira Internacional de Plavdiv
Feira de Bens de consumo de Budapest

Feira Internacional de Zagred
Feira Internacional de Poznan
Feira da Primavera de Leipzig
Feira Internacional de Bucareste – TIBCO
Feira de Bens de consumo de Brno
Mercado do Móvel da Carolina do Norte
Semana do Couro de Paris
Mercado do Couro – MICAM (Milão)
II EXPOBRASIL, em Colônia.

Há, por outro lado as feiras e exposições em que a participação brasileira fica a cargo dos Postos, que atuam mediante instruções recebidas da Secretaria de Estado em Brasília. São mostras destinadas a exibir produtos brasileiros de determinado setor, em certames especializados, ou feiras internacionais, sobretudo de caráter geral, em que o Brasil se faz representar por meio de estandes de informação.

Nas mostras com exibição de produtos, coube às empresas administradoras contratadas pela Secretaria de Estado cuidar apenas da arregimentação de expositores e da coordenação do transporte dos produtos a serem exibidos.

No caso de estandes de informação em feiras internacionais, a organização da participação brasileira ficou inteiramente a cargo dos Postos, com eventual apoio da Secretaria de Estado, sempre que se afigurasse necessário.

Foram as seguintes as mostras com exibição de produtos e estandes de informação em que o Brasil participou com organização a cargo dos Postos:

Salão de Artigos para o Lar (Toronto)
Feira do Calçado (Canadá)
Salão de Mercadorias Diversas (EUA)
Salão "Premium Show" (EUA)
Salão de Artigos de Banho, Cama e Mesa (EUA)
Salão de Confecção Feminina (EUA)
Salão de Produtos Alimentícios e Confeitaria (EUA)
Salão Nacional de Mercadorias (EUA)
Salão de Artigos Esportivos (EUA)
Salão de Artigos de Couro (EUA)
Salão do Brinquedo (EUA)
Salão Nacional de Artigos Esportivos (EUA)
Feira Mundial do Lazer (EUA)

Feira das Américas (EUA)
Salão de Artigos para Presentes (EUA)
Salão de Plástico e Borracha – EUROPLASTIC (França)
Salão de Jóias e Bijuterias – BIJORHCA (França)
Salão do Calçado (Noruega)
Salão da Moda Masculina – IMBEX (Reino Unido)
Salão da Decoração – DECOR (Reino Unido)
Salão de Autopeças (Reino Unidos)
Salão do Móvel (RFA)
Salão da Indústria – IKOFA (RFA)
Salão do Calçado – CDS (Düsseldorf – RFA)
Salão do Esporte, Camping e Jardim – SPOGA (RFA)
Salão da Alimentação e Hotelaria (Gotemburgo – Suécia)
Salão do Lazer – LOISIRAMA (Suíça)
Exposição de Artigos de Couro e Vestuário (Hong-Kong)
Feira Especializada de Bens de Capital (Iraque)
Feira de Produtos Alimentícios (Iraque)
Salão de Alimentação e Hotelaria (Japão)
Salão do Hospital Moderno (Japão)
Feira do Livro de Buenos Aires
Feira Beneficiente de La Paz
Feira do Livro de Montreal
Salão do Brinquedo (EUA)
Salão de Artigos de Couro (EUA)
Salão de Artigos de Papelaria (EUA)
Salão de Tecidos, Couro e Armarinho (EUA)
Salão de Mercadorias Diversas (EUA)
Feira Internacional de David (Panamá)
Festa ao Redor do Mundo (Panamá)
Feira Internacional de Viena
Feira Internacional de Barcelona
Feira Internacional de Marselha
Feira Presidônia de Atenas
Feira Internacional de Milão
Feira do Levante de Bári
Feira da Indústria de Mármos (Sto Ambrógio)
Feira Internacional de Hannover
Feira Parceiros para o Progresso (Berlim)
Feira do Livro de Frankfurt
Feira Internacional de Scania (Malmoe)

Salão da Implantação Industrial — INTERIDEX (Basiléia)
Feira Internacional do Cairo
Feira Internacional de Bagdá
Feira Internacional de Osaka
Feira Internacional de Malta (Naxxar)
Feira Internacional de Nairóbi
Feira Comercial de Saba-Saba (Dar-es-Salaam)
Feira Comercial da Zâmbia (Ndola).
Salão do Brinquedo (Japão)

No que se refere a turismo, foram utilizados a exemplo dos anos anteriores, os instrumentos de promoção comercial do Itamaraty, no sentido de contribuir para intensificar o fluxo de turismo para o Brasil. Procurou-se identificar técnicas utilizadas por países que dispõem de sistema eficiente de promoção turística, com vistas a fornecer subsídios para a formulação e execução da política nacional no setor.

Foram remetidas aos Postos informações e material de divulgação turística em geral, fornecido pelo EMBRATUR e por outros órgãos oficiais de turismo. A Secretaria de Estado, por sua vez, transmitiu aos órgãos competentes em matéria de turismo as informações que recebeu dos Postos sobre o assunto.

Subprograma de Organização e Modernização

Teve como objetivo organizar e manter sob processo de permanente regeneração e aperfeiçoamento a estrutura e os métodos operacionais do sistema de promoção comercial do MRE. Visa também a prover as unidades do sistema com os recursos institucionais, humanos e orçamentários de que necessitam para o desempenho de suas funções.

O Subprograma de Organização e Modernização desdobra-se em projetos de planejamento, programação organização e controle.

No quadro do projeto de planejamento, foram preparados os documentos básicos que informaram o programa de promoção comercial para o ano seguinte — 1979.

A participação dos postos no Projeto consistiu na identificação de metas para sua ação específica no terreno da promoção comercial, assim como no estudo das respectivas estruturas e métodos operacionais, a fim de determinar necessidades de aperfeiçoamento e proceder às correções cabíveis.

No quadro do projeto de programação, desenvolveram-se tarefas relacionadas com o estabelecimento de métodos de trabalho e de instrumentos de programação, com base na avaliação das atividades desenvolvidas no exercício imediatamente anterior, bem como o tratamento sistemático dos casos de reprogramação no correr do ano.

Concentraram-se, por fim, no projeto de organização e controle as tarefas de natureza administrativa geral do programa de formação comercial de treinamento e de acompanhamento e a avaliação de sua execução e do desempenho do sistema.

No âmbito desse projeto, continuaram sendo levadas a efeito importantes atividades previstas no "Projeto Prioritário Reorganização das Unidades no Exterior do Sistema de Promoção Comercial do MRE", aprovado pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República. O referido Projeto Prioritário tem fundamentalmente os seguintes objetivos: (a) aumentar a produtividade do Sistema de Promoção Comercial do MRE; (b) ajustar a escala organizacional e operacional do Sistema de Promoção Comercial às solicitações crescentes do comércio exterior brasileiro, pela elevação dos custos de importação de produtos essenciais para o desenvolvimento do País e o conseqüente imperativo de ainda mais acelerado crescimento da receita de exportação; e (c) contribuir para a formação de especialistas em promoção de exportações, a fim de atender às necessidades do setor privado em pessoal qualificado para o exercício de atividades de comercialização externa.

O Projeto Prioritário prevê a reorganização de Unidades do Sistema no exterior e aperfeiçoamento de seus métodos e procedimentos operacionais (Subprojeto REORG). Estabelece Ciclos de Treinamento em Serviço de técnicos de nível superior, destinados a prover aquelas Unidades de recursos humanos que as habilitem a otimizar o desempenho de suas atividades e, ao mesmo tempo, suprir o mercado de trabalho nacional de pessoal qualificado para realizar tarefas ligadas ao comércio exterior (Subprojeto CITRE). Prevê, ainda, a intensificação e o aprimoramento do treinamento dos funcionários dos quadros do MRE em técnicas de promoção de exportações (Subprojeto INTRE).

O Subprojeto CITRE estabelece mecanismo de Ciclos de Treinamento destinado a prover as unidades no exterior de recursos humanos que as habilitem a aumentar sua produtividade e, concomitantemente, aperfeiçoar técnicos de nível superior que, uma vez

concluído período de treinamento em serviço ("on the job training"), no Brasil e no exterior, serão postos à disposição no mercado nacional de trabalho para suprir-lhe as necessidades mais prementes de pessoal qualificado em comercialização externa. Cada Ciclo de Treinamento tem a duração total de 30 meses. Compreende 30 participantes e desdobra-se em cinco fases: recrutamento; seleção; treinamento intensivo no Brasil; treinamento em serviço no exterior e incorporação dos participantes ao mercado nacional de trabalho.

As fases desenvolvidas no Brasil executaram-se em convênio com o Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Econômico (CENDEC), do Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA). Os participantes foram recrutados dentre técnicos com formação universitária e sua preparação no Brasil teve função supletiva dos conhecimentos que os candidatos já deveriam ter demonstrado no processo de seleção. O período de treinamento em serviço no exterior estende-se por 24 meses, supervisionado pela Secretaria de Estado e pelos Chefes de Posto e SECOMs.

Em 31 de janeiro de 1978, iniciou-se a fase de treinamento em serviço no exterior do III CITRE, quando os participantes apresentaram-se aos respectivos Postos. Em 1978, ainda, as provas de seleção inicial do VI Ciclo de Treinamento de Especialistas em Promoção Comercial foram realizadas em 10 capitais brasileiras. Dos 872 candidatos inscritos, 33 foram aprovados para a Fase de treinamento intensivo no Brasil, iniciada a 7 de agosto. Finalmente, com relação aos Técnicos-Estagiários do I CITRE, iniciou-se, em maio a última fase do Ciclo: reicorporação ao mercado nacional de trabalho. Essa foi a primeira turma de especialistas formados no programa, a ser colocada à disposição de empresas e entidades com atuação no comércio exterior do País.

O Subprojeto Intensificação e Aprimoramento do Treinamento de Funcionários do MRE em Técnicas de Promoção Comercial — INTRE compreende a renovação e o aprimoramento do Curso de Treinamento e Aperfeiçoamento para Chefes de Setores de Promoção Comercial (CTA/SECOM); a realização de outros cursos de treinamento e aperfeiçoamento para pessoal empregado nas Unidades (CTA/GERAL); e a reciclagem de pessoal empregado nas Unidades no exterior, por meio de Seminário (RECIC).

O VI CTA/SECOM realizou-se em Caracas, em setembro, e contou com a participação de onze diplomatas Chefes de Setores

de Promoção Comercial em Embaixadas e Consulados brasileiros no exterior. O CTA/SECOM de 1978 teve formato diferente dos anteriores, com vistas a ajustá-lo às necessidades e conveniências identificadas durante o corrente ano. O VI Curso foi realizado com enfoque regional, em Caracas, durante apenas 5 dias e concomitantemente com a Exposição Industrial Brasileira e Missão Empresarial organizada pela Confederação Nacional da Indústria.

Consolidou-se o Projeto Feiras-CITRE com a participação de 98 Técnicos-Estagiários do I, II e III Ciclos de Treinamento em 34 feiras e exposições patrocinados pelo Itamaraty no exterior.

O Projeto Feiras-CITRE, tal como foi concebido, tem por objetivo: incrementar a produtividade da participação de empresas brasileiras em feiras e exposições organizadas pelo Itamaraty, por meio de mais eficiente apoio aos expositores; evitar a contratação de pessoal para tarefas de apoio ao expositor durante a realização da mostra, mediante emprego dos Técnicos-Estagiários participantes dos CITRE; ampliar o horizonte de treinamento dos referidos Técnicos-Estagiários, em termos de mercados além daqueles em que cumprem estágio de treinamento em serviço, bem como de diversificação das atividades de promoção em que se estão aperfeiçoando.

Realizaram-se em fevereiro e agosto, dois "Encontros de Cooperação", com participação de Delegações da Bolívia e do Paraguai, no contexto do esquema montado em 1977 para prestação de assistência técnica na área da promoção comercial aos setores público e privado de países em desenvolvimento.

Subprograma de Operações de Promoção Comercial

Este Subprograma tem por objetivo apoiar o exportador brasileiro, o importador e investidor estrangeiro, por meio de atividades específicas a cada operação, bem como participar de Comissões Mistas e outras reuniões internacionais, sempre com vistas a contribuir para o incremento das relações comerciais do país.

Desdobra-se o Subprograma de Operações de Promoção Comercial em cinco Projetos:

a) Apoio a Exportadores e Importadores;
b) Missões Comerciais;
c) Visitas de Importadores;
d) Apoio à Captação de Investimentos;
e) Operações Especiais;

No que se refere ao Projeto Apoio a Exportadores e Importadores, as atividades permitiram que se fornecessem ao exportador brasileiro informações básicas sobre os mercados para os quais se propõe exportar ou que deseje visitar, bem como sobre as condições gerais de acesso, para os produtos que se tem em vista comercializar. No exterior, a rede diplomática e consular brasileiro é mobilizada para as providências de apoio pertinentes em cada caso.

As atividades de apoio a importadores, reais ou potenciais, complementam aquelas de assistência ao exportador brasileiro já referidas. Esse apoio pode compreender um ou mais dos seguintes aspectos: a) fornecimento de listas de exportadores brasileiros dos produtos de interesse do importador; de informações gerais sobre a economia brasileira, potencialidades de exportação, capacidade e oferta, etc; b) assessoramento em contatos de importador com os principais exportadores brasileiros dos seus produtos; c) fornecimento de informações sobre a legislação brasileira; d) orientação quanto às questões relativas a transporte, documentação necessária, despacho alfandegário.

Quanto ao Projeto Missões Comerciais, o MRE integrou, organizou e/ou deu apoio a 21 missões oficiais e empresariais no exterior. Foi prestada assistência a 25 visitas ao Brasil de missões estrangeiras interessadas em produtos e serviços brasileiros. Com relação ao projeto em apreço, em junho uma missão comercial, chefiada pelo Chefe do Depártamento de Promoção Comercial do MRE visitou a República Popular da China com vistas a examinar as possibilidades de expansão do intercâmbio comercial bilateral e da cooperação econômica entre os dois países. Integraram a missão representantes do setor público e de diversas empresas estatais.

O Projeto Visitas de Importadores prevê que, no exterior, os postos, em coordenação com a Secretaria do Estado efetuem a identificação, seleção, orientação e convite de importadores estrangeiros, bem como informem sobre visitantes que se dirijem, por contra própria, ao Brasil. Em colaboração com a CACEX, PROMOEXPORTS e entidades de classe interessadas, presta-se ao importador visitante a necessária assistência no Brasil para a realização dos contatos e visitas.

O Projeto Apoio à Captação de Investimentos compreende atividades também já tradicionais da Secretaria do Estado e dos SECOMs no exterior. A experiência no trato desses assuntos evidencia que as consultas de potenciais investidores no Brasil enqua-

dram-se essencialmente em duas categorias: de caráter geral, formuladas por ocasião dos primeiros contatos do investidor com o SECOM; e específicas, sobre assuntos precisos, geralmente formuladas pelos investidores que já dispõem de planos mais concretos.

O atendimento ao primeiro tipo de consulta é passível de maior sistematização e tratamento uniforme. São fornecidas ao investidor potencial informações sobre economia brasileira, tratamento dispensado ao capital estrangeiro, remessa de lucros, normas para transferências e instalação no Brasil, incentivos, áreas e setores prioritários para o desenvolvimento nacional, legislação trabalhista etc.

O Projeto Operações Especiais tem por objetivo apoiar o empresariado brasileiro em operações comerciais que exijam coordenação especial junto a entidades públicas e privadas nacionais, estrangeiras e internacionais, bem como contribuir para a expansão das relações bilaterais, mediante participação em Comissões Mistas e em outras reuniões internacionais. De particular relevo nesse projeto foi o apoio prestado pelo Itamaraty a empresas brasileiras exportadoras de serviços, com vistas à concretização de projetos com países em desenvolvimento.

A colaboração do Brasil no processo de desenvolvimento sócio-econômico dos países em desenvolvimento tem-se efetivado com os países da América Latina e da África – as "nações-irmãs da circunvizinhança de aquém e além-mar", segundo as palavras do Presidente Geisel – e se estende também agora, em escala crescente, ao Oriente Médio.

Subprograma de Estudos e Pesquisa de Mercado

Tem por objetivo produzir informações de natureza técnica suscetíveis de serem utilizadas como subsídios para a formulação de critérios e o estabelecimento de prioridades destinadas a orientar a política de promoção comercial do Brasil no exterior.

O Subprograma de Estudos e Pesquisas de Mercado abrange dois projetos:

1. Projeto Estudos Estratégicos
2. Projeto Pesquisas Correntes

O Projeto Estudos Estratégicos é composto de cinco subprojetos:

1. Subprojeto Diretor

2. Subprojeto Estudos Específicos
3. Subprojeto Análise de Planos e Desenvolvimento
4. Subprojeto Exportação de Serviço Técnicos
5. Subprojeto Estudos Especiais Conjunturais

O **Subprojeto Diretor** constitui a base metodológica de todo o programa de pesquisas de mercado e visa a identificar e selecionar produtos e/ou grupos de produtos brasileiros de exportação efetiva ou potencial não-tradicionais (primários, semimanufaturados ou manufaturados), bem como a estabelecer, a partir do levantamento da oferta brasileira desses produtos e da demanda respectiva em mercados internacionais, uma dupla matriz: (a) de produtos prioritários, em mercados selecionados; e (b) dos mercados prioritários, para cada um dos produtos e/ou grupos de produtos identificados na oferta brasileira.

A partir da tabela básica de produtos e/ou grupos de produtos brasileiros não-tradicionais de exportação e das tabelas de demanda dos principais mercados mundiais para esses produtos, foi elaborada uma tabela cruzada oferta brasileira-demanda nos principais mercados externos, para os 35 países seguintes:

1. CEE: RFA, Bélgica-Luxemburgo, Dinamarca, França, Irlanda, Itália, Países Baixos e Reino Unido.
2. ALELC: Áustria, Finlândia, Noruega, Portugal, Suécia e Suíça.
3. Estados Unidos e Canadá.
4. Japão.
5. América Latina: ALALC (10 países)
6. África Ocidental: Nigéria e Costa do Marfim
7. Oriente Médio: Arábia Saudita, Bahrain, Coveite, Irã, Iraque e Argélia.

A referida tabela foi publicada na coleção "Estudos e Documentos de Comércio Exterior", sob o título "Mercado para Produtos Selecionados da Exportação Brasileira".

O **Suprojeto Estudos Específicos** (ESP) tem por finalidade a elaboração de estudos em profundidade, com elevaoo nível de detalhamento técnico e econômico, dos principais mercados mundiais para alguns produtos brasileiros, considerados prioritários em termos de exportação. No âmbito do Subprojeto em apreço, foram publicadas oitenta e nove monografias da série "Mercados para o

Brasil — Estudos Especiais", abrangendo os seguintes países: Canadá, México, Irã, EUA, Bélgica e Luxemburgo e Japão.

Paralelamente, foi elaborada e publicada uma pesquisa complementar sobre o Irã, referente a oportunidades para **joint venture** naquele país nos setores de produção dos itens objeto dos estudos de mercado, bem como em alguns outros setores de atividade.

Dada a complexidade e extensão das pesquisas já preparadas, o que implicaria o processo demorado de tradução, resultando em sua desatualização, os estudos foram divulgados nos idiomas originais (inglês, francês ou espanhol).

O Subprojeto Análise de Planos de Desenvolvimento destina-se a identificar, através da análise dos planos de desenvolvimento, setoriais ou nacionais, de países selecionados em áreas de menor desenvolvimento relativo (América Latina, Caribe, África e Oriente Médio), oportunidades para prestação de serviços de consultoria e de engenharia de projetos, e fornecimento de bens de capital destinados a obras de infraestrutura por parte de empresas brasileiras.

Quanto ao Subprojeto Estudos Especiais Conjunturais, foram elaborados "perfis econômico-comerciais" da França, Iraque e da República Federativa da Alemanha, bem como um estudo sobre as relações econômicas do Brasil com os países em desenvolvimento.

Por fim, cabe mencionar o projeto Pesquisas Correntes que visa a fornecer ao setor exportador nacional informações gerais sobre o acesso a mercados de países pré-selecionados, perfis de mercado e estudo sobre termos gerais de comércio exterior. No âmbito desse Projeto, foram revistos e preparados para publicação, os estudos da série "Como Exportar", elaborados de acordo com a nova metodologia, adotada a partir de 1977. Foram publicadas 10 monografias dessa série CEX, abrangendo os seguintes países: Espanha, Países Baixos, Nigéria, Canadá, Japão, México, Bélgica e Luxemburgo, EUA, França e Venezuela. Ainda dentro desse Projeto, foram elaboradas e publicadas 4 monografias da série "Mercados para o Brasil", relativas à colocação de produtos prioritários da oferta brasileira na Austrália.

ASSUNTOS CULTURAIS

DIFUSÃO CULTURAL

O objetivo que se teve permanentemente em vista foi o de tornar mais fecunda a atividade de difusão cultural como parte integrante da política externa brasileira.

Através de coordenação entre os Postos no exterior, particularmente na América Latina, foi incentivada a ampliação do raio de alcance das iniciativas programadas, o que possibilitou considerável crescimento dessas atividades, sem aumento de custos.

O esforço de coordenação incluiu igualmente os órgãos nacionais (EMBRAFILME, Bienal, Instituto Nacional do Livro, Museus e outros), como ilustra o convênio de cooperação recíproca firmado entre o Itamaraty e a FUNARTE.

Cinema

Em colaboração com a EMBRAFILME, foi preparada uma mostra significativa da produção cinematográfica brasileira recente, para apresentação na América Latina.

Paralelamente a esse trabalho de divulgação no plano regional, iniciou-se movimento em relação aos países africanos de expressão portuguesa, com a apresentação, em Guiné-Bissau e Cabo Verde, de uma pequena mostra restrospectiva do cinema brasileiro. Foi também organizada uma mostra em Maputo, de que resultaram a compra, por Moçambique, de 10 películas brasileiras e um acordo

para a aquisição de outras vinte em 1979. A "Semana" do cinema em Maputo constituiu o primeiro evento cultural de caráter oficial realizado pelo Brasil naquele país, abrindo-se, assim, o caminho para a ampliação dessa cooperação no futuro.

Na Europa, a EMBRAFILME apresentou, com o apoio do Ministério das Relações Exteriores, importante retrospectiva do cinema brasileiro, com 40 títulos, na cinemateca francesa em Paris, assim como em Lausanne e Lisboa.

Além dessas atividades, o MRE apoiou logisticamente a participação do Brasil em festivais de cinema, de curta e longa metragem, bem como manifestações ligadas ao Setor de cinema no Brasil, como o Festival de Brasília e a "Jornada de Curta metragem" na Bahia.

Foram dados os primeiros passos à constituição de um acervo, através da aquisição de coleções de filmes ligados a temas especificamente culturais. O Itamaraty produziu, ainda, em colaboração com a FUNARTE, filmes sobre artistas espontâneos brasileiros.

Literatura

Na área de exposições e feiras de livros de caráter cultural, o Itamaraty prestou apoio aos organizadores da "V Bienal Internacional do Livro de São Paulo" promovendo sua divulgação no exterior. Colaborou, igualmente, para a participação brasileira na "IV Feira Internacional do Livro de Buenos Aires", na "Feira do Livro Infanto-Juvenil de Bolonha" e na Exposição de Livros Infantis Brasileiros em Copenhague. Contribuiu ainda para a realização de Semanas da Cultura Brasileira em Osorno e Chillan, no Chile, e em Lisboa, durante as quais foi dado especial enfoque à literatura brasileira contemporânea.

O MRE participou de vários lançamentos do programa de co-edições e de auxílio direto à publicação de obras brasileiras traduzidas.

Como de praxe, publicou as revistas **Cultura Brasileña** (Madri) e **Brasil-Cultura** (Buenos Aires), que são distribuídos a grande número de centros e instituições culturais nos países de expressão espanhola e em Universidades norte-americanas. Além disso, foram organizadas e encaminhadas a centros de difusão de cultura brasileira, como os Centros de Estudos e algumas universidades estrangeiras que mantêm cursos de literatura brasileira, coleções (105 tí-

tulos, total de 122 volumes cada uma) de uma "biblioteca-amostra de literatura brasileira".

Artes Plásticas

No âmbito das Artes Plásticas, a par das exposições de pintura, gravura, desenho e tapeçaria, — que visaram a assegurar um fluxo contínuo das atividades culturais de Missões diplomáticas onde é de interesse uma presença constante do Brasil, — o principal objetivo foi o de promover mostras de impacto, evitando-se dividir o esforço de difusão cultural em exposições de pequeno alcance. Para tanto, e sobretudo no caso dos centros mais desenvolvidos, procurou-se organizar exposições que pudessem ser exibidas em instituições culturais de peso e assegurassem maior divulgação junto ao grande público. Nesse contexto, inseriu-se, por exemplo, a exposição retrospectiva da gravadora Fayga Ostrower no Palácio da Cultura da Cidade de Madri.

Foi incentivada, também, a ampliação do raio de ação das exposições, procurando-se aproveitar a presença de obras no exterior para mostrá-las no maior número de Postos possível. Estimulou-se, especialmente, a coordenação Embaixadas brasileiras na América Latina, sobretudo América Central, com a Embaixada do Brasil em Washington, o que possibilitou considerável aumento da atividade cultural nessas áreas.

Dentro do espírito de aproximação com os países africanos, teve o MRE, importante iniciativa no campo das Artes Plásticas, com a manutenção, em Dacar, de um instrutor brasileiro de gravura em ateliê instalado pelo Brasil.

O Itamaraty organizou a participação brasileira na Bienal de Veneza, o mais importante evento internacional no setor das Artes Plásticas, apresentando obras de oito artistas — GTO (Geraldo Telles de Oliveira), Júlio Martins da Silva, Maria Auxiliadora Silva, Maria Madalena Santos Reimbolt, Wilma Martins, Carlos Alberto Fijardo, Luíz Áquila da Rocha Miranda, Paulo Gomes Garcêz, bem como dois audiovisuais — um sobre Burle Marx e outro sobre a comunidade indígena do Xingu.

Música e Dança

A atividade de divulgação da música e da dança brasileira no

exterior foi dirigida para três tipos de iniciativas: o apoio a excursões de músicos brasileiros ao exterior; a remessa de discos, partituras e catálogos sobre música brasileira para Embaixadas e Consulados, além do atendimento a pedidos de interessados no exterior; e apoio à realização de espetáculos no exterior em que figurasse música brasileira.

No caso de apresentação de músicos e artistas brasileiros no exterior, foram concedidos auxílios a mais de 20 artistas e grupos, entre os quais pode-se destacar o espetáculo "Maria, Maria", encenado na América Latina e Europa.

A preocupação dominante do Itamaraty, ao dar apoio a concertistas individuais ou a grupos, foi no sentido de sobrepor a divulgação da música brasileira — entendida como forma de expressão nacional — à da promoção individual de artistas.

Foram igualmente exploradas as possibilidades de divulgação em circuitos menos tradicionais, com a programação de inúmeros eventos na América Latina. Igual ênfase foi dada às possibilidades de retransmissão desses espetáculos pelo rádio e pela televisão, como o fornecimento aos postos do material gravado.

No campo da música popular, o apoio às iniciativas torna-se mais difícil, em razão do número de pessoas que acompanham os solistas e do alto custo do transporte internacional do equipamento. Procurando contornar essa dificuldade, o Ministério das Relações Exteriores prestou apoio indireto à realização de concertos, facilitando, na medida de suas possibilidades, programações em bases comerciais.

Com o intuito de intensificar a difusão da música popular brasileira no exterior, o MRE procurou dotar Embaixadas e Consulados da maior quantidade possível de material gravado para a formação de discotecas básicas.

Esportes

Na área de esporte, o ano de 1978 foi marcado pela realização do Campeonato Mundial de Futebol, em Buenos Aires. Coube ao Ministério das Relações Exteriores, com a colaboração da Confederação Brasileira de Desportos, fornecer material informativo a Seleção Brasileira de Futebol, no âmbito de suas atribuições na estruturação da BRASCOPA — 78, centro de apoio criado na Argentina

pelo MRE, com o objetivo de prestar auxílio a brasileiros durante a realização da Copa do Mundo. Procurou-se também, sempre que possível, atender às solicitações de fornecimento de material esportivo, por parte de países amigos, especialmente da África e da América Latina.

Material de difusão cultural

No que se refere ao material de difusão cultural, o Itamaraty reproduziu e distribuiu, para atendimento a pedidos específicos, fotografias e diapositivos sobre arquitetura, urbanismo e paisagismo no Brasil. Deu-se prosseguimento à divulgação da publicação "Arte Brasileira", co-editada pelo Itamaraty, bem como à distribuição de mapas e folhetos do Brasil, editados pelo IBGE, a todos os Postos no exterior.

COOPERAÇÃO INTELECTUAL

Programa de Estudantes — Convênio

De acordo com o que dispõem os Convênios de Intercâmbio Cultural celebrados com numerosos países da América Latina e os programas de cooperação estabelecidos com alguns países africanos, freqüentam Universidades brasileiras — gozando da dispensa de revalidação do curso de segundo grau, da isenção de exames vestibulares e do pagamento de quaisquer taxas escolares — estudantes estrangeiros procendentes de várias nações dos Continentes americano e africano.

Ao MRE compete a coordenação e distribuição das vagas oferecidas, de modo a adequar as disponibilidades de matrícula às necessidades dos diversos países beneficiários, além de prestar orientação e assistência aos estudantes estrangeiros durante sua permanência no país.

Segundo as disposições que regem as matérias, o programa de estudantes-convênio apresenta a seguinte estrutura operacional:

— o número de vagas e sua distribuição pelas diversas áreas de ensino e regiões do País obedecem às disponibilidades reais do sistema universitário brasileiro.

— as vagas destinam-se exclusivamente a estudantes que iniciam a primeira série do curso, admitida a continuação dos estudos até a graduação. Essa medida restritiva tornou-se necessária em vista da dificuldade para a obtenção de transferência de estabelecimentos estrangeiros para instituições brasileiras em séries intermediárias, seja por obstáculos relativos ao exame dos conteúdos programáticos, seja pela reduzida disponibilidade de vagas em tais séries;

— a seleção dos candidatos é feita pelas Missões diplomáticas brasileiras;

— as transferências de um para outro curso ou estabelecimentos, dentro do país, são regidas pela legislação ordinária.

Elevou-se, de ano para ano, o número das vagas destinadas ao programa de estudantes-convênio. Tal número cresceu de 1600, em 1974, para 3027, em 1978. Quase todas as instituições brasileiras de ensino superior prestaram valiosa colaboração ao programa, oferecendo vagas para os diversos cursos e estendendo aos beneficiários, sempre que possível, todas as vantagens outorgadas aos estudantes brasileiros.

As vagas oferecidas nos dois últimos anos estavam assim distribuídas:

	1977	1978
Instituições Federais	1906	2015
Instituições Estaduais e Municipais	466	610
Instituições Particulares	422	402
Total	2794	3027

Participaram do programa estudantes procedentes da Bolívia, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Venezuela e Uruguai, no Continente americano, e de Guiné-Bissau, Cabo Verde e Nigéria, na África.

Programa de bolsas de estudo

O programa tem a finalidade de ampliar, no exterior, o número

de pessoas ligadas ao Brasil por laços culturais e de amizade.

Em 1978, o número de bolsas oferecidas pelo Governo brasileiro chegou a 94, sendo que 56 beneficiaram estudantes latino-americanos.

Programa de auxílio financeiro

O programa de auxílio-financeiro tem pro objetivo colaborar para a manutenção no exterior de bolsistas e estudantes brasileiros de pós-graduação e representa a participação do Itamaraty no plano de aperfeiçoamento de pessoal em Universidades estrangeiras. Em 1975, foi elaborado um plano visando à elevação dos recursos do programa a níveis compatíveis com o aumento do custo de vida nos principais países europeus e nos Estados Unidos. Dessa forma, a partir de 1975, o auxílio-financeiro foi elevado para US$ 60.00 mensais, pagos semestralmente.

A seleção dos beneficiários obedece a critérios de prioridade em cursos, valor das bolsas e distribuição por áreas geográficas e é efetuada duas vezes por ano, com a participação de representante da Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Ministério da Educação e Cultura.

Centros de Estudos Brasileiros e Leitorados

Os Centros promovem, basicamente, o ensino da língua portuguesa, elemento essencial de comunicação cultural, e, em segundo lugar, a difusão dos aspectos culturais de civilização brasileira. Há Centros em Assunção, Barcelona, Bogotá, Buenos Aires, Caracas, Georgetown, Montevidéu, La Paz, Lima, México, Nairóbi, Quito Panamá, Santiago, São José, Washington e Roma.

Os leitorados têm como finalidade promover a divulgação do idioma português, e da cultura e civilização brasileiras, de modo a permitir um conhecimento cada vez maior do Brasil no exterior. São mantidos leitorados junto a Universidades nos Estados Unidos, México, França, República Federal da Alemanha, Canadá, Grã-Bretanha, Áustria, Suíça, Nigéria, Senegal, Itália, Japão, El Salvador, Coréia e Suécia, abrangendo um total de quase 50 leitores estipendiados pelo Ministério das Relações Exteriores.

As estatísticas recentes mostram que, entre Centros e Leitorados, há cerca de 13.200 estudantes estrangeiros efetivamente matriculados e estudando a língua portuguesa.

UNESCO

Em colaboração com o Ministério da Educação e Cultura, a Secretaria de Planejamento, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e outros órgãos governamentais interessados, o Itamaraty coordenou as atividades brasileiras relacionadas com a UNESCO.

DIVULGAÇÃO

A Divisão de Divulgação, criada em 1978, tem como uma de suas atribuições precípuas formular e executar um programa anual de divulgação do Brasil no exterior. Objetiva-se, assim, através de ação sistemática executada junto aos meios de comunicação social — rádio, cinema, televisão e imprensa escrita — divulgar, de forma equilibrada, a realidade brasileira perante a opinião pública internacional, buscando retificar conceitos errôneos por ventura existentes sobre determinados aspectos dessa realidade e sobretudo preencher vácuos de informação em regiões prioritárias para a atuação diplomática do país.

A Divisão de Divulgação concentrou esforços, em 1978, na implementação de projetos-piloto nas suas áreas prioritárias de atividade (televisão, cinema e rádio) a partir de convênios pré-existentes com instituições nacionais atuantes em tais setores ou com base em acordos de co-produção com outros países.

Foram as seguintes as principais atividades desenvolvidas pelo Itamaraty nessa área.

Países em desenvolvimento

Difusão, nas televisões da América Latina e da África, de documentários produzidos no Brasil sobre temas brasileiros e realização coordenada e operações de divulgação, nesses dois Continentes de

eventos e assuntos brasileiros através de vários meios de comunicação social (televisão, cinema, rádio e imprensa escrita), valendo mencionar em especial:

— filme-documentário, em 16 mm., em cores, sobre a XIV Bienal Internacional de Artes Plásticas, realizada em São Paulo em fins de 1977; produzido pelo MRE e Fundação Padre Anchieta, com base no convênio existente entre o Itamaraty e aquela instituição e distribuído a 22 Postos no Continente americano;

— filme, em 16 mm., em cores, de divulgação da I Bienal Latino-Americana, realizada em São Paulo em novembro de 1978; distribuído e difundido juntamente com o filme-documentário sobre a XIV BISP;

— copiagem pela EMBRAFILME, no contexto de programa de colaboraçãó MEC-Itamaraty (que visa divulgar no exterior assuntos ligados à área de atuação daquele Ministério), de uma série de filmes de longa-metragem sobre temas esportivos; a divulgação da série teve início através da participação brasileira da mostra **Le Ciné-ma et Le Sport**, em Argel.

Programação, coordenação e apoio — com a eventual participação de outras entidades — de visitas ao Brasil de equipes estrangeiras de televisão, cinema e rádio, para a realização de programas informativos sobre eventos e aspectos relevantes da realidade brasileira; vale mencionar, pela repercussão que obtiveram:

— série de emissões especiais sobre o Brasil, em video-cassete, no âmbito do programa "Video-show", pelo canal 11 da televisão argentina; o Itamaraty e a EMBRATUR co-patrocinaram a vinda de uma equipe de 2 jornalistas, que realizaram visita de um mês às principais cidades do país, e cumpriram roteiro predominantemente turístico;

— série de emissões especiais sobre o Brasil no Canal 13 da televisão argentina; o Itamaraty patrocinou visita ao Brasil, por uma semana, de dois cineastas;

Produção de material de divulgação destinada aos meios mais dinâmicos, em apoio a setores prioritários da ação diplomática brasileira, destacando-se o filme-documentário "Tecnologia para uma Sociedade em Desenvolvimento", sobre o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), em 16 mm., em cores, produzido pela Fundação Padre Anchieta, com a contribuição financeira e de consultoria do CNPq, sob a supervisão do MRE. O citado documentário ressalta a contribuição que o Brasil tem a oferecer, na área tecnológica,

a nações em diferentes estágios de desenvolvimento que enfrentam problemas paralelos, derivados de similares condições geoeconômicas.

Países desenvolvidos

Programação, coordenação, estímulo e apoio a projetos especiais de divulgação de temas gerais ou específicos da realidade brasileira, seja em regime de produção exclusiva, seja em co-produção com empresas brasileiras.

Levantamento e seleção, pelos Postos no exterior, dos principais títulos de produções para televisão e cinema sobre temas brasileiros, de eventual interesse para inclusão numa filmoteca básica — com cessão de direitos de dublagem e reprodução para exibição não comercial em outros países — destinada a suprir os Postos no exterior.

Captação de cooperação técnica nos setores de rádio e televisão, com ênfase na área de teleducação.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

Cooperação Multilateral

Na área de cooperação técnica multilateral, teve prosseguimento o II Programa Nacional de Cooperação Técnica com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, num total de 62 projetos com custo externo estimado em 37,8 milhões de dólares. O II PNCT dá enfase aos projetos de caráter científico e tecnológico, que representam 78% do total programado.

Realizou-se, em Buenos Aires, a Conferência das Nações Unidas sobre Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento, que representou a primeira expressão programática no sentido de sensibilizar o Sistema das Nações Unidas para o intercâmbio de conhecimentos tecnológicos com esses países. Como sinal de sua disposição em apoiar a cooperação técnica entre países em desenvolvimento, o Governo brasileiro decidiu fazer uma contribuição voluntária ao PNUD da ordem de 1,6 milhão de dólares para o financiamento de bens e serviços brasileiros a serem utilizados em projetos de cooperação técnica.

Ainda em 1978, foi implementado o primeiro programa oficial de CTPD no Brasil, com a realização da Reunião Técnica Internacional sobre Formação Profissional, patrocinada pelo PNUD e pela

Organização Internacional do Trabalho e tendo como agência executora a Secretaria de Mão-de-Obra do Ministério do Trabalho em colaboração com o SENAI, SENAC e SENAR, a SUBIN/SEPLAN e o Itamaraty.

Intensificou-se a participação brasileira nos programas de cooperação técnica da OEA. Procurou-se identificar mecanismos para o aperfeiçoamento desses programas e destinaram-se recursos, através do I Programa de Cooperação Tripartite, Brasil-OEA—Países Membros, para a implementação de projetos multilaterais no Brasil com vistas à prestação de assistência, principalmente em desenvolvimento regional, a países do Caribe e da América Latina.

No que se refere à UNICEF, com a designação de novo Representante Residente para o Brasil, iniciou-se em 1978 a elaboração do I PNCT/UNICEF.

Cooperação técnica bilateral recebida

Além da negociação com a República Federal da Alemanha do III Programa de Cooperação entre os dois países, foi aprovado oficialmente o I PNCT-Brasil-França, durante a reunião da Comissão Mista de Relações Culturais. Foi negociado com a Itália um conjunto de projetos nos setores de formação profissional (já em fase de implementação), desenvolvimento regional, transporte ferroviário, agroindústria e extensão rural.

Com relação ao Canadá, teve prosseguimento a implementação do VI PNCT, com o início da execução de dez novos projetos nas áreas do desenvolvimento regional, telecomunicações, energia elétrica, agricultura, pesca e educação.

No que se refere ao Japão, buscou-se disciplinar a cooperação técnica recebida para áreas de maior interesse, obter o aumento dos recursos financeiros para essa cooperação e a elevação de seu conteúdo tecnológico bem como obter integração mais estreita com o sistema brasileiro de coordenação da cooperação técnica internacional. Foram apresentados ao Governo japonês, em 1978, 26 projetos nas áreas de ciência e tecnologia, agricultura, educação e pesca, entre outras.

Igualmente importante foi a conclusão de projetos inciados com a Grã-Bretanha em 1976 e 1977, no âmbito do II PNCT, bem

como o desenvolvimento de projetos nas áreas de prospecção, lavra e processamento de fosfato, energia solar e tecnologia industrial com a Espanha.

Com a Bélgica e os Países Baixos foram implementados programas de treinamento de brasileiros, principalmente nos setores de irrigação, drenagem e agricultura.

Cooperação bilateral prestada

Em 1978, o Brasil consolidou sua posição de prestador de cooperação técnica, através da intensificação e aperfeiçoamento de programas com os países em desenvolvimento. A América Latina e a África continuaram a ser consideradas áreas prioritárias, embora se tenham iniciado atividades de cooperação com os países árabes e asiáticos, principalmente no campo da formação profissional, onde foram formulados diversos convites para participação em cursos e seminários no Brasil.

A cooperação técnica com a América Latina expandiu-se de forma acentuada, destacando-se a assistência técnica ao Paraguai, Bolívia, Chile, Peru e Guiana, desenvolvida através de projetos em diversas áreas como saneamento básico, utilização do álcool como combustível automotor, integração e desenvolvimento municipal e formação profissional, além de programas de grande amplitude como o de cooperação da Subcomissão Mista Brasileiro — Peruana para a Amazônia e o "Programa de Água para o Chaco".

Tiveram continuidade os programas de cooperação com a Colômbia, Equador, Venezuela e Uruguai em setores como o das indústrias têxtil e química, da medicina, da engenharia de produção, e hidrologia, através do oferecimento de estágios e bolsas no Brasil, envio e recebimento de missões técnicas e intercmabio de informações. Na área da América Central, tomou impulso a cooperação técnica com a Costa Rica, após a realização da segunda Reunião da Comissão Mista Brasil-Costa Rica em abril. Na mesma região, teve prosseguimento a assistência não só à Guatemala, no âmbito do programa de reconstrução, e principalmente na área agrícola, como também outros países da região.

O ano de 1978 marcou, ainda, o início da cooperação técnica com países do Caribe, ressaltando-se o envio de missão técnica a Trinidad e Tobago, no campo da pesca, o envio de missão à Jamaica no setor cefeeiro e o estudo de eventual cooperação com o Hai-

ti, também na área agrícola.

A cooperação técnica com a África foi particularmente intensa com os países de expressão portuguesa e com a Nigéria. Com os primeiros a cooperação tomou a forma de programas de concessão de bolsas-de-estudo (cerca de cem), de doação de medicamentos e material técnico-científico, e de envio missões de curta duração àqueles países. Especialmente significativos foram os programas integrados que se implementaram nas áreas da pesca, administração municipal, formação profissional, saúde, marinha mercante e agricultura, com a doação de laboratórios de solo e patologia animal a Cabo Verde e Guiné-Bissau. Iniciaram-se amplos programas com a Nigéria na área de ensino profissional e do ensino e pesquisa em arquitetura e urbanismo.

Podem ser mencionadas, ainda, as atividades de cooperação com o Senegal em agricultura, agroindústria e irrigação; com o Zaire, em telecomunicações; e com o Gabão e Gana em formação de recursos humanos.

Ademais, o Brasil ofereceu a representantes dos países latino-americanos e africanos cerca de 40 cursos e seminários programados em diversas áreas prioritárias para o desenvolvimento.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Consolidou-se a implantação do Sistema de Informação Científica e Tecnológica do Exterior (SICTEX), de que se beneficiam por órgãos públicos, empresas privadas e estatais, Universidades e institutos de pesquisa.

Operado pela Secretaria de Estado e integrado pelas Embaixadas do Brasil em Buenos Aires, Camberra, Ottawa, Washington, Paris, Londres, Tóquio e Bonn, o SICTEX está precipuamente orientado para a obtenção das informações que não possam ser obtidas, no país ou no exterior, através dos canais normais.

As entidades brasileiras podem, assim, mediante solicitação específica, obter levantamentos bibliográficos, relatórios de pesquisas, documentos, especializados, dados sobre instituições etc., além de receberem, em caráter regular, informações científicas de natureza diversificada.

No correr de 1978, segundo ano de efetivo funcionamento do sistema, foram atendidas cerca de mil consultas, das quais resultou o envio de 3.800 informações ou documentos, além da remessa aos

usuários de um total de quase 12.000 publicações sobre assuntos de interesse permanente.

No campo da cooperação bilateral, foram igualmente intensas as atividades na área de ciência e tecnologia, com vistas a desenvolver, com alguns países selecionados, programas de interesse de setores prioritários da economia brasileira. Merecem registro os entendimentos mantidos com a França e que culminaram com a celebração, por ocasião da visita ao Brasil do Presidente Giscard d'Estaing, de Acordo de Cooperação Tecnológica Industrial, que estabelece as bases de importantes programas naquele setor.

Realizou-se em Brasília, em outubro de 1978, a VIII Reunião da Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Científica e Tecnológica, ocasião em que foram discutidos aspectos realcionados com a execução do Acordo Geral de Cooperação nos Setores de Pesquisa Científica e Desenvolvimento Tecnológico, assinado em Bonn, em junho de 1969.

Com base naquele documento, haviam sido concluídos até o final de 1978 dez convênios complementares entre entidades alemãs e órgãos como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Centro Técnico Aeroespacial de Aeronáutica (CTA), NUCLEBRÁS, Diretoria de Hidrografia e Navegação do Ministério da Marinha (DHN), Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e Secretaria de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e do Comércio (STI), estabelecendo a cooperação nos mais diversos campos, da pesquisa nuclear à oceanografia, da investigação aeronáutica e espacial ao intercâmbio de cientistas e professores universitários.

No que se refere à cooperação científica e tecnológica multilateral, iniciou-se a preparação da posição brasileira à Conferência das Nações Unidas sobre Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento, programada para agosto de 1979 em Viena.

No âmbito da UNESCO, realizaram-se diversas reuniões sobre direitos do autor, que tiveram também o patrocínio da Organização Mundial da Propriedade Industrial (OMPI), tendo cabido ao Itamaraty, em colaboração com os órgãos competentes do Ministério da Educação e Cultura, coordenar a posição brasileira em relação aos temas examinados e, em especial, aos problemas jurídicos decorrentes da utilização de novas técnicas de transmissão, como TV por cabo.

ASSUNTOS CONSULARES
E JURÍDICOS

IMIGRAÇÃO

Além dos pedidos de visto submetidos à apreciação da Secretaria de Estado pelas Missões diplomáticas e Repartições consulares brasileiras no exterior, foram processados em 1978 aproximadamente 1.200 pedidos de mão-de-obra estrangeira, encaminhados pela Coordenadoria de Emprego e Salário do Ministério do Trabalho e pelo Departamento de Projetos e Operações do Instituto de Colonização e de Reforma Agrária do Ministério da Agricultura.

As cifras relativas a pedidos de permanência concedidos indicaram uma redução nos fluxos de imigração para o Brasil, tendo-se registrado apenas 5.297 pedidos de permanência, contra cifras substancialmente maiores nos anos anteriores.

Quanto à imigração propiciada pelo CIME, verificou-se acentuada queda nos fluxos de mão-de-obra para o Brasil. Israel, Austrália, Canadá e Venezuela pareceram exercer em 1978 maior atração sobre os imigrantes. Tal queda não constitui, porém, um fato negativo, já que passaram a prevalecer critérios qualitativos na política imigratória brasileira.

Entre outras atividades nessa área desenvolvidas pelo MRE em 1978 cumpre mencionar a participação no Grupo Interministerial Informal sobre imigração, integrado também por representantes dos Ministérios da Justiça e do Trabalho e que realizou profícuo trabalho de assessoramento das Chefias superiores, com prioridade para as seguintes questões: a) interpretação, à luz das diretrizes

constantes da Exposição de Motivos nº 12/76, das normas legais existentes sobre imigração; b) elaboração de subsídios relevantes para a execução de uma política imigratória coerente e coordenada.

Autorizações de Permanência Concedidas a Estrangeiros, segundo o país de nacionalidade

PAÍS DE NACIONALIDADE	PERMANÊNCIAS CONCEDIDAS	
	1977	1978
Alemanha Ocidental	137	66
Argentina	900	182
Bolívia	197	67
Chile	1 035	416
China	52	25
Colômbia	47	17
Coréia	42	23
Espanha	153	80
Estados Unidos	275	81
França	207	74
Grécia	27	—
Holanda	50	32
Israel	60	28
Itália	296	174
Japão	493	256
Líbano	359	84
México	18	—
Paraguai	66	22
Peru	105	33
Portugal	7 205	3 266
Reino Unido	147	56
Síria	24	—
Suíça	50	16
Uruguai	296	139
Outros	254	160
TOTAL	12 495	5 297

O Grupo Interministerial decidiu, outrossim, propor, em relação aos requisitos alternativos para a imigração permanente (quando os interessados não exerçam nenhuma das profissões relacionadas na lista elaborada pelo Ministério do Trabalho):

a) a elevação do capital a ser transferido ao Brasil pelos candidatos, de 25.000 dólares para 200.000 dólares, posteriormente reduzido para 100.000 dólares;

b) a supressão e a modificação de grande parte das instruções constantes da Circular Postal 5000/64.

Vistos

Em dezembro de 1978, entrou em vigor o Decreto 82.307, que introduziu na legislação brasileira o critério da reciprocidade de tratamento na concessão de vistos, como norma a ser aplicada pelo Serviço Consular brasileiro no exterior.

No Brasil, o ingresso de estrangeiros, segundo o ordenamento jurídico então vigente (Decreto-Lei nº 941 de 13.02.69 e Decreto 66.689, de 11.07.70, que regulamentava o anterior), estava condicionado por dois princípios fundamentais:

a) o princípio dos interesses do Brasil nas relações com o país de origem dos interessados; e

b) o princípio de tratamento diferente em função da atividade que o indivíduo viesse a exercer.

O controle da implementação desses dois princípios se efetuava através da concessão de vistos pelo Ministério das Relações Exteriores (Art. 3º do Decreto-Lei nº 241 e Art. 4º do Decreto referido).

O princípio dos interesses relativos do Brasil se manifestava no Decreto-Lei 941, em particular no Art. 1º, § 1º, que dispensava os cidadãos portugueses de exigências para a obtenção do visto permanente; no Art. 11, que possibilitava dispensar o visto de turista a nacionais de países do Continente americano com os quais o Brasil mantivesse relações diplomáticas; e nos parágrafos 1º e 2º deste mesmo artigo, que estendiam essa possibilidade a outros países, que concedessem aos brasileiros idêntico tratamento. Além disso, o Art. 26 permitia a entrada e livre circulação, apenas com documento de identidade, nacionais dos países limítrofes, nos municípios fronteiriços, inclusive para exercer atividade remunerada.

Os brasileiros para viajarem, como turistas, por exemplo, aos EUA, Venezuela ou países centro-americanos, necessitavam de visto, ao passo que os nacionais desses países, por não haver exigência de reciprocidade sem nossa legislação, gozavam de isenção para ao Brasil. Admitia-se, ainda, que a isenção de visto se estenderia automaticamente aos nacionais de outros países americanos que se tornassem independentes ou que viessem a estabelecer relações diplomáticas com o Brasil; e por acordo bilateral ou por decisão do Poder Executivo, a nacionais de outros países.

O Decreto 82.307/78 veio assim corrigir distorções ao introduzir o princípio da reciprocidade de tratamento quanto a concessão de vistos.

Outro fato de destaque foi a introdução do novc Formulário padronizado para a concessão de vistos decorrente da implantação das normas previstas no Decreto 82.307/78.

ASSUNTOS CONSULARES

Em 1978, o MRE recolheu ao Tesouro Nacional o total de Cr$ 37.788.110,65, de emolumentos consulares, e encerrou o exercício com um estoque de estampilhas de 2.148.950 cruzeiros-ouro.

Não houve alterações na rede consular do Brasil, concentrando-se as tarefas, de modo especial, no desenvolvimento das operações dos Consulados de fronteiras, dentro da sistemática do Grupo de Coordenação de Atividades Consulares Fronteiriças. Foram instalados os Subgrupos no Uruguai, Paraguai e Argentina, iniciando-se o levantamento dos níveis e condições de presença de brasileiros nas regiões fronteiriças vizinhas.

Na assistência a brasileiros, teve realce a operação de repatriação de grande número de mulheres e crianças que se encontravam na Nicarágua, por ocasião do agravamento da situação política naquele país.

Na rede consular estrangeira, não ocorreram alterações significativas.

Extradição

Foram feitos pedidos de extradição a dois Estados estrangeiros (Suíça e Uruguai) e recebidos 22, a saber, 5 da República Federal da Alemanha, 4 de Portugal, 2 da Argentina e da Itália, um da Áustria, da Bélgica, do Canadá, da Espanha, dos Estados Unidos da América, da França, de Israel, do Líbano e da Polônia.

Cartas Rogatórias

Foram encaminhadas ao exterior 189 Cartas Rogatórias expedidas pela Justiça brasileira, das quais 25 destinaram-se a Portugal, 22 ao Uruguai, 21 ao Paraguai, 19 à Argentina e aos Estados Unidos da América, 12 à Itália, 10 à República Federal da Alemanha, 9 à França e ao Reino Unido, 7 ao Chile e à Espanha, 4 ao Peru e à Venezuela, 3 ao Líbano e à Bolívia, 2 ao Japão, ao México e aos Países Baixos e uma à África do Sul, à República Democrática Alemã, à Colômbia, ao Equador, à Guatemala, a Israel, ao Luxemburgo, ao Panamá e à Suécia.

Foram encaminhadas ao Supremo Tribunal Federal 152 Cartas Rogatórias, sendo 51 procedentes da República Federal da Alemanha, 27 de Portugal, 22 da Argentina, 16 do Japão, 13 da França, 9 do Uruguai, 6 da Suíça, 4 da África do Sul, e uma das Áustria, do Chile, da Espanha e do Reino Unido.

A respeito das Cartas Rogatórias expedidas pelas Justiças do Brasil, cumpre consignar que, tendo sido devolvida uma Carta Rogatória remetida pela Embaixada do Brasil em Islamabad ao Ministério dos Negócios Estrangeiros do Paquistão, com a informação de que aquele país só cumpria Cartas Rogatórias oriundas de Estados a que o ligasse ato internacional sobre a matéria, foi sugerida e aprovada pelo Ministério a negociação de tratado sobre o assunto.

Cartas de Sentença

Foram encaminhadas ao exterior seis Cartas de Sentença, sendo 2 a Portugal e uma à República Federal da Alemanha, à República Democrática Alemã, ao Chile e à Suíça.

Foi encaminhada ao Supremo Tribunal Federal uma Carta de Sentença recebida da Justiça argentina.

Enumeram-se a seguir os países com os quais o Brasil celebrou atos bilaterais em 1978 bem como os títulos dos instrumentos celebrados.

Alemanha, República Democrática da

— Ata Final da II Reunião da Comissão Mista Brasil — RDA. Assinada em Brasília a 07 de abril de 1978.

Alemanha, República Federal da

— Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 30/11/1963, sobre "Técnica de Engenharia de Sistemas".
Celebrado em Brasília, por troca de notas, a 23/02/1978.
— Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 30/11/1963, sobre "Técnica de Engenharia Elétrica".
Celebrado em Brasília, por troca de notas, a 23/2/1978.
— Declaração Conjunta
Assinada em Bonn, a 10/3/78.
— Ajuste entre o Ministério das Minas e Energia e o Ministério do Interior da RFA sobre o Intercâmbio de Informações Técnicas e Cooperação no Campo da Segurança das Instalações Nucleares.
Celebrado em Bonn, a 10/3/78.
— Convênio Especial entre a Comissão Nacional de Energia Nuclear e o Centro de Pesquisa Nuclear de Karlsruhe Ltda. Sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear.
Celebrado em Bonn, a 08/3/78.
— Convênio Especial entre a Secretaria de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e do Comércio e o Centro de Pesquisas Nucleares da Jülich.
Celebrado em Bonn, a 08/3/78.
— Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/1963, sobre o Envio de um Consultor de Irrigação.
Celebrado em Brasília, por troca de notas, a 30/6/1978.
— Ajuste sobre Tecnologia do Carvão.
Celebrado em Brasília, por torca de notas, a 20/7/1978.

— Ajuste sobre Sistemas de Normalização.
Celebrado em Brasília, por troca de notas, a 20/7/1978.

— Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/1963, relativo à Prorrogação do Convênio entre a Universidade Federal do Paraná e a Universidade de Albert Ludwig, de Friburgo.
Celebrado em Brasília, por troca de notas, a 10/8/1978.

— Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/1963, relativo ao Apoio ao Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) na Implementação do Planejamento Integrado de Recursos Hídricos em Território Brasileiro.
Celebrado em Brasília, por troca de notas, a 31/8/1978.

— Acordo, por torca de notas, entre os Governos da República Federativa do Brasil, da República Federal da Alemanha, do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e do Reino dos Países Baixos, estes como Partes do Acordo Tripartite de 04/3/70, relativo ao Processo de Centrifugação Gasosa para Produzir Urânio Enriquecido, sobre Fornecimento de Urânio Enriquecido ao Brasil.
Celebrado em Brasília, por troca de notas, a 1º/9/1978.

— Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/1963, relativo ao Ajuste sobre Geofísica na Universidade Federal do Pará.
Celebrado em Brasília, por troca de notas, a 13/9/1978.

— Ata Final da V Sessão da Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Econômica.
Celebrado em Brasília, a 31/10/1978.

Austrália

— Acordo Comercial
Celebrado em Camberra a 23/2/1978.

Barbados

— Acordo sobre Empeendimentos Conjuntos no Setor da Pesca.
Celebrado em Brasília, a 15/2/1978.

Bolívia

— Acordo sobre a Instalação e o Funcionamento, na Cidade do Rio de Janeiro, de um Escritório de **Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos.**

Celebrado em Brasília, a 16/2/1978.

— Protocolo Adicional ao Convênio de Assistência Recíproca para a Repressão do Tráfico Ilícito de Drogas que produzem dependência, concluído em Brasília, a 17/8/1977.

Celebrado em La Paz, a 27/7/1978.

— Troca de Notas que Institui a Comissão Mista **"Ad Hoc"** Brasileiro-Boliviana para a Elaboração de Estudos Visando à Recuperação do Canal de Tamengo.

Celebrada em La Paz, a 19/7/1978.

— Ata da Segunda Reunião da Comissão Administradora do Fundo de Desenvolvimento Previsto pelo Protocolo Adicional ao Tratado sobre Vinculação Ferroviária de 25/2/1978, realizada em Santa Cruz de La Sierra, nos dias 25 e 26 de outubro de 1978.

Assinada em Santa Cruz de La Sierra, a 26/10/1978.

— Acordo, por troca de notas, colocando em vigor as Decisões contidas na Ata Final das Conversações Informais entre Autoridades Aeronáuticas Brasileiras e bolivianas assinada em 14/7/1977.

Celebrado em Brasília, 10/11/1978.

Bulgária

— Protocolo de Cooperação Econômica, Financeira e Comercial.

Celebrado em Sófia, a 12/7/1978.

Canadá

— Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica Brasil Canadá sobre o Projeto Piauí, de Desenvolviemnto Comunitário Integrado.

Celebrado em Brasília, por troca de notas, a 28/2/1978.

— Ajuste Complementar ao Acordo de Empréstimo de 1977, relativo à Cooperação Técnica para a Implantação e Operação do

Centro de Pesquisas de Energia Elétrica.
Celebrado em Brasília, a 08/8/1978.
— Ajuste Complementar ao Acordo de Empréstimo de 1977, relativo à Cooperação Técnica para o Desenvolvimento de Recursos Humanos das Empresas Brasileiras de Energia Elétrica.
Celebrado em Brasília, a 08/8/1978.
— Ajuste Complementar Relativo à Cooperação Técnica com o Laboratório de Ciência Marinhas (LABOMAR) da Universidade Federal do Ceará, em Fortaleza , na Área de Pesquisa de Pesca.
Celebrado em Brasília, a 06/9/1978, por troca de notas.
— Ajuste Complementar relativo à Cooperação Técnica com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária no Campo da Pesquisa do Trigo.
Celebrado em Brasília, por troca de notas, a 06/9/1978.
— Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, de 02/4/75, relativo à Cooperação Técnica com a Universidade Federal da Bahia para Cursos de Pós-Graduação no Campo da Exploração Mineral e Cursos de Graduação no Campo da Engenharia de Minas.
Celebrado em Brasília, por troca de notas, a 06/9/1978.
— Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, de 02/4/75, relativo à Cooperação Técnica com a Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia no Campo de Política de Desenvolvimento Florestal.
Celebrado em Brasília, por troca de notas, a 06/9/1978.
— Ajuste Complementar Relativo à Cooperação Técnica com a Universidade Federal de Pernambuco e a Universidade Federal Rural de Pernambuco no Campo da Ciência dos Solos.
Celebrado em Brasília, por troca de notas, a 06/9/1978.
— Ajuste Complementar relativo à Cooperação Técnica com a Divisão de Inspeção do Pescado e de Produtos de Pesca, do Departanto Nacional de Inspeção de Produtos de Origem Animal do Ministério da Agricultura, na área da Inspeção do Pescado.
Celebrado em Brasília, por troca de notas, a 06/9/1978.
— Ajuste Complementar relativo à Cooperação Técnica com a Secretaria Executiva da Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Plenejamento Urbano, na Área de Planejamento Urbano e Metropolitano.
Celebrado em Brasília, por troca de notas, a 06/9/1978.
— Ajuste Complementar ao Acordo de Empréstimo de 13 de

janeiro de 1977, relativo à Cooperação Técnica sobre Capacitação de Pessoal do Setor de Comunicações.

Celebrado em Brasília, por troca de notas, a 06/11/1978.

— Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, de 02/4/1975, relativo à Cooperação Técnica com a Universidade Estual de Campinas no Campo de Tecnologia de Alimentos e da Engenharia Agrícola.

Celebrado em Brasília, por troca de notas, a 14/11/1978.

— Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 02/4/1975, relativo à Cooperação Técnica com a Universidade Federal de Viçosa, no Campo da Ciência Florestal.

Celebrado em Brasília, por troca de notas, a 09/11/1978.

— Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 02/4/1975, relativo à Cooperação Técnica com o Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (IRDEB) e o Programa Nacional de Televisão Educativa (PRONTEL) no Campo da Tecnologia Educacional.

Celebrado em Brasília, por troca de notas, 09/11/1978.

China, República Popular da

— Acordo Comercial

Celebrado em Pequim, a 07/1/1978.

Costa Rica

— Ata Final da Segunda Reunião da Comissão Mista Brasil-Costa Rica.

Assinada em Brasília, 05/4/1978.

França

— Ata Final da Primeira Reunião da Comissão Econômica Franco-Brasileira da Indústria e Comércio.

Assinada em Brasília, a 1º/9/1978.

— Declaração de Intenção.

Assinada em Brasília, a 03/10/1978.

— Acordo Básico de Cooperação Interuniversitária

Celebrado em Brasília, a 05/10/1978.

— Declaração Conjunta

Assinada em Brasília, a 05/10/1978.

— Acordo, por troca de notas, sobre a Gratuidade Parcial da Excecução das Cartas Rogatórias em matéria Penal.

Celebrada em Brasília, a 05/10/1978.

— Acordo de Cooperação Tecnológia Industrial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa.

Celebrado em Brasília, 05/10/1978.

— Troca de Cartas para a Implementação do Acordo Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa no Campo da Energia Solar e outras Formas Não-Convencionais de Energia.

Celebrada em Brasília, a 05/10/1978.

Grã-Bretanha

— Acordo, por troca de notas, entre os Governos da República Federativa do Brasil, da República Federal da Alemanha, do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e do Reino dos Países Baixos, estes como Partes do Acordo Tripartite de 04 de março de 1970, relativo ao Processo de Centrifucação Gasosa para Produzir Urânio Enriquecido, sobre Fornecimento de Urânio Enriquecido ao Brasil.

Celebrado em Brasília, por troca de notas, 1º/9/1978.

Guiné-Bissau

— Acordo de Comércio

Celebrado em Brasília, a 18/5/1978.

— Acordo de Cooperação Técnica e Científica.

Celebrado em Brasília, a 18/5/1978.

— Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio.

Celebrado em Brasília, a 18/5/1978.

— Declaração Conjunta.

Assinada em Brasília, a 18/5/1978.

Hungria

— Ata Final da V Reunião da Comissão Mista Brasil-Hungria.

Assinada em Brasília, a 26/9/1978.

Itália

— Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda e Protocolo Adicional.

Celebrada em Roma, a 03/10/1978.

Líbia

— Acordo Básico de Cooperação.
Celebrado em Brasília, a 30/6/1978.
— Acordo de Cooperação Técnico-Científica e Tecnológica.
Celebrado em Brasília, a 30/6/1979.
— Ata Final das Reuniões Brasil-Líbia.
Assinada em Brasília, a 30/6/1978.

Luxemburgo

— Convenção para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Capital.

Celebrada no Grão-Ducado de Luxemburgo, a 08/11/1978.

México

— Convênio de Amizade e Cooperação.
Celebrado na Cidade do México, a 18/1/1978.
— Acordo Básico de Cooperação Industrial.
Celebrado na Cidade do México, a 18/1/1978.
— Acordo sobre Sanidade Animal.
Celebrado na Cidade do México, a 18/1/1978.
— Declaração Conjunta dos Presidentes do Brasil e do México.
Assinada na Cidade do México, a 18/1/1978.
— Convênio Complementar ao Acordo do qual se criou a Comissão Mista Brasil-México. (COMBRAMEX), entre o CONSIDER, do Brasil, e a CCIS, do México.
Celebrado na Cidade do México, a 18/11/1978.

Noruega

— Acordo sobre Comércio e Cooperação Econômica, Industrial e Técnica.

Celebrado em Brasília, a 05/4/1978.

Países Baixos

— Acordo por troca de notas, entre os Governos da República Federatica do Brasil, da República Federal da Alemanha, do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e do Reino dos Países Baixos, estes como Partes do Acordo Tripartite de 04 de março de 1970, relativo ao Processo de Centrifugação Gasosa para produzir Urânio Enriquecido, sobre o Fornecimento de Urânio Enriquecido ao Brasil.

Celebrado em Brasília, a 1º/9/1978.

Paraguai

— Troca de notas formalizando os Entendimentos entre a EMBRATEL e a ANTELCO para que a Empresa Brasileira passe a representar a Paraguaia na Junta de Governadores da INTELSAT.

Celebrada em Brasília, a 15/2/1978.

— Acordo, por troca de notas, que instala a Comissão Geral de Cooperação e Coordenação Brasileiro-Paraguaia.

Celebrado em Brasília, a 15/2/1978.

— Acordo, por troca de notas, que coloca em vigor a Ata Final da XXX Conferência da Comissão Mista de Limites e de Caracterização da Fronteira Brasileiro-Paraguaia

Celebrado em Brasília, a 15/2/1978.

Polônia

— Protocolo Complementar ao Protocolo de Expansão do Comércio e da Cooperação Econômica para os Anos 1976/1980.

Clebrado em Brasília, a 05/5/1978.

— Protocolo de Cooperação Econômica, Financeira e Comercial.

Celebrado em Varsóvia, a 04/7/1978.

Portugal

— Ata das Negociações Luso-Brasileiras no Domínio dos Transportes Marítimos.

Assinada em Lisboa, a 05/5/1978.

— Ata da Quarta Reunião do Grupo de Contato Intergovernamental Brasil-Portugal para Exame das Questões relacionadas com Investimentos Recíprocos (e anexos).

Assinada em Brasília, a 17/5/1978.

— Comunicado Conjunto dos Presidentes do Brasil e Portugal.

Celebrado em Brasília, a 23/5/1978.

— Acordo sobre Transporte e Navegação Marítimo.

Celebrado em Brasília, a 23/5/1978.

— Acordo, por troca de notas, relativo à IV Reunião de Consulta Aeronáutica Brasil -Portugal.

Celebrado em Brasília, a 23/5/1978.

— Acordo, por troca de notas, relativo à IV Reunião de Con-Conclusões do Grupo de Contato Intergovernamental Brasil-Portugal sobre Investimentos Recíprocos.

Celebrado em Brasília, a 23/5/1978.

— Ata Final da Quinta Reunião do Grupo de Contato Intergovernamental para Exame das Questões relacionadas com Investimentos Recíprocos.

Assinada em Lisboa, a 30/6/1978.

Suíça

— Ajuste Modificativo dos Incisos 1 2 2 do Anexos a do Acordo Transportes Aéreos, de 16 de maio de 1968.

Celebrado em Brasília, por troca de notas, a 27/7/1978.

Trinidad e Tobago

— Acordo, por troca de notas, sobre Empreendimentos Conjuntos no Setor da Pesca.

Celebrado em Brasília, a 08/5/1978.

União Soviética

— Ajuste Complementar ao Acordo sobre o Fornecimento de Maquinaria e Equipamentos da URSS ao Brasil e sobre Fornecimento de mercadorias Brasileiras à URSS, de 23/3/75.

Celebrado em Brasília, por troca de notas, a 26/6/1978.

Uruguai

— Acordo de Previdência Social.
Celebrado em Brasília, a 27/1/1978.

— Ajuste, relativo à Sanidade Animal, Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica, de 12/6/1975.
Celebrado em Montevidéu, por troca de notas, a 27/1/1978.

— Acordo sobre Radioamadorismo.
Celebrado em Montevidéu, por troca de notas, a 27/1/1978.

— Acordo, por troca de notas, que amplia a Lista de Concessões no Âmbito do Protocolo de Expansão Comercial de 12/6/75.
Celebrado em Brasília, a 09/5/1978.

Enumeraram-se a seguir os organismos internacionais com os quais o Brasil celebrou acordos em 1978, bem como os títulos dos atos celebrados.

FAO

— (Programa Mundial de Alimentos) Acordo relativo à Assistência para Educação Nutricional e Alimentação Suplementar a Pré-Escolares e Escolares do Norte do Brasil.
Celebrado em Brasília, a 10/3/1978.

OMPI

— Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização Mundial de Propriedade Intelectual.
Celebrado em Genebra, a 28/9/1978.

PNUD

— Convênio de Apoio Financeiro ao II Programa Nacional de Cooperação Técnica Brasil/PNUD.
Celebrado em Brasília, a 1º/2/1978.

UNESCO

— Convênio entre o Governo da República Federativa do Brasil

e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) para a Criação de um Centro de Recursos Microbiológicos (MIRCEN).
Celebrado em Paris, a 23/2/1978.

UPU

— Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Escritório Internacional da União Postal Universal, para a realização, no Período de 12 de setembro a 25 de outubro de 1979, na Cidade do Rio de Janeiro, do XVIII Congresso da União Postal Universal.
Celebrado em Brasília, 16/3/1978.

Enumeram-se a seguir os atos bilaterais aprovados pelo Legislativo e/ou ratificados e/ou promulgados em 1978.

Alemanha, República Federal da

— Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/1963, sobre "Técnica de Engenharia de Sistemas".
Celebrado em Brasília, por troca de notas, a 23/02/1978.
Entrou em vigor a 23/2/1978.

— Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/1963, sobre "Técnica de Engenharia Elétrica".
Celebrado em Brasília, por troca de notas, 23/2/1978.
Entrou em vigor a 23/2/1978.
— Convênio Especial entre a Comissão Nacional de Energia Nuclear e o Centro de Pesquisa Nuclear de Karlsruhe Ltda., sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear.
Celebrado em Bonn, a 08/3/1978.
Entrou em vigor a 31/5/1978.
Publicado no Diário Oficial de 03/10/1978.
— Convênio Especial entre a Secretaria de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e do Comércio e o Centro de Pesquisas Nucleares de Jülich.
Celebrado em Bonn, a 08/3/1978.
Entrou em vigor a 15/6/1978.
— Ajuste entre o Ministério das Minas e Energia, do Brasil, e o

Ministério do Interior, da República Federal da Alemanha, sobre o Intercâmbio de Informações Técnicas e Cooperação no Campo da Segurança das Instalações Nucleares.

Celebrado em Bonn, a 10/3/1978.

Entrou em vigor a 10/3/1978.

— Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/1963, sobre o Envio de um Consultor de Irrigação.

Celebrado em Brasília, por troca de notas, 30/6/1978.

Entrou em vigor a 30/6/1978.

Publicado no Diário Oficial de 13/7/1978.

— Ajuste sobre Tecnologia de Carvão.

Celebrado em Brasília, por troca de notas, a 20/7/1978.

Entrou em vigor a 20/7/1978.

— Ajuste sobre Sistemas de Normalização.

Celebrado em Brasília, por troca de notas, a 20/7/1978.

Entrou em vigor a 20/7/1978.

Publicado no Diário Oficial de 04/12/1978.

— Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, 30/11/1963, relativo à Prorrogação do Convênio entre a Universidade Federal do Paraná e a Universidade de Albert Ludwig, de Friburgo.

Celebrado em Brasília, por troca de notas, a 10/8/1978.

Entrou em vigor a 10/8/1978.

Publicado no Diário Oficial de 23/10/1978.

— Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/1963, relativo ao Apoio ao Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS) na Implementação do Planejamento Integrado de Recursos Hídricos em Território Brasileiro.

Celebrado em Brasília, por troca de notas, a 31/8/1978.

Entrou em vigor a 31/8/1978.

— Acordo, por troca de notas, entre os Governos da República Federativa do Brasil, da República Federal da Alemanha, do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e do Reino dos Países Baixos, estes como Parte do Acordo Tripartite de 4 de março de 1970, relativo ao Processo de Centrifugação Gasosa para Produzir Urânio Enriquecido, sobre o Fornecimento de Urânio Enriquecido ao Brasil.

Celebrado em Brasília, por troca de notas, 1º/9/1978.

Entrou em vigor a 1º/9/1978.

Publicado no Diário Oficial de 14/9/1978.

— Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/1963, relativo ao Ajuste sobre Geofísica na Universidade Federal do Pará.

Celebrado em Brasília, por troca de notas, a 13/9/1978.

Entrou em vigor a 13/9/1978.

Publicado no Diário Oficial de 25/9/1978.

Austrália

— Acordo Comercial.

Celebrado em Camberra, a 23/2/78.

Aprovado pelo Decreto Legislativo nº 53, de 10/8/78. (Diário Oficial de 11/8/78).

Promulgado pelo decreto nº 82.561, de 1º/11/78.

Publicado no Diário Oficial de 03/11/78.

Barbados

— Acordo sobre Empreendimentos Conjuntos no Setor da Pesca.

Celebrado em Brasília, a 15/2/78.

Entrou em vigor a 11/7/78.

Publicado no Diário Oficial de 09/10/78.

Bolívia

— Acordo sobre Cooperação Sanitária.

Celebrado em Brasília, a 08/6/72.

Aprovado pelo Decreto Legislativo nº 78, de 02/12/72. (Diário Oficial de 04/12/78).

Entrou em vigor a 17/8/77.

Promulgado pelo Decreto nº 82.585, de 06/11/78.

Publicado no Diário Oficial de 07/11/78.

— Convênio de Assistência Recíproca para a Repressão do Tráfico Ilícito de Drogas que Produzem Dependência.

Celebrado em Brasília, a 17/8/77.

Aprovado pelo Decreto Legislativo nº 107, de 25/11/77.

(Diário Oficial de 28/11/77.

Entrou em vigor provisoriamente a 17/8/77 e em vigor definitivamente a 28/4/78.

Promulgado pelo Decreto nº 81.741, de 31/5/78.
Publicado no Diário Oficial de 1º/6/78.

— Acordo sobre a Instalação e o Funciomanto, na Cidade do Rio de Janeiro, de um Escritório de **Yacimientos Petrolíferos Fiscale Bolivianos.**
Celebrado em Brasília, a 16/2/78.
Aprovado pelo Decreto Legislativo nº 52, de 09/8/78, (Diário Oficial de 10/8/78.
Entrou em vigor a 18/8/78.
Promulgado pelo Decreto nº 82.320, de 27/9/78.
Publicado no Díário Oficial de 28/9/78.

— Protocolo Adicional ao Convênio de Assistência Recíproca para a Repressão do Tráfico Ilícito de Drogas que Produzem Dependência.
Celebrado em La Paz, a 27/6/78.
Entrou em vigor a 27/6/78.

— Troca de Notas que institui a Comissão Mista ad-hoc Brasileiro-boliviana para a Elaboração de Estudos Visando à Recuperação do Canal de Tamengo.
Celebrado em La Paz, a 19/7/78.
Entrou em vigor a 19/7/78.

— Acordo, por troca de notas, colocando em Vigor as Decisões Contidas na Ata Final das Conversações Informais entre Autoridades Aeronáuticas Brasileiras e Bolivianas, assinada em 14 de julho de 1977.
Celebrado em Brasília, a 10/11/78.
Entrou em vigor a 10/11/78.
Publicado no Diário Oficial de 25/12/78.

Canadá

— Memorando de Entendimento entre o Ministério da Agricultura do Canadá e o Ministério da Agricultura do Brasil.
Celebrado em Ottawa, a 10/10/77.
Entrou em vigor a 09/1/78.
Publicado no Diário Oficial de 19/1/78.

— Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica Brasil-Canadá, sobre o Projeto Piauí, de desenvolvimento Comunitário Integrado.

Celebrado em Brasília, por troca de notas, a 28/2/78.
Entrou em vigor a 28/2/78.

— Ajuste Complementar ao Acordo de Empréstimo de 1977, relativo à Cooperação Técnica para a Implantação e Operação do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica.

Celebrado em Brasília, por troca de notas, a 08/8/78.
Entrou em vigor a 08/8/78.
Publicado no Diário Oficial de 1º/9/78.

— Ajuste Complementar ao Acordo de Empréstimo de 1977, relativo à Cooperação Técnica sobre o Desenvolvimento de Recursos Humanos das Empresas Brasileiras de Energia Elétrica.

Celebrado em Brasília, por troca de notas, a 08/8/78.
Entrou em vigor a 08/8/78.
Publicado no Diário Oficial de 1º/9/78.

— Ajuste Complementar relativo à Cooperação Técnica com o Laboratório de Ciências Marinhas (LABOMAR) da Universidade Federal do Ceará, em Fortaleza, na Área da Pesquisa de Pesca.

Celebrado em Brasília, por troca de notas, a 06/9/78.
Entrou em vigor a 06/9/78.
Publicado no Diário Oficial de 16/10/78.

— Ajuste Complementar relativo à Cooperação Técnica com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária no Campo da Pesquisa do Trigo.

Celebrado em Brasília, por troca de notas, a 06/9/78.
Entrou em vigor a 06/9/78.
Publicado no Diário Oficial de 16/10/78.

— Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 02/4/1975, relativo à Cooperação Técnica com a Universidade Federal da Bahia para Cursos de Pós-Graduação no Campo da Exploração Mineral e Cursos de Graduação no Campo da Engenharia de Minas.

Celebrado em Brasília, por troca de notas, a 06/9/78.
Entrou em vigor a 06/09/78.

— Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 02/4/1975, relativo à Cooperação Técnica com a Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia no Campo da Política de Desenvolvimento Florestal.
Celebrado em Brasília, por troca de notas, a 06/9/78.
Entrou em vigor a 06/9/78.

— Ajuste Complementar relativo à Cooperação, Técnica com a Universidade Federal de Pernambuco e a Universidade Federal Rural de Pernambuco no Campo da Ciência dos Solos.
Celebrado em Brasília, por troca de notas, a 06/9/78.
Entrou em vigor a 06/9/78.
Publicado no Diário Oficial de 1º/11/78.

— Ajuste Complementar relativo à Cooperação Técnica com a Divisão de Inspeção do Pescado e de Produtos de Pesca, do Departamento Nacional de Inspeção de Produtos de Origem Animal do Ministério da Agricultura, na Área da Inspeção do Pescado.
Celebrado em Brasília, por troca de notas, a 06/9/78.
Entrou em vigor a 06/9/78.
Publicado no Diário Oficial de 01/10/78.

— Ajuste Complementar relativo à Cooperação Técnica com a Secretaria Executiva da Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Planejamento Urbano, na Área de Planejamento Urbano e Metropolitano.
Celebrado em Brasília, por troca de notas, a 6/9/78.
Entrou em vigor a 06/9/78.

— Ajuste Complementar ao Acordo de Empréstimo de 1977, relativo à Cooperação Técnica sobre Capitação de Pessoal do Setor de Comunicações.
Celebrado em Brasília, por troca de notas, a 06/11/78.
Entrou em vigor a 06/11/78.
Publicado no Diário Oficial de 21/11/78.

— Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, de 02/4/1975, relativo à Cooperação Técnica com a Universidade Federal de Viçosa, no Campo da Ciência Florestal.
Celebrado em Brasília, por troca de notas, a 09/11/78.

Entrou em vigor a 09/11/78.
Publicado no Diário Oficial de 29/11/78.

— Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, de 02/4/1975, relativo à Cooperação Técnica com o Instituto de Radiodifusão Educacional da Bahia (IRDEB) — e o Programa Nacional de Televisão Educativa (PROTEL) no Campo da Tecnologia Educacional.
Celebrado em Brasília, por troca de notas, a 09/11/78.
Entrou em vigor a 09/11/78.
Publicado no Diário Oficial de 29/11/78.

— Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, de 02/4/1975, relativo à Cooperação Técnica com a Universidade Estadual de Campinas no Campo da Tecnologia de Alimentos e da Engenharia Agrícola.
Celebrado em Brasília, por troca de notas, a 14/11/78.
Entrou em vigor a 14/11/78.
Publicado no Diário Oficial de 28/11/78.

Chile

— Convênio de Cooperação cultural e Científica.
Celebrado em Brasília, a 23/12/76.
Aprovado pelo Decreto Legislativo nº 59, de 15/7/77. (D.O. de 16/6/77.
Entrou em vigor a 14/12/78.

China, República Popular da

— Acordo Comercial.
Celebrado em Pequim, a 07/1/78.
Aprovado pelo Decreto Legislativo nº 68, de 18/10/78 (D.O. de 19/10/75.
Entrou em vigor provisoriamente a 07/1/78.
Entrou em vigor definitivamente a 22/11/78.

França

— Acordo Básico de Cooperação Inter-Universitária.

Celebrado em Brasília, a 05/10/78.
Entrou em vigor a 05/10/78.
Publicado no Diário Oficial de 03/11/78.

— Acordo, por troca de notas, sobre a Gratuidade Parcial da Execução das Cartas Rogatórias em Matéria Penal.
Celebrado em Brasília, a 05/10/78.
Entrou em vigor a 05/10/78.
Publicado no Diário Oficial de 19/10/78.

— Acordo de Cooperação Tecnológia Industrial.
Celebrado em Brasília, a 05/10/78.
Entrou em vigor a 05/10/78.
Publicado no Diário Oficial de 19/10/78.

— Troca de Cartas para a implementação do Acordo Complementar Brasil-França no Campo da Energia Solar e Outras Formas Não-Convencionais de Energia.
Celebrado em Brasília, a 05/10/78.
Entrou em vigor a 05/10/78.
Publicado no Diário Oficial de 03/11/78.

Grã-Bretanha

— Acordo, por troca de notas, entre os Governos da República Federativa do Brasil, da República Federal da Alemanha, do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e do Reino dos Países Baixos, estes como Partes do Acordo Tripartite de 4 de março de 1970, relativo ao Processo de Centrifugação Gasosa para produzir Urânio Enriquecido, sobre o Fornecimento de Urânio Enriquecido ao Brasil.
Celebrado em Brasília, a 1º/9/78.
Entrou em vigor a 1º/9/78.
Publicado no Diário Oficial 14/9/78.

Guatemala

— Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica.
Celebrado em Brasília, a 16/6/76.
Aprovado pelo Decreto Legislativo nº 77, de 11/10/76 (D.O. de 13/10/76.

Entrou em vigor a 09/10/78.

Iugoslávia

— Acordo de Comércio e Pagamentos.

Celebrado em Brasília, a 08/7/77.

Aprovado pelo Decreto Legislativo nº 108, de 25 de novembro de 1977 (D.O. de 28/11/77).

Entrou em vigor a 23/12/77.

Promulgado pelo Decreto nº 82.438, de 18/10/78.

Publicado no Diário Oficial de 20/10/78.

Japão

— Protocolo que Modifica e Complementa a Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre Rendimentos.

Celebrado em Tóquio, a 23/3/76.

Aprovado pelo Decreto Legislativo nº 69, de 14/9/76.

Entrou em vigor a 29/12/77.

Promulgado pelo Decreto nº 81.194, de 09/1/78.

Publicado no Diário Oficial de 11/1/78.

Libéria

— Acordo Comercial.

Celebrado em Brasília, a 21/11/77.

Aprovado pelo Decreto Legislativo nº 51, de 09/8/78 (D.O. de 10/8/78).

— Entrou em vigor a 28/8/78.

Promulgado pelo Decreto nº 82.586, de 06/11/78.

Publicado no Diário Oficial de 07/11/78.

Marrocos

— Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares.

Celebrado em Brasília, a 30/4/75.

Aprovado pelo Decreto Legislativo nº 86, de 24/10/75 (D.O. de 27/10/1975).

Entrou em vigor a 17/5/78.

México

— Convênio de Amizade e Cooperação.
Celebrado na Cidade do México, a 18/1/78.
Aprovado pelo Decreto Legislativo nº 56, de 17/8/78 (D.O. de 21/8/78).

— Acordo Básico de Cooperação Industrial.
Celebrado na Cidade do México, a 18/1/78.
Aprovado pelo Decreto Legislativo nº 54, de 10/8/78 (D.O. de 11/8/78).

— Acordo sobre Sanidade Animal.
Celebrado na Cidade do México, a 18/1/78.
Entrou em vigor a 18/1/78.
Publicado no Diário Oficial de 10/2/78.

— Convênio Complementar ao Acordo pelo qual se criou a Comissão Mista Brasil-México (COMBRAMEX), entre o CONSIDER, do Brasil e a CCIS, do México.
Celebrado na Cidade do México, a 18/1/78.
Entrou em vigor a 18/1/78.

Noruega

— Acordo sobre Comércio e Cooperação Econômica, Industrial e Técnica.
Celebrado em Brasília, a 05/4/78.
Entrou em vigor a 05/4/78.
Publicado no Diário Oficial de 12/4/78.

Países Baixos

— Acordo, por troca de notas, entre os Governos da República Federativa do Brasil, da República Federal da Alemanha, do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e do Reino dos Países Baixos, estes como Parte do Acordo Tripartite de 4 de março de 1970, relativo ao Processo de Centrifugação Gasosa para produzir

Urânio Enriquecido, sobre o Fornecimento de Urânio Enriquecido ao Brasil.

Celebrado em Brasília, a 1º/9/78.
Entrou em vigor a 1º/9/78.
Publicado no Diário Oficial de 11/9/78.

Paraguai

— Troca de notas que formaliza os Entendimentos entre a EMBRATEL e a ANTELCO para que a Empresa Brasileira passe a representar a Paraguaia na Junta de Governadores da INTELSAT.

Celebrada em Brasília, a 15/2/78.
Entrou em vigor a 15/2/78.
Publicado no Diário Oficial de 27/2/78.

— Acordo, por troca de notas, que instala a Comissão Geral de Cooperação e Coordenação Brasileiro-Paraguaia.

Celebrado em Brasília, a 15/2/78.
Entrou em vigor a 15/2/78.
Publicado no Diário Oficial de 27/2/78.

— Acordo, por troca de notas, que coloca em vigor a Ata Final da XXX Conferência da Comissão Mista de Limites e de Caracterização da Fronteira Brasil-Paraguai.

Entrou em vigor a 15/2/78.

Peru

— Ajuste que reconhece aos Cônsules Peruanos de Carreira no Brasil, com Base no Princípio de Reciprocidade de Tratamento, a Faculdade de Efetuarem Importações com Isenção Aduaneira.

Celebrado em Brasília, por troca de Notas, a 20/10/76.
Entrou em vigor a 20/10/76.
Publicado no Diário Oficial de 28/11/78.

Portugal

— Acordo, por troca de notas, relativo à IV Reunião de Consulta Aeronáutica Brasil-Portugal.

Celebrado em Brasília, a 23/5/78.
Entrou em vigor a 23/5/78.
Publicado no Diário Oficial de 05/6/78.

— Acordo, por troca de notas, relativo ao Cumprimento das Conclusões do Grupo de Contato Intergovernamental Brasil — Portugal sobre Investimentos Recíprocos.
Celebrado em Brasília, a 23/5/78.
Entrou em vigor a 23/5/78.
Publicado no Diário Oficial de 06/6/78.

Suíça

— Ajuste Modificativo dos Incisos 1 e 2 do Anexo A do Acordo sobre Transportes Aéreos, de 16/5/68.
Celebrado em Brasília, por troca de notas, a 27/7/78.
Entrou em vigor a 27/7/78.
Publicado no Diário Oficial de 23/8/78.

Tchecoslováquia

— Acordo de Comércio.
Celebrado em Brasília, a 19/7/77.
Aprovado pelo Decreto Legislativo nº 43, de 24/5/78 (D.O. de 26/5/78).
Entrou em vigor a 05/6/78.
Promulgado pelo Decreto nº 81.897, de 10/6/78.
Publicado no Diário Oficial de 11/6/78.

Trindad e Tobago

— Acordo, por troca de notas, sobre Empreendimentos Conjuntos no Setor da Pesca.
Celebrado em Brasília, a 08/5/78.
Entrou em vigor a 08/5/78.
Publicado no Diário Oficial de 16/5/78.

União Soviética

— Ajuste Complementar ao Apoio sobre o Fornecimento de Maquinaria e Equipamentos da URSS ao Brasil e sobre o Fornecimento de Mercadorias Brasileiras à URSS, de 24/3/75.

Celebrado em Brasília, por troca de notas, a 26/7/78.
Entrou em vigor a 26/6/78.
Publicado no Diário Oficial de 10/7/78.

Uruguai

— Tratado de Cooperação para o Aproveitamento dos Recursos Naturais e o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim (Tratado da Bacia da Lagoa Mirim).
Celebrado em Brasília, a 07/7/77.
Aprovado pelo Decreto Legislativo nº 109, de 25/11/77 (D.O. de 28/11/77).
Entrou em vigor a 27/1/78.
Promulgado pelo Decreto nº 81.351, de 17/2/78.
Publicado no Diário Oficial de 23/2/78.

— Protocolo para o Aproveitamento dos Recursos Hídricos do Trecho Limítrofe do Rio Jaguarão, Anexo ao Tratado da Bacia da Lagoa Mirim (Protocolo do Rio Jaguarão).
Celebrado em Brasília, a 07/7/77.
Aprovado pelo Decreto Legislativo nº 109, de 25/11/77 (D.O. de 28/11/77).
Entrou em vigor a 27 de janeiro de 1978.
Promulgado pelo Decreto nº 81.351, de 17/2/78.
Publicado no Diário Oficial de 23/2/78.

— Acordo de Previdência Social.
Celebrado em Montevidéu, a 27/1/78.
Aprovado pelo Decreto Legislativo nº 67, de 05/10/78 (D.O. de 06/10/78).

— Ajuste, relativo a Sanidade Animal, Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica, de 12/6/75.
Celebrado em Montevidéu, por troca de notas, a 27/1/78.
Entrou em vigor a 27/1/78.
Publicado no Diário Oficial de 17/2/78.

— Acordo sobre Radioamadorismo
Celebrado em Montevidéu, por troca de notas, a 27/1/78.
Entrou em vigor a 27/1/78.

Publicado no Diário Oficial de 17/2/78.
Retificado no Diário Oficial de 02/5/78.

— Acordo, por troca de notas, ampliando a Lista de Concessões no Âmbito do Protocolo de Expansão Comercial de 12/6/75.
Celebrado em Brasília, a 09/5/78.
Entrou em vigor a 09/5/78.

Venezuela

— Convênio de Amizade e Cooperação.
Celebrado em Brasília, a 17/11/77.
Aprovado pelo Decreto Lelislativo nº 48, de 30/6/78 (D.O. de 03/7/78).
Entrou em vigor a 27/11/78.

— Acordo de Assistência Recíproca para a Repressão do Tráfico Ilícito de Drogas que Produzem Dependência.
Celebrado em Brasília, a 17/11/77.
Aprovado pelo Decreto Legislativo nº 58, 31/8/78 (D.O. de 04/9/78).
Entrou em vigor a 27/11/78.

— Acordo Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica, referente à Cooperação em Matéria Sanitária para o Meio Tropical.
Entrou em vigor a 10/4/78.
Publicado no Diário Oficial de 24/4/78.

Enumeram-se abaixo os Acordos assinados com organização internacionais:

Agência Espacial Européia (AEE)

— Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Agência Especial Européia para o Estabelecimento e Utilização de Meios de Rastreamento e de Telemedida a serem instalados em Território Brasileiro.

Celebrado em Brasília, a 20/6/77.
Aprovado pelo Decreto Legislativo nº 64, de 29/9/78 (D.O. de 03/10/78).

— Protocolo relativo à Formação de Pessoal Brasileiro no Campo da Tecnologia de Lançadores.
Celebrado em Brasília, a 19/9/77.
Aprovado pelo Decreto Legsilativo nº 64, de 29/9/78 (D.O. de 03/10/78).

— Protocolo relativo à Instalação de Equipamentos no Campo de Lançamento de Natal e à Utilização dos Meios desse Campo de Lançamento para o Programa do Lançador Ariane.
Celebrado em Brasília, a 19/9/77.
Aprovado pelo Decreto Legislativo nº 64, de 29/9/78 (D.O. de 03/10/78).

FAO

— Acordo relativo à Assistência para Educação Nutricional e Alimentação Suplementar a Pré-Escolares e Escolares do Norte do Brasil.
Celebrado em Brasília, a 10/3/78.
Entrou em vigor a 10/3/78.

PNUD

— Convênio de Apoio Financeiro ao II Programa Nacional de Cooperação Técnica Brasil/PNUD.
Celebrado em Brasília, a 1º/2/78.
Entrou em vigor a 1º/3/78.
Publicado no Diário Oficial de 13/3/78.

UNESCO

— Convênio entre o Governo da República Federativa do Brasil e a UNESCO, para a Criação de um Centro de Recursos Microbiológicos (MIRCEN).
Celebrado em Paris, a 23/2/78.
Entrou em vigor a 23/2/78.

Enumeram-se a seguir os atos multilaterais aprovados pelo Legislativo e/ou ratificados e/ou promulgados em 1978.

Agricultura

— Acordo Constitutivo do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA). Roma, 13/6/76.
Assinado pelo Brasil a 13/4/77.
Aprovado pelo Decreto Legislativo nº 65, de 29/9/78 (D.O. de 13/10/78).
Instrumento de Ratificação depositado na sede da ONU a 02/11/78.

ALALC

— Terceiro Protocolo Adicional ao Ajuste de Complementação nº 10, sobre o Setor de Máquinas de Escritório. (Ampliação do Setor Industrial abrangido pelo Ajuste). Montevidéu, 28/11/77.
Assinado pelo Brasil a 28/11/78.
Decreto nº 81.426, de 06/3/78: dispõe sobre a execução do Protocolo.
Publicado no Diário Oficial de 07/3/78.

— Segundo Protocolo Adicional ao Ajuste de Complementação nº 10, sobre o setor de Máquinas de Escritório. (Revisão do Programa de Liberação e Modificação do artigo 1º do Ajuste). Montevidéu, 28/11/77.
Assinado pelo Brasil a 28/11/77.
Decreto nº 81.420, de 06/3/78: dispõe sobre a execução do Protocolo.
Publicado no Diário Oficial de 07/3/78.

— Quarto Protocolo Adicional ao Ajuste de Complementação nº 21, sobre Produtos da Indústria Química. (Revisão do Programa de Liberação do Ajuste). Montevidéu, 28/11/77.
Assinado pelo Brasil a 28/11/77.
Decreto nº 81.423, de 06/3/78: dispõe sobre a execução do Protocolo.
Publicado no Diário Oficial de 07/3/78.

— Décimo Protocolo Adicional ao Ajuste de Complementação nº 18, sobre Produtos da Indústria Fotográfica. (Revisão do Programa de Liberação e Modificação do artigo 1º do Ajuste). Montevidéu, 28/11/77.

Assinado pelo Brasil a 28/11/77.

— Décimo Segundo Protocolo Adicional ao Ajuste de Complementação nº 18, sobre Produtos da Indústria Fotográfica. (Revisão do Programa de Liberação do Ajuste). Montevidéu, 28/11/77.

Assinado pelo Brasil a 28/11/77.

Decreto nº 81.424, de 06/3/78: dispõe sobre a execução do Protocolo.

Publicado no Diário Oficial de 07/3/78.

— Quinto Protocolo Adicional ao Ajuste de Complementação nº 21, sobre Produtos da Indústria Química. (Ampliação do Setor Industrial Abrangido pelo Ajuste). Montevidéu, 28/11/77.

Assinado pelo Brasil a 28/11/77.

Decreto nº 81.425, de 06/3/78: dispõe sobre a execução do Protocolo.

Publicado no Diário Oficial de 07/3/78.

— Sétimo Protocolo Adicional ao Ajuste de Complementação nº 20, sobre a Indústria de Matéria Corantes e Pigmentos. (Revisão do Programa de Liberação do Ajuste). Montevidéu, 28/11/77.

Assinado pelo Brasil a 28/11/77.

Decreto nº 81.422, de 06/3/78: dispõe sobre a execução do Protocolo.

Publicado no Diário Oficial de 07/3/78.

— Décimo Segundo Protocolo Adicional ao Ajuste de Complementação nº 15, sobre Produtos da Indústria Químico-Farmacêutica Montevidéu, 27/11/78

Assinado pelo Brasil a 27/11/78.

Decreto nº 81.419, de 06/3/78: dispõe sobre a execução do Protocolo.

Publicado no Diário Oficial de 07/3/78.

— Décimo Quarto Protocolo Adicional ao Ajuste de Complementação nº 16, sobre Produtos das Indústrias Químicas Derivadas do Petroléo. Montevidéu, 27/11/78.

Assinado pelo Brasil a 30/11/77.

Decreto nº 81.431, de 07/5/1978: dispõe sobre a execução do Protocolo.

Publicado no Diário Oficial de 08/5/78.

— Ata de Formalização das Negociações Realizadas entre o Brasil e a Bolívia. (Concessões outorgadas pelo Brasil em Favor da Bolívia, Destinadas a Ampliar a Lista de Vantagens Não-Extensivas de que goza esse País). Montevidéu, 13/9/78.

Assinada pelo Brasil a 13/9/78.

— Décimo Terceiro Protocolo Adicional ao Ajuste de Complementação nº 15, sobre Produtos da Indústria Químico-Farmacêutica. Montevidéu, 27/11/78.

Assinado pelo Brasil a 27/11/78.

— Décimo Quarto Protocolo Adicional ao Ajuste de Complementação nº 15, sobre Produtos da Indústria Químico-Farmacêutica. Montevidéu, 27/11/78.

Assinado pelo Brasil a 27/11/78.

— Vigésimo Primeiro Protocolo Adicional ao Ajuste de Complementação nº 16, sobre Produtos das Indústrias Químicas Derivadas do Petróleo. Montevidéu, 27/11/78.

Assinado pelo Brasil a 27/11/78.

— Vigésimo Sétimo Protocolo Adicional ao Ajuste de Complementação nº 16, sobre Produtos das Indústrias Químicas Derivadas de Petróleo. Montevidéu, 27/11/78.

Assinado pelo Brasil a 27/11/78.

— Oitavo Protocolo Adicional ao Ajuste de Complementação nº 20, sobre a Indústria de Matéria Corantes e Pigmentos. Montevidéu, 27/11/78.

Assinado pelo Brasil a 27/11/78.

— Décimo Protocolo Acidicional ao Ajuste de Complementação nº 21, sobre Produtos da Indústria Química. Montevidéu, 27/11/78.

Assinado pelo Brasil a 27/11/78.

— Décimo Primeiro Protocolo Adicional ao Ajuste de Complementação nº 21, sobre Produtos da Indústria Química. Montevidéu, 27/11/78.
Assinado pelo Brasil a 27/11/78.

— Décimo Terceiro Protocolo Adicional ao Ajuste de Complementação nº 18, sobre Produtos da Indústria Fotográfica. Montevidéu, 28/11/78.
Assinado pelo Brasil a 28/11/78.

— Décimo Quinto Protocolo Adicional ao Ajuste de Complementação nº 18, sobre Produtos da Indústria Fotográfica. Montevidéu, 28/11/78.
Assinado pelo Brasil a 28/11/78.

Bacia do Prata

— Ata de Reunião Tripartite entre Brasil, Argentina e Paraguai sobre o Aproveitamento das Hidrelétricas de Itaipu e Corpus. Assunção, 15/3/78.
Assinada pelo Brasil a 15/3/78.

— Ata de Reunião Tripartite entre Brasil, Argentina e Paraguai sobre o Aproveitamento das Hidrelétricas de Itaipu e Corpus. Assunção, 28/4/78.
Assinada pelo Brasil a 28/4/78.

Banco Internacionais

— Novo Texto do Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Internacional. Decorrente da Segunda Emenda proposta ao texto anterior e aprovada pela Junta de Governadores do Fundo Monetário Internacional, através da Resolução nº 31-4.

— Aprovado pelo Decreto Legislativo nº 5, de 05/4/78 (D.O. de 06/4/78).

Cacau

— Acordo Internacional do Cacau, 1975. Genebra, 20/10/75.

Assinado pelo Brasil a 09/6/76.

Aprovado pelo Decreto Legislativo nº 63, de 28/9/78 (D.O. de 03/10/78).

Instrumento de Ratificação depositado em Nova Iorque a 07/11/78.

GATT

— Protocolo de Adesão da Romênia ao Protocolo Relativo às Negociações Comerciais entre Países em Desenvolvimento. Genebra, 10/3/78.

Assinado pelo Brasil a 02/5/78.

Região Amazônica

— Tratado de Cooperação Amazônica. Brasília, 03/7/78.

Aprovado pelo Decreto Legislativo nº 69, de 18/10/78 (D.O. de 19/10/78. Retificado no D.O. de 09/11/78).

Instrumento de Ratificação depositado no Itamaraty a 18/12/78

Navegação Aérea

— Protocolo Relativo a uma Emenda ao Artigo 50 (A) da Convenção sobre Aviação Civil Internacional. Montreal, 16/10/74. Aprovado pelo Decreto Legislativo nº 71, de 29/11/78 (D.O. de 30/11/78).

Navegação Marítima

— Convenção sobre o Regulamento Internacional para Evitar Abalroamentos no Mar, 1972. Londres., 20/10/72.

Assinada pelo Brasil a 23/5/73.

Aprovada pelo Decreto Legislativo 77, de 31/10/74.

Instrumento de ratificação depositado em Londres, na Sede da IMCO, a 26/11/74.

Promulgado pelo Decreto nº 80.068, de 02/8/77.

Publicado no Diário Oficial de 01/9/77.

Retificado pelo Decreto nº 81.638, de 09/5/78.

Republicado no Diário Oficial de 10/5/78.

— Emenda ao Artigo VII da Convenção para Facilitar o Tráfego Marítimo Internacional, 1965, Londres, 19/11/73.

Instrumento de Ratificação depositado em Londres, na Sede da IMCO, a 06/7/78.

— Emendas aos Artigos 10, 16, 17, 18, 20, 28, 31 e 32 da Convenção sobre a Organização Marítima Consultiva Intergovernamental (IMCO). Londres, 17/10/74.

Aprovado pelo Decreto Legislativo nº 51, de 03/6/76 (D.O. de 04/6/76).

Instrumento de Ratificação depositado em Londres, na Sede da IMCO, a 30/7/76.

Promulgado pelo Decreto nº 82.533, de 01/11/78.

Publicado no Diário Oficial de 03/11/78.

— Convenção que institui a Organização Internacional de Telecomunicações Marítimas por Satélite (INMARSAT).

Londres, 03/9/76.

Assinada pelo Brasil a 13/4/78.

— Acordo Operacional sobre a Organização Internacional de Telecomunicações Marítimas por Satélite (INMARSAT).

Londres, 03/9/76.

Assinado pelo Brasil a 13/4/78.

— Resolução A.400 (X). Emendas à Convenção que instituiu a Organização Marítima Consultiva Intergovernamental.

Londres, 17/11/77.

Aprovada pelo Decreto Legislativo nº 74, de 01/12/78 (D.O. de 04/12/78).

Paz e Amizade

— Ata de Reunião dos Representantes dos Países Mediadores que Garantem o Tratado de Paz, Amizade e Limites entre a Bolívia e o Paraguai, firmada em 21/7/38. Buenos Aires, 20/9/78.

Assinado pelo Brasil a 20/9/78.

Privilégios e Imunidades

— Ata Final da Conferência para a Negociação do Protocolo

sobre Privilégios, Isenções e Imunidades da INTELSAT. Washington, 19/5/78.
Assinada pelo Brasil a 19/5/78.

Trigo

— Protocolo para a Quarta Prorrogação da Convenção sobre Comércio de Trigo, 1971. Washington, 26/4/78.
Assinado pelo Brasil a 17/5/78.
Aplicado provisoriamente a partir de 16/6/78.

União Postal Universal

— Convenção Postal Universal. Lausanne, 05/7/74.
Assinada pelo Brasil a 05/7/74.
Aprovada pelo Decreto Legislativo nº 72, de 29/11/78 (D.O. de 30/11/78).

— Segundo Protocolo Adicional à Constituição da União Postal Universal. Lausanne, 05/7/74.
Assinado pelo Brasil a 05/7/74.
Aprovado pelo Decreto Legislativo nº 72, de 29/11/78 (D.O. de 30/11/78).

— Regulamento Geral da União Postal Universal. Lausanne, 05/7/74.
Assinado pelo Brasil a 05/7/74.
Aprovado pelo Decreto Legislativo nº 72, de 29/11/78 (D.O. de 30/11/78).

— Acordo Relativo às Cartas com Valor Declarado. Lausanne, 05/7/74.
Assinado pelo Brasil a 05/7/74.
Aprovado pelo Decreto Legislativo nº 72, de 29/11/78 (D.O. de 30/11/78).

— Acordo Relativo às Encomendas Postais. Lausanne, 05/7/74.
Assinado pelo Brasil a 05/7/74.
Aprovado pelo Decreto Legislativo nº 72, de 29/11/78 (D.O. de 30/11/78).

ADMINISTRAÇÃO

A expansão das atividades de política exterior, decorrente da abertura de novas Repartições Diplomática e Consulares e de uma presença mais intensa do Brasil no cenário internacional, levou a uma ampliação e complexidade crescentes das tarefas de caráter administrativo. Tornou-se, por isso, necessário promover uma modernização e racionalização dos métodos de trabalho, com o objetivo de tornar a administração mais eficiente e menos onerosa.

Foi realizado na área de pessoal um levantamento das rotinas e procedimentos de trabalho para a preparação de um diagnóstico sobre as dificuldades existentes e definição das orientações gerais do projeto de modernização administrativa.

Desenvolveu-se considerável esforço de contenção de gastos, uma vez que a expansão nominal do orçamento do Ministério, em cruzeiros, da ordem de 41%, significou uma redução em termos reais.

No setor do patrimônio, deu-se prosseguimento à aquisição e construção de imóveis no exterior. Foram, ao mesmo tempo, concluídas as obras de construção de quatro blocos de apartamentos na SQS 213 destinados a moradias para funcionários da carreira diplomata, lotados na Secretaria de Estado.

PESSOAL

Dando continuidades ao Projeto de Modernização Administrativa a Divisão do Pessoal, do Departamento Geral de Administração, juntamente com a Coordenadoria Técnica (CTEC), do Departamento de Comunicações e Documentação, procedeu a um levan-

tamento das rotinas e procedimentos relativos à administração de pessoal. O resultado desse trabalho, que abrangeu todas as unidades administrativas, assim como os fluxos de correspondência da Divisão do Pessoal, foi consubstanciado num documento denominado "Levantamento de Dados". Com base nesse diagnóstico, foi possível definir as orientações gerais da modernização e racionalização administrativas da política de pessoal e preparar um anteprojeto de reestruturação da Divisão do Pessoal que, entre outras iniciativas, previa, pela primeira vez, a introdução de bancos de dados para o processamento das informações relativas aos funcionários do Ministério das Relações Exteriores.

ORÇAMENTO E PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

As medidas de redução dos gastos públicos, decorrentes da política de combate à inflação, e a busca de equilíbrio no balanço de pagamentos estão na origem das dificuldades encontradas pelo Ministério das Relações Exteriores na execução orçamentária relativa ao exercício de 1978. Na parte correspondente aos recursos em cruzeiros, a expansão nominal do orçamento, da ordem de 41%, significou sua redução em termos reais; no que toca aos recursos em dólares, o ano orçamentário de 1978 mostrou-se particularmente desfavorável, em razão da queda inesperada do dólar nas principais praças internacionais.

Os recursos orçamentários autorizados, no início do exercício de 1978, elevaram-se a Cr$ 1.939.027.000,00. Esse valor representava menos de 1% do Orçamento do Poder Executivo, que atingiu, nesse exercício, incluindo recursos do Tesouro e de outras fontes, Cr$ 235.950.532.000,00. Foram solicitados e liberados sete pedidos de crédito suplementar, no valor total de Cr$ 181.713.000,00. O orçamento do Ministério, atingiu, assim, em 1978, o total de Cr$ 2.120.740.000,00.

Foram acrescentados ao orçamento propriamente dito Cr$. . . 330.400.000,00 (US$ 20,650,000.00), incluídos em Encargos Gerais da União, para o pagamento da contribuição brasileira aos organismos internacionais.

Em relação às despesas efetuadas no País, foram empenhados durante o exercício Cr$ 607.114.003,86 e inscritos em Restos a Pagar Cr$ 90.057.627,03. No que toca às despesas no exterior, a Divisão do Orçamento atendeu a 3.047 pedidos de autorização de

despesa, no valor de US$ 125,775,715.09.

A Divisão do Orçamento e Programação Financeira elaborou e apresentou à Secretaria de Planejamento a proposta orçamentária do Ministério das Relações Exteriores para 1979, no montante de Cr$ 2.649.345.000,00.

PATRIMÔNIO

Exterior

Teve prosseguimento, em 1978, o plano de aplicação de recursos a aquisição e construção de imóveis no exterior. Foi, assim, adquirida a Residência da Embaixada em Quito e completado o pagamento relativo à compra da Residência da Embaixada em Lisboa. Foram também adquiridos dois lotes contíguos à Residência em Georgetown e uma faixa contígua ao Próprio Nacional em Tóquio.

Conforme previsto, foi iniciada a construção do imóvel que deverá abrigar a Residência e a Chancelaria do Consulado Geral em Puerto Presidente Stroessner.

Secretaria de Estado.

Entrou em fase de acabamento a estrutura do Anexo ao Bloco Administrativo do Ministério das Relações Exteriores. O referido Anexo terá 28.500m^2 de construção, 5 andares e 2 subsolos.

Foram concluídas as obras de construção de quatro blocos, num total de 144 apartamentos, na SQS 213, destinados a moradias para funcionários da carreira de diplomata, lotados na Secretaria de Estado. Tais obras tiveram origem na proposta que foi submetida pelo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, em 26 de março de 1974, ao Senhor Presidente da República.

RELAÇÕES COM O CONGRESSO

Em 1978, o Congresso aprovou 17 acordos internacionais e 22 Mensagens do Executivo que submeteram nomes de Embaixadores. Ressalte-se, em particular, a aprovação da mensagem nº 115 da Presidência da República que alterou a estrutura da categoria funcional do diplomata.

Mensagens aprovadas
(Embaixadores)

Marcos Antonio de Salvo Coimbra para exercer a função de Embaixador junto ao Governo da República Árabe do Egito.
Aprovada em 08.03.78

Vasco Mariz para exercer a função de Embaixador, comulativamente, junto a República de Chipre.
Aprovada em 14.03.78

Ramiro Elysio Saraiva Guerreiro para exercer a função de Embaixador junto a República Francesa.
Aprovada em 15.03.78

Carlos Jacynto de Barros para exercer a função de Embaixador junto ao Reino do Marrocos.
Aprovada em 16.03.78

Frederico Carlos Carnaúba para exercer a função de Embaixador junto ao Governo da República da Coréia.
Aprovada em 30.03.78.

Carlos Alberto Pereira Pinto para exercer a função de Embaixador junto à República Popular da Bulgária.

Aprovada em 30.03.78

Octávio Rainho da Silva Neves para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República da Costa do Marfim.

Aprovada em 19.04.78

Ney Moraes de Mello Mattos para exercer a função de Embaixador junto ao Governo da República do Quênia.

Aprovada em 19.04.78

Carlos dos Santos Veras para exercer a função de Embaixador junto à República Socialista da Romênia.

Aprovada em 19.04.78

Raymundo Nonnato Loyola de Castro para exercer a função de Embaixador junto à República de Guiné Bissau.

Aprovada em 19.04.78

Mário Calábria para exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Governo da República Democrática Alemã.

Aprovada em 18.05.78

Alarico Silveira Junior para exercer a função de Embaixador junto a Organização dos Estados Americanos.

Aprovada em 18.05.78

Paulo da Costa Franco para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador junto ao Reino Hachemita da Jordânia.

Aprovada em 22.06.78

Amaury Bier para exercer a função de Embaixador, cumulativamente, junto ao Governo de Barbados.

Aprovada em 22.06.78

Marcos Henrique Camillo Cortes para exercer a função de Embaixador junto à Comunidade da Austrália.

Aprovada em 21.09.78

Raymundo Nonnato Loyola de Castro para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador junto à República de Cabo Verde.

Aprovada em 21.09.78

Ayrton Gonzales Gil Diegues para exercer a função de Embaixador junto à República do Zaire.

Aprovada em 22.11.78

Amaury Bier para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador junto ao governo de Granada.

Aprovada em 02.12.78

Octávio Rainho da Silva Neves, para, cumulativamente, Exercer a função de Embaixador junto à República de Serra Leoa.

Aprovada em 02.12.78

Antonio Carlos de Abreu e Silva, para exercer a função de Embaixador junto a República da Guatemala.

Aprovada em 02.12.78

Ney Moraes de Mello Mattos, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador junto à República Unida da Tanzânia.

Aprovada em 02.12.78

Ney Moraes de Mello Mattos, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador junto à República da Zâmbia.

Aprovada em 02.12.78

Ney Moraes de Mello Mattos, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador junto a Maurício.

Aprovada em 02.12.78

Acordos e Convênios Aprovados

Acordo de Comércio entre Brasil e Tchecoslováquia, celebrado em Brasília em 19.07.77.

Aprovado em 22.05.78

Convênio de Amizade e Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República da Venezuela, assinado em Brasília, em 17 de novembro de 1977.

Aprovado em 01.07.78

Acordo de Comércio, firmado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Libéria, em Brasília, a 21.11.77.

Aprovada em 10.08.78

Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República da Bolívia sobre a instalação e o funcionamento na cidade do Rio de Janeiro, de um escritório de Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos, celebrado em Brasília, a 16 de fevereiro de 1978.

Aprovado em 10.08.78

Acordo Comercial celebrado em Camberra a 23.02.78 entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália.

Aprovado em 11.08.78

Acordo Básico de Cooperação Industrial, entre os Governos do Brasil e dos Estados Unidos Mexicanos, celebrado na cidade do México a 18 de janeiro de 1978.

Aprovado em 11.08.78.

Convênio de Amizade e Cooperação entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos Mexicanos, concluído na Cidade do México em 18.01.78.

Aprovado em 16.08.78

Convênio de Assistência Recíproca para a repressão do tráfico ilícito de drogas que produzem dependência firmado entre o Brasil e a Venezuela em Brasília, a 17.11.77.

Aprovado em 21.08.78

Acordo constituivo do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola, assinado pelo Brasil a 13.04.77.

Aprovado em 26.09.78

Acordo Internacional do Cacau de 1975, assinado pelo Brasil na sede da Organização das Nações Unidas em Nova York, em 09.06.76.

Aprovado em 19.09.78

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Agência Européia para o Estabelecimento e utilização de Meios de Restreamento e de Telemedida a serem instalados em território brasileiro, celebrado em Brasília a 20.06.78.

Aprovada em 26.09.78

Acordo de Previdência Social, celebrado em Montevidéu a 27 de janeiro de 1978, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai.

Aprovado em 04.10.78

Tratado de Cooperação Amazônica, assinado pelos governos da Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela em Brasília a 23.07.78.

Aprovado em 17.10.78

Acordo Comercial entre Brasil e China, celebrado em Pequim a 07.01.78.

Aprovado em 17.10.78

Emenda do Artigo 50(a) da Convenção sobre Aviação Civil Internacional, adotada pela XXI Assembléia da Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), realizada em Montreal em 1974.

Aprovada em 18.10.78

Atos Finais do Congresso da União Postal Universal do Acordo Relativo às Cartas com valor declarado e do Acordo Relativo às Enco-

mendas Postais, assinados em Lausanne, em 1974.

Aprovado em 18.10.78

Emendas à Convenção da Organização Marítima Consultiva Intergovernamental (OMCI), no seu 10º período de Sessões Ordinárias em Londres.

Aprovadas em 17.11.78

COMUNICAÇÕES E DOCUMENTAÇÃO

No decorrer de 1978, consolidou-se, no quadro do projeto "Modernização do Sistema de Comunicações Internacionais", a utilização de canais arrendados para a expedição e recepção de mensagens telegráficas internacionais. Asseguraram-se, assim, maiores velocidade e confiabilidade ao fluxo telegráfico entre a Secretaria de Estado e os Postos escolhidos para centro de retransmissão no exterior.

Ainda no que respeita às comunicações, expandiu-se a fase experimental do aproveitamento de novos métodos para registro, seleção e distribuição prioritárias de mensagens recebidas. Iniciaram-se, outrossim, os testes do acoplamento desses métodos a outros, com vistas à posterior recuperação da informação veiculada.

No que se refere à documentação, foi ampliado o acervo da Biblioteca da Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

Foi dada continuação aos trabalhos da catalogação do acervo documental do Arquivo Histórico do Itamaraty, localizado na antiga sede do Ministério das Relações Exteriores, no Rio de Janeiro, de maneira a possibilitar a recuperação de sua ampla coleção de documentos, mapas, livros e outros impressos de grande valor histórico.

Paralelamente, prosseguiram os trabalhos de microfilmagem do arquivo da Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

A paulatina constituição do acervo de microfilmes do Itamaraty relaciona-se com a implantação de novos métodos para a guarda e recuperação da informação, no âmbito do projeto "Implantação do Sistema Integrado de Informações".

Ainda em 1978, iniciou-se a constituição e operação experimental do vídeo-sistema, que tem por objetivo propiciar aos funcionários do Ministério em serviço no exterior acesso a informações videogravadas sobre a realidade brasileira, permitindo-lhes constante atualização sobre o País.

No mesmo ano, foram publicados no números 16, 17, 18 e 19 da Resenha de Política Exterior, coletânea dos Principais registros de posição de altas autoridades brasileiras e estrangeiras sobre política internacional, seja bilateral, seja multilateral. Destacam-se, outrossim, dentre as publicações do MRE o "Livro Brasil" (referente a 1977), a edição comentada da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, e a Coleção de Atos Internacionais.

CERIMONIAL

Cartas Credenciais

Em 1978, foram preparadas Cartas acreditando os seguintes Chefes de Missão brasileiros:

— Senhor Raymundo Nonato Loyola de Castro, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, junto à República de Guiné-Bissau.

— Senhor Calos Jacyntho de Barros, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, junto ao Reino do Marrocos.

— Senhor Frederico Carlos Carnaúba, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, junto à República da Coréia.

— Senhor Marcos Antonio de Salvo Coimbra, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, junto à República Árabe do Egito.

— Senhor Paulo da Costa Franco, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, junto ao Reino da Jordânia.

— Senhor Vasco Mariz, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, junto à República de Chipre.

— Senhor Ramiro Elysio Saraiva Guerreiro, no caráter de embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, junto à República Francesa.

— Senhor Octavio Rainho da Silva Neves, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, junto a República da Costa do Marfim.

— Senhor Amaury Bier, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, junto ao Governo de Barbados.

— Senhor Ney Moraes de Mello Mattos, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, junto a República do Quênia.

— Senhor Carlos dos Santos Veras, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, junto à República Socialista da Romênia.

— Senhor Luiz Augusto Pereira Souto Maior, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário junto à República da Irlanda.

— Senhor Mario Calábria, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, junto à República Democrática Alemã.

— Senhor Carlos Alberto Pereira Pinto, no caráter de Embaixador Extraornidário e Plenipotenciário, junto à República Popular da Bulgária.

— Senhor Alarico Silveira Junior, no caráter de Chefe de Missão, junto à Organização dos Estados Americanos.

— Senhor Octavio Rainho da Silva Neves, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, junto à República de Serra Leoa.

— Senhor Octavio Rainho da Silva Neves, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, junto à República Democrática do Sudão.

— Senhor Amaury Bier, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, junto ao Governo de Granada.

— Senhor Ney Moraes de Mello Mattos, no caráter de Embaixador Extraordinário, junto ao Governo de Granada.

— Senhor Ney Moraes de Mello Mattos, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, junto à República de Uganda.

— Senhor Marcos Henrique Camillo Côrtes, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, junto ao Governo da Austrália.

— Senhor Raymundo Nonato Loyola de Castro, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, junto à República de Cabo Verde.

— Senhor Ayrton Gonzalez Gil Dieguez, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, junto à República do Zaire.

— Senhor Ney Moraes de Mello Mattos, no caráter de Embaixa-

dor Extraordinário e Plenipotenciário, juntamente ao Governo de Maurício.

— Senhor Ney Moraes de Mello Mattos, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, junto ao Governo da República de Zâmbia.

— Senhor Ney Moraes de Mello Mattos, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, junto ao Governo da República Unida da Tanzânia.

— Senhor Antônio Carlos de Abreu e Silva, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, junto ao Governo da República da Guatemala.

Cartas Revocatórias

Foram preparadas cartas Revocatórias dos seguintes Chefes de Missão brasileiros:

— Senhor Joayrton Martins Cahú, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, na República de Guiné-Bissau.

— Senhor Everaldo Dayrell de Lima, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, no Reino do Marrrocos.

— Senhor Raymundo Nonato Loyola de Castro, ao caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, na República da Coréia.

— Senhor Luiz Leivas Bastian Pinto, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário na República Árabe do Egito.

— Senhor Jorge D'Escragnolle Taunay, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, no Reino da Jordânia.

— Senhor Miguel Paulo José Maria da Silva Paranhos do Rio Branco, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, na República de Chipre.

— Senhor Antonio Delfim Neto, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, na República Francesa.

— Senhor Marcos Antonio de Salvo Coimbra, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, na República da Costa do Marfim.

— Senhor Sergio Luiz Portella de Aguiar, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, em Barbados.

— Senhor Carlos dos Santos Veras, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, na Repúlica do Quênia.

— Senhor Paulo Braz Pinto da Silva, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, na República Socialista da Romênia.

— Senhor Carlos Jacyntho de Barros, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, na República Democrática Alemã.

— Senhor Fernando P. Simas Magalhães, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, na República Popular da Bulgária.

— Senhor Paulo Padilha Vidal, no caráter de Chefe de Missão, na Organização dos Estados Americanos.

— Senhor Marcos Antonio de Salvo Coimbra, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, na República de Serra leoa.

— Senhor Marcos Antonio de Salvo Coimbra, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, na República Democrática do Sudão.

— Senhor Sergio Luiz Portella de Aguiar, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, em Granada.

— Senhor Carlos dos Santos Veras, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, na República de Uganda.

— Senhor Miguel Álvaro Ozório de Almeida, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, na Austrália.

— Senhor Joayrton Martins Cahú, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, na República de Cabo Verde.

— Senhor Joaquim de Almeida Serra, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, na República do Zaire.

— Senhor Carlos dos Santos Veras, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, na República de Zâmbia.

— Senhor Carlos dos Santos Veras, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, em Maurício.

— Senhor Carlos dos Santos Veras, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, na República Unida da Tanzânia.

— Senhor Fernando Ronald de Carvalho, no caráter de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, na República da Guatemala.

Cartas de Chancelaria

Em 1978, no período de janeiro a outubro, foram respondidas as Credenciais e as Revocatórias dos seguintes Chefes de Missão estrangeira:

Tchecoslováquia:

Resposta à Credencial do Senhor Jiri Sobotka.
Resposta à Revocatária do Senhor Pavel Bojar.

Haiti:
Resposta à Credencial do Senhor Jean Coradin.

Áustria:
Resposta à Credencial do Senhor Walter Magrutsch.
Resposta à Revocatória do Senhor Doutor Friedrich Hohenbüel.

Paquistão:
Resposta à Credencial do Senhor Zahir Mohammed Farooqi.

Cingapura:
Resposta à Credencial do Senhor Punch Coomaraswamy
Resposta à Revocatória do Senhor Professor Ernest Esteven Monteiro

Islândia:
Resposta à Credencial do Senhor Hans G. Andersen
Resposta à Revocatória do Senhor Haraldur Kroyer

Austrália:
Resposta à Credencial do Senhor Rudolph Jan Clemens Marie Schneemann
Resposta à Revocatória do Senhor John Robert Kelso

Guiana:
Resposta à Credencial do Senhor Lionel David Samuels
Resposta à Revocatória do Senhor Simeon Neville Selman

Costa do Marfim:
Resposta à Credencial do Senhor Charles Providence Gomis
Resposta à Revocatória do Senhor Seydou Diarra

Iraque:
Resposta à Credencial do Senhor Doutor Zaid Haydar
Resposta à Revocatória do Senhor Jihad Karam

Peru:
Resposta à Credencial do Senhor José Carlos Mariátegui Arellano
Resposta à Revocatária do Senhor Gonzálo Fernández-Puyó

Zâmbia:
Resposta à Credencial do Senhor Putteho Muketoi Ngonda
Resposta à Revocatória do Senho Siteke Gibson Mwale

Estados Unidos da América:
Resposta à Credencial do Senhor Robert Marion Sayre
Resposta à Revocatória do Senhor John Hugh Crimmins

Bolívia:
Resposta à Credencial do Senhor Willy Vargas Vacaflor
Resposta à Revocatória do Senhor Ambrosio Garcia Rivera

Níger:
Resposta à Credencial do Senhor Jean Poisson

Ordem Soberana e Militar de Malta:
Resposta à Credencial do Senhor Helmut Von Dessauer

Honduras:
Resposta à Credencial do Senhor Dabiel Brevé Martínez
Resposta à Revocatória do Senhor Carlos Villanueva Doblado

México:
Resposta à Credencial do Senhor Juan Gallardo Moreno
Resposta à Revocatória do Senhor León Roberto García Cruz

Irã:
Resposta à Credencial do Senhor Parviz Adl
Resposta à Revocatória do Senhor Ali Fotouhi

Espanha:
Resposta à Credencial do Senhor Francisco Javier Vallaure Fernán-

dez Peña

Coveite:
Resposta à Credencial do Senhor Ali Zakaria Al-Ansari
Resposta à Revocatória do Senhor Jassim Mohammed Boursli

Jamaica:
Resposta à Credencial do Senhor Lloyd Melville Harcourt Barnett

Turquia:
Resposta à Credencial do Senhor Semih Akbil
Resposta à Revocatória do Senhor Berduk Olgaçay

Líbano:
Resposta à Credencial do Senhor Antoine El-Dahdah
Resposta à Revocatória do Senhor Jean Hadji-Thomas

Suécia:
Resposta à Credencial do Senhor Lennart Birger Rydfors
Resposta à Revocatória do Senhor Gunnar Lonaeus

Bélgica:
Resposta à Credencial do Senhor Jean des Enffans d'Avernas
Resposta à Revocatória do Senhor Jacques Houard

Iugoslávia:
Resposta à Credencial do Senhor Kole Casule
Resposta à Revocatória do Senhor Dragi Stamenkovic

Costa Rica:
Resposta à Credencial do Senhor Fernando Acosta Sandoval
Resposta à Revocatória do Senhor Manuel Blanco Cervantes

Togo:
Resposta à Credencial do Senhor Ali Dermane

Chile:
Resposta à Credencial do Senhor Fernando Zégers Santa Cruz
Resposta à Revocatória do Senhor Héctor Bravo Muñoz

Nova Zelândia:
Resposta à Credencial do Senhor David Geor Holborw

Missões Especiais

Carta de Sua Excelência o Senhor Presidente da República a Sua Excelência o Senhor Daniel Oduber Quirós, Presidente da República da Costa Rica, acreditando o Senhor Professor Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva, Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, como Enviado Especial às solenidades de posse de Sua Excelência o Senhor Licenciado Rodrigo Carazo Odio no cargo de Presidente da República da Costa Rica.

Carta de Sua Excelência o Senhor Presidente da República a Sua Excelência o Senhor Doutor Alfonso López Michelsen, Presidente da República da Colômbia,acreditando o Senhor Doutor Maurício Rangel Reis, Ministro de Estado do Interior, como Enviado Especial ás solenidades de posse de Sua Excelência o Senhor Julio Cesar Turbay Ayala no cargo de Presidente da República da Colômbia.

Carta de Sua Excelência o Senhor Presidente da República a Sua Excelência o Senhor Doutor Joaquim Balaguer, Presidente da República Dominicana, acreditando o Senhor Euclides Quandt de Oliveira, Ministro de Estado das Comunicações, como Enviado Especial às solenidades de posse de sua Excelência o Senhor Doutor Silvestre Antonio Guzmán Fernández no cargo de Presidente da República Dominicana.

Carta de Sua Excelência o Senhor General-de-Exército Alfredo Stroessner, Presidente da República do Paraguai, acreditando sua Excelência o Senhor Adalberto Pereira dos Santos, Vice-Presidente da República, como Enviado Especial às solenidades de posse de Sua Excelência o Senhor General-de-Exército Alfredo Stroessner no cargo de Presidente da República do Paraguai.

Carta de Sua Excelência o Senhor Presidente da República a Sua Excelência o Senhor Demétrio Basílio Lakas, Presidente da República do Panamá, acreditando o Senhor Euro Brandão, Ministro de

Estado da Educação e Cultura, como Enviado Especial às solenidades de posse de Sua Excelência o Senhor Aristides Royo no cargo de Presidente da República do Panamá.

Ordem de Rio Branco

Foi realizada a Reunião da Ordem de Rio Branco, tendo sido admitidas e promovidas várias personalidades, assim distribuídas nos diversos graus:

No Quadro Ordinário:

No grau da GRÃ CRUZ – 2
No grau da GRANDE OFICIAL – 2
No grau de COMENDADOR – 3
No grau de OFICIAL – 7
No grau de CAVALEIRO – 1

No Quadro Suplementar:

No grau de GRÃ CRUZ – 25
No grau de GRANDE OFICIAL – 23
No grau de COMENDADOR – 59
No grau de OFICIAL – 71
No grau de CAVALEIRO – 25

INSÍGNIAS
MEDALHAS – 56

Por ocasião da Visita Oficial de Sua Excelência o Senhor Presidente Ernesto Geisel ao México:

No grau de GRÃ CRUZ – 12
No grau de GRANDE OFICIAL – 5
No grau de COMENDADOR – 12
No grau de OFICIAL – 2
No grau de CAVALEIRO – 12

Por ocasião da visita do Ministro da Agricultura da Costa do Marfim.

No grau de GRÃ CRUZ – 1

Por ocasião da visita de Sua Excelência o Senhor Presidente Ernesto Geisel à Alemanha.

No grau de GRÃ CRUZ – 14
No grau de GRANDE OFICIAL – 16
No grau de COMENDADOR – 13
No grau de OFICIAL – 3
No grau de CAVALEIRO – 33

MEDALHAS – 33

Por ocasião da visita de Sua Excelência o Senhor Ministro das Relações Exteriores de Guiné Bissau:

No grau de GRÃ CRUZ – 1
No grau de GRANDE OFICIAL – 2
No grau de COMENDADOR – 6
No grau de CAVALEIRO – 1

Por ocasião da Reunião de Chanceleres do Tratado de Cooperação Amazônica:

No grau de GRÃ CRUZ – 2

Por ocasião da visita oficial de Sua Excelência o Senhor Presidente Antonio dos Santos Ramalho Eanes ao Brasil:

No grau de GRÃ CRUZ – 4
No grau de GRANDE OFICIAL – 1
No grau de COMENDADOR – 3
No grau de OFICIAL – 2
No grau de CAVALEIRO – 13

Por ocasião da visita oficial de Sua Excelência o Senhor Presidente Ernesto Geisel ao Uruguai:

No grau de GRÃ CRUZ – 2

Por ocasião da visita de Sua Excelência o Senhor Presidente Valéry Giscard d'Estaing ao Brasil:

No grau de GRÃ CRUZ – 1
No grau de GRANDE OFICIAL – 4
No grau de COMENDADOR – 4
No grau de OFICIAL – 4
No grau de CAVALEIRO – 4

Reciprocidade: membros do Corpo Diplomático estrangeiro:

No grau de GRÃ CRUZ – 2
Condecoração autorizados **ad referendum:**
No grau de GRANDE OFICIAL – 2
No grau de COMENDADOR – 3
No grau de OFICIAL – 2

Total de Insignias em todos graus

No grau de GRÃ CRUZ	–	66
No grau de GRANDE OFICIAL	–	55
No grau de COMENDADOR	–	103
No grau de OFICIAL	–	91
No grau de CAVALEIRO	–	76
		391
INSÍGNIA	–	1
MEDALHAS	–	102

Total Geral . . . .– 494 insígnias concedidas.

Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul

Por ocasião da visita oficial de Sua Excelência o Senhor Presidente Ernesto Geisel ao México:

No grau de GRÃ CRUZ — 11
No grau de GRANDE OFICIAL — 6
No grau de COMENDADOR — 2
No grau de OFICIAL — 9
No grau de CAVALEIRO — 1

Por ocasião da visita oficial de Sua Alteza Real o Príncepe de Gales ao Brasil:

No grau de GRÃ CRUZ — 1

Por ocasião da visita oficial de Sua Excelência o Senhor Presidente Ernesto Geisel ao Uruguai:

No grau de GRÃ CRUZ — 1

Por ocasião da visita oficial de Sua Excelência o Senhor Presidente Ernesto Geisel à Alemanha:

O GRANDE COLAR — 1
No grau de GRÃ CRUZ — 3
No grau de GRANDE OFICIAL — 8
No grau de COMENDADOR — 20
No grau de OFICIAL — 15
No grau de CAVALEIRO — 19

Por ocasião da Reunião de Chancelaria. Pacto Amazônico:

No grau de GRÃ CRUZ — 4

Por ocasião da visita oficial de Sua Excelência o Senhor Presidente Antonio dos Santos Ramalho Eanes ao Brasil:

O GRANDE COLAR — 1
No grau de GRÃ CRUZ — 4
No grau de GRANDE OFICIAL — 7
No grau de COMENDADOR — 24
No grau de OFICIAL — 6
No grau de CAVALEIRO — 2

Por ocasião da visita oficial de Sua Excelência o Senhor Presidente Valéry Giscard d'Estaing ao Brasil:

No grau de GRANDE OFICIAL — 4
No grau de COMENDADOR — 9
No grau de OFICIAL — 4
No grau de CAVALEIRO — 4

Reciprocidade: Membros do Corpo Diplomático estrangeiro:

No grau de GRÃ CRUZ — 10
No grau de COMENDADOR — 4
No grau de OFICIAL — 2
No grau de CAVALEIRO — 3

Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul

O GRANDE COLAR	—	2
No grau de GRÃ CRUZ	—	34
No grau de GRANDE OFICIAL	—	25
No grau de COMENDADOR	—	59
No grau de OFICIAL	—	36
No grau de CAVALEIRO	—	29

Total Geral . . . .— 185 insígnias concedidas.

IMPRENSA

Em 1978, continuaram a orientar as atividades da Secretaria de Imprensa do Gabinete do MRE, dois objetivos básicos: a divulgação cotidiana dos atos da política externa e o cuidado para que a realidade brasileira fosse corretamente apresentada perante a opinião pública internacional.

No tocante ao primeiro objetivo, uma das atividades fundamentais da SEI, constituindo-se mesmo no instrumento básico para atender as exigências de divulgação dos atos principais da diplomacia brasileira, é o "briefing" diário do porta-voz do Itamaraty. A escolha desta forma de conctato com a imprensa não foi artificial. Nos últimos anos, cresceu significativamente o interesse nacional pelos temas de política externa: alargou-se o espectro da preocupação jornalística com a diplomacia, e delineia-se, na imprensa, um exame crítico e profundo das orientações diplomáticas. A cobertura dos assuntos diplomáticos torna-se, conseqüentemente, cotidiana bem como a curiosidade jornalística. Daí ser natural a opção pelo "briefing", instrumento necessário de resposta a essa curiosidade. Estão ainda incorporadas ao "briefing" duas vantagens: a primeira ligada ao próprio atendimento as indagações da opinião pública, normal e necessária em qualquer instituição política; e a segunda, relacionada ao próprio formato do encontro do porta-voz com a imprensa, a qual, permitindo perguntas livres e diálogo, permite também modos mais completos de resposta às indagações jornalísticas.

Paralelas ao "briefing", duas outras atividades merecem referência. A primeira foi complementar ao "briefing" e consistiu em fornecer aos jornalistas material que sirva à compreensão e ao es-

clarecimento da imprensa. A outra atividade esteve voltada para as Missões diplomáticas no exterior. A SEI preparou diariamente um boletim com resumo da imprensa brasileira, transmitindo por telex a algumas Missões e destas, por correio, às demais, permitindo, dessa forma um acompanhamento regular dos acontecimentos políticos no Brasil, em suas grandes linhas, bem como dos pontos principais da atividade diplomática brasileira.

No cumprimento do segundo objetivo — a apresentação correta da realidade brasileira no exterior, foi dada particular atenção ao programa de convites a jornalistas estrangeiros. A constatação da baixa freqüência de notícias sobre o Brasil em alguns países da América Latina, aliada naturalmente a um precário conhecimento da realidade nacional, orientou o programa para convites a jornalistas de tais países. Iniciou-se também a prática de convidar jornalistas africanos. Paralelamente, não se descuidou dos centros formadores de noticiário internacional, especialmente os europeus, e, acompanhando o processo de intensificação de contratos com a Europa Ocidental, convidaram-se também quatro jornalistas alemães e um espanhol. Ao todo, o programa permitiu o convite a 16 jornalistas estrangeiros, e, em termos de resultados substantivos, o conhecimento direto da realidade brasileira traduziu-se imediatamente em reportagens e artigos significativos sobre o Brasil.

Continuou também o MRE a desempenhar suas funções normais de apoio a comitivas de jornalistas que, em diversas ocasiões, vieram ao Brasil. Pelos importantes efeitos de divulgação que tiveram, vale mencionar as comitivas que acompanharam os Presidentes dos Estados Unidos, de Portugal, da França e os Príncipes Herdeiros do Japão e da Inglaterra, compostos respectivamente de 300, 40, 100, 36 e 15 jornalistas. Nessas ocasiões, o Presidente Geisel deu entrevista às televisões americana, portuguesa e japonesa, com ampla repercussão naqueles países. Deve-se ainda assinalar o trabalho de apoio logístico às diversas equipes de jornalistas, também levado a efeito sob coordenação Itamaraty.

INSTITUTO
RIO-BRANCO

O Exame Vestibular para o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD) foi realizado entre os meses de março e julho. Mais uma vez, o número de candidatos inscritos (796) superou amplamente o do ano anterior (665), circunstância que poderá ser atribuída a dois fatores principais:

a) maior interesse da juventude por assuntos de política exterior, como conseqüência da continuada expansão da presença internacional do Brasil:

b) intensificação da campanha de divulgação do vestibular ao CPCD e das potencialidades da carreira diplomática, por intermédio de contactos de funcionários diplomáticos, em nove capitais brasileiras, com os meios universitários e de comunicação de massa.

Ao final do vestibular foram aprovados 55 candidatos, assim distribuídos geograficamente:

EXAME VESTIBULAR AO CPCD, 1978.

Centro de Inscrição	Inscritos	%	Aprovados	%
Brasília	177	22,0	12	23,1
Belo Horizonte	33	4,2	01	1,9
Curitiba	45	5,7	01	1,9
Fortaleza	10	1,2	–	–
Porto Alegre	64	8,0	03	5,8
Recife	25	3,1	93	5,8
Rio de Janeiro	125	19,2	23	44,2
Salvador	20	2,5	01	1,9
São Paulo	270	33,9	08	15,4
TOTAL	796	100,0	52	100,0

Cursaram o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, em 1978, 40 alunos, dos quais 22 no 1º ano e 18 no 2º ano. As viagens de estudo compreenderam visitas ao Estado de Goiás (Goiânia, Goiás e Anápolis) e à região amazônica (Manaus, Manês e Itaquatiara). Os estágios dos alunos do 2º ano, em três Departamentos do Itamaraty, foram realizados nos meses de março, maio e setembro.

O IRBr recebeu, para freqüentarem o 1º ano do CPCD, cinco alunos estrangeiros,dos seguintes países: Barbados, Bolívia, Costa do Marfim, Equador e Zâmbia. Concluíram o curso 7 alunos, que ingressaram na carreira diplomática de seus respectivos países: Bolívia, Costa do Marfim, El Salvador, Gana (2), Honduras e Quênia. Desse modo, passou a ser de 10 o total de diplomatas estrangeiros formados pelo CPCD.

A semelhança do ocorrido no ano anterior, o IRBr realizou em 1978 um Concurso de Provas, nos meses de agosto a outubro. De um total de 204 inscritos, somente 67 compareceram às provas de primeira fase e apenas 10 foram aprovados ao final do Concurso, tendo sido nomeados Terceiros-Secretários em 1º de dezembro.

O Programa de Incentivo a Estudos no Exterior permitiu, em 1978, a funcionários — diplomáticos e administrativos — realizar estudos, em nível de graduação ou pós-graduação. O sistema adotado prevê o custeio, pelo IRBr, de até 80% das despesas com estudos realizados, em áreas consideradas prioritárias para o Itamaraty.

Em setembro, com exames realizados simultaneamente em Brasília e no exterior, submeteram-se às provas finais os Segundos-Secretários inscritos no Primeiro Curso de Aperfeiçoamento de Diplomaticos, tendo sido aprovados 11 diplomatas.

Por outro lado, foi instalado o Primeiro Curso de Altos Estudos, tendo sua Banca Examinadora recebido os trabalhos de 17 Conselheiros e Primeiros-Secretários inscritos. A defesa oral dos trabalhos apresentados foi marcada para fevereiro de 1979.

INSPETORIA GERAL
DE FINANÇAS

Dentre as atividades da Inpetoria Geral de Finanças em 1978, especial referência merece a instalação do seu Núcleo de Processamento de Dados. Com a aprovação da CAPRE — Comissão de Coordenação das Atividades de Processamento Eletrônico, foi contratada a locação de equipamento, da mesma linha já utilizada pela IGF da Fazenda — Órgão Central do Sistema — evitando-se, com economia de custos e proveito para o serviço, o emprego de métodos diferentes.

O uso eficiente do equipamento exigiu a seleção e o treinamento de funcionários, para o que foram ministrados cursos intensivos, completados por treinamento dado, no próprio serviço, por equipe técnica da IGF-Fazenda.

No correr de 1978, como o fizera desde 1974, procurou a IGF cumprir especialmente duas funções. De um lado, a de caracterizar a Inspetoria-Geral de Finanças como órgão a que pudessem recorrer as Unidades Gestoras em busca de orientação para o desenvolvimento de suas atividades e projetos, de acordo com os dispositivos legais. De outro, a permanente atuação para que, sem prejuízo do alcance das metas fixadas para cada área, fossem rigorosamente obedecidos os preceitos relativos à licitação para a aquisição de bens e para a prestação de serviços ao Itamaraty. Da magnitude da tarefa e dos resultados alcançados, diz bem o fato de que, somente o número de uma das modalidades de licitação — a tomada de preços — elevou-se, em 1978, de 6.000% em relação a 1974.

Particular atenção foi dada à criação de um sistema eficiente de controle patrimonial. O projeto assegura, inicialmente por meios manuais e já em fase de implantação por processo eletrôni-

co, o registro de entrada, guarda e distribuição de todo o material de consumo, permanente e equipamento adquiridos, assim como a imediata contabilização dos valores correspondentes. Com esse objetivo, foi implantado no IGF um setor específico, que dá orientação permanente à Divisão do Patrimônio e ao Almoxarifado-Geral.

No correr do ano, desenvolveu-se também o setor de contratos e convênios, ao qual cabe não só acompanhar a execução dos atos bilaterais que geram obrigações financeiras, assinados pelas Unidades Gestoras, como também dar orientação aos Ordenadores de Despesa desde a fase de negociação até a final execução dos atos firmados.